

INICIOS DA RENASCENÇA EM PORTUGAL

QUINTA E PALACIO DA BACALHOA

EM

AZEITÃO

MONOGRAPHIA HISTORICO-ARTISTICA

POR

JOAQUIM RASTEIRO

Membro da commissão dos monumentos nacionaes



LISBOA
IMPRESA NACIONAL
1895



F.R.S. 7718

RS 7065

INICIOS DA RENASCENÇA EM PORTUGAL

QUINTA E PALACIO DA BACALHOA

EM

AZEITÃO

MONOGRAPHIA HISTORICO-ARTISTICA

POR

JOAQUIM RASTEIRO

Membro da commissão dos monumentos nacionaes

BIBLIOTECA - ARQUIVO

Luis Reis-Santos

N.º _____



LISBOA
IMPRESA NACIONAL
1895

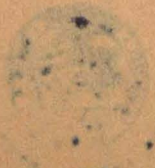


UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE FÍSICA

LABORATÓRIO DE FÍSICA EXPERIMENTAL



POUCAS PALAVRAS EXPLICATIVAS

Não foi meu proposito fazer um livro. A admiração estranha pelas edificações da quinta de Albuquerque, filho, chamou os meus reparos; enamei-me de tudo aquillo, busquei conhecer-lhe a urdidura geral, e estudar os accessorios, auxiliando-me das publicações estrangeiras ou portuguezas, que podiam servir-me e houve á mão; inquiri a historia do edificio, e de tudo tomei notas para propria lição. Trabalho tecido a furto nos momentos de ocio, vindos de longe a longe, não tinha pretensões de qualquer especie, mas poderia aproveitar aos curiosos, por encontrarem junto o que estava disperso por muitos logares. Amigos meus incitaram-me á publicação d'aquellas notas, e o *Jornal do Commercio* quiz ser benevolo para commigo acceitando uma serie de artigos, que estampou em 1892. Os meus bons collegas da commissão dos monumentos nacionaes julgaram que n'aquelles artigos alguma cousa de aproveitavel podia haver, e ordenaram a sua refundição a modo de monographia, como vae apparecer.

Tanto favor e bom querer impõem-me o devido reconhecimento.

Azeitão, 1895.

Joaquim Rasteiro.

INICIOS DA RENASCENÇA EM PORTUGAL

QUINTA E PALACIO DA BACALHOA, EM AZEITÃO

PARTE PRIMEIRA

Historia do edificio — Estylo architectonico das construcções
Majolicas polychromas

I

O palacio e quinta da Bacalhoa, em Azeitão, formam só por si um monumento artistico da mais alta significação em Portugal. Desconhecido dos amadores do bello, ignorado dos mestres da arte, não sonhado até por aquelles a quem competiria a conservação de um monumento, que á nação devia pertencer, desprezado largos annos pelos proprietarios, resta por estudar, e já tendia a desaparecer de todo aquelle facho unico, que póde lançar luz sobre um periodo escurissimo das artes em Portugal, e em que se produzia a grande revolução artistica chamada a Renascença.

Aquellas edificações não têm só o merito de nos mostrarem o alvorecer das artes, mas as construcções primitivas refeitas pelo filho de Albuquerque, o Grande, continuam a historia da arte por quasi todo o seculo XVI, dando-nos exemplares formosos do gosto da epocha nos lineamentos geraes, e especimens ceramicos das mais variadas especies, ao passo que nos fornecem testemunhos irrefutaveis das aptidões artisticas de obreiros habéis, mas desconhecidos e de outros, que, sem estas provas, não podiam ser bem apreciados.

Na Italia a arte moderna, com campeões valorosos como Brunellesco, Alberti e Michelozzo, ainda sentiu por muito tempo resistencia á sua implantação. Era dura a transição. De uma architectura toda phantasiada e

brincada passava-se á accentuação das linhas, á subordinação a regras e preceitos definidos. Não bastava calcular resistencias, encher superficies de caprichosas edificações, que se levantavam até onde o obreiro mais atrevido tinha vertigens, impunham-se as regras de symetria e ordem, as proporções colhidas dos monumentos mais celebrados, subordinava-se o traçado do edificio a um todo homoganeo, formando, como o homem, um ser unico e symetrico nas suas partes.

A columna e o arco de pleno cimbrio vinham proscreever a ogiva; o botaréo ia ser excluido, deixando em seu logár superficies planas; os coruchéus, que pareciam querer furar as nuvens, eram substituidos pelas cupolas hemisphericas, que nada têm de alteroso.

A agulha medieval com a sua ponta agudissima, indicando as regiões sideraes, conduz a vista ao infinito e busca communicar com a divindade; a curva, a meia esphera, elevando-se de um ponto para cair depois no nivel de onde nasceu, como que limitam os dominios do homem pondo termo á sua atrevida audacia. O arrojo cede o logar á rasão fria, e o homem concentra-se no seu meio só buscando Deus no espirito, entregando-se ao mundo que o cerca, e renunciando essas loucuras sublimes dos tempos cavalheirosos em que pela audacia, pelos maiores commettimentos se havia de tocar o que houvesse de maior.

A alta architectura e as artes decorativas, que, na idade media, quasi só estavam ao serviço da religião, elevando templos de uma magestade esplendorosa, iam fabricar habitações aristocraticas de aprimorado gosto e ornamental-as de esculpturas delicadas. O solar medieval com as suas torres alterosas, armadas para a defeza desde a raiz até ás cimeiras, prenhe de masmorras, edificado em sitio forte, ia ficar ermo e ser trocado pelo palacio assente na praça mais ampla da cidade, no valle mais ameno serpenteado por mansos regatos, que só davam viço ao vergel.

A grande revolução artistica tomára arraias em Florença e pouco a pouco ia conquistando os estados limitrophes. A Lombardia, vizinha d'aquelle centro artistico revolucionario, resistiu por muito tempo á influencia dos novos principios. Outros estados, em que se achava dividida a peninsula italica, pretenderam ligar a velha á nova arte, e com as linhas architecturaes dos dois systemas formaram um estylo hybrido, que quebrava toda a subordinação ás duas escolas, não satisfazendo os preceitos da velha, nem da arte renascida, deixando a descoberto as suturas, que não deviam apparecer ferindo a vista do que buscava a belleza harmoniosa.

A Italia, bebendo da Grecia o gosto do bello, tornára-se a patria das artes, e o genio artistico tomou por tal modo posse d'aquelle raça escolhida, que nem as desordens e calamidades, que por muito tempo lhe pesaram, pôde destruir. Á aptidão de seus filhos, á indole commercial

das republicas, que lhe alcançaram riqueza, auxiliadas pela situação do paiz, deve a Italia o florescimento das artes no cair da idade media.

Os Medicis, os Sforza, os Malatesta, os duques de Urbino, os opulentos banqueiros, os papas, os prelados das casas religiosas ricas, as administrações das cathedraes, todos á porfia auxiliavam o desenvolvimento das artes, construindo luxuosos palacios, sumptuosos templos e outras soberbas edificações, e para cada uma d'estas obras chamava-se uma cohorte de artistas d'esse exercito numeroso, disperso por toda a peninsula.

II

A Renascença já tinha invadido com vario successo todos os estados cingidos pelo Adriatico e pelo Mediterraneo, n'alguns já ficava em pleno dominio, mas não lograva ainda transpor os Alpes.

Portugal achava-se sob a influencia flamenga e resistia á invasão com os demais paizes, em que ella dominava. Com o advento de D. João II ao throno entrava um periodo de paz, e o novo imperante dava ás forças do paiz uma benefica direcção, encaminhada a seguir o desenvolvimento intellectual que ia pela Europa. As espadas de Africa só serviam ao respeito do heroe de Toro, poucos ginetes fieis bastavam para guarda da sua pessoa. Os architectos de Santa Maria da Victoria eram extinctos, a escola morta e os discipulos, que ainda restavam, por mediocres, teimavam em conservar as tradições rudimentares recebidas, ou recusavam-se a seguir a corrente, que ameaçava levar no seu turbilhão a velha arte.

O caminho da India ainda não era rasgado, a fama das suas riquezas ainda não podia seduzir os animos e arrastal-os para o militarismo commercial.

Para as explorações maritimas poucos homens bastavam, que mais para ali os levava a gloria de vencer os elementos, já que não podiam triumphar de inimigos, do que um pensamento, uma idéa que dominasse o espirito.

Fallava-se dos expedicionarios ao desferrar das frotas, ou durante os aprestos da expedição, depois recebiam-se as novas apenas como noticias de pessoas, que se haviam julgado perdidas. Entre a saída e a noticia mediava grande espaço; na côrte só o rei se occupava dos que iam em demanda do desconhecido, e a esperanza do successo só de longe em longe vinha levantar o pensamento para aquellas empresas. Poucos da côrte tambem seriam capazes de comprehender o alcance de negocios, a que não eram affeitos, ou que o seu acanhado espirito não podia penetrar.

A revolução pacifica, que ia na Italia, chamava as atenções dos me-

nos occupados, captivava os animos, em que o bello tinha accesso, attrahia algum espirito esclarecido, e nenhum o era mais do que o rei, nem se arrojava mais alem do seu meio.

Os architectos só traçavam edificios desengraçados; os artifices já não talhavam na pedra finos rendilhados, não levantavam coruchéus elegantes, nem baldaquinos de aprimorado lavor. O genio artistico esvahira-se.

Urgia levantar as artes, dar-lhes impulso, fazel-as sair do torpor, em que se tinham immerso. D. João II, grande em tudo, tinha a paixão artistica; longe era a Italia, ficavam de permeio os Pyrenéus e os Alpes, as communicações eram demoradas, as noticias distanciadas, mas ao rei aprazia ouvir fallar do que ia por aquelle paiz fadado para as artes, dos principes italianos, Mecenas dos artistas, e mostrava inveja d'estes personagens, desejando ter no seu reino d'aquelles genios famosos, como n'outras epochas quierera ter habeis e experimentados capitães.

No desejo do desenvolvimento intellectual do paiz, D. João II enviava ao estrangeiro mancebos promettedores a cursar as letras e as artes, e tanto era o seu amor pela pintura, que nos seus raros ocios fazia desenhar em sua presença por um moço da camara os objectos que a sua phantasia inspirava, e mostrava inveja dos conhecimentos artisticos do seu parente, o imperador Maximiliano, e de outros principes ¹.

Como Julio II, como os Medicis e outros senhores italianos, que não desdenhavam discutir com os seus architectos as minucias de um traçado, João II de Portugal dava a Pantaleão Dias as linhas geraes do tumulo de S. Pantaleão, que projectava para a cathedral do Porto.

A magnificencia dos Medicis e o seu aprimorado gosto andavam em fama. D. João II viu que ninguem melhor do que um dos d'aquella familia podia fazer a escolha de mestre capaz de levantar as artes n'um paiz, em que ellas estavam prostradas, como em Portugal, e foi a Lourenço «o Magnifico» que o rei se dirigiu, pedindo-lhe mestres que podessem dar lição e ensinamento aos artistas portuguezes, traçando e presidindo á execução de trabalhos, que servissem de molde para outras obras e creassem uma escola de artes.

Lourenço de Medicis enviou Andrea Contucci, dito Sansovino, celebre plastico, bom desenhador e famoso perspectivo ², que estaria então na força da vida e em toda a pujança do seu talento.

Contucci veiu para Portugal por 1485, e demorou-se no paiz até á morte de D. João II, tendo, entre outras obras, levantado um palacio para o rei (?) flanqueado por quatro torres.

¹ Resende, *Chron. de D. João II*, cap. cci.

² Guarienti, *Abecedario pittorico*.

III

Já houve quem quizesse achar na Bacalhoa rastos do Sansovino. Nada ha que venha de reforço a este supposto, firmado apenas na valia (que a tem) do seu auctor; nada ha tambem que se lhe anteponha. «Quem quer que fosse o architecto era de primeira ordem. Ha detalhes que revelam mais do que um simples talento, tem uma palpitação de genio.»¹

Se não fosse Sansovino o auctor do projecto, no tempo que esteve em Portugal, não seria extraordinario que elle, ou outro mestre de Italia, delineasse no seu paiz, e enviasse para aqui o traçado e planos do palacio e quinta. Brunellesco, Alberti, Sangallo e outros architectos italianos encarregavam-se d'estes trabalhos.

Não quererei que a Bacalhoa seja contemporanea d'estes homens, como tambem não quero que nascesse meiado o seculo XVI. Ao pé temos o palacio dos Aveiros, levantado em principios do segundo quartel d'aquelle seculo, que se mostra muito posterior em estylo architectonico ao palacio da Bacalhoa. No Aveiro está estampada a Renascença classica, pura nas suas linhas — a janella com cornija e frontão com busto no tympano, a *mezzanina*, pequenos claros, portico emmoldurado em columnas doricas com entablamento da mesma ordem, cunhaes rusticos.— Na Bacalhoa vemos o torre de transição, um estylo fugitivo, a janella com cornija e sem ella, emmoldurada em azulejos polychromos e intervallada por largos cheios.

A Bacalhoa será talvez a edificação, em que se estreou em Portugal o estylo architectonico da Renascença, estreia de transição, dando-se de mão á ogiva e a quanto lhe era ligado. Nada tem do estylo *manuelino*, que ainda não era creado, mas tambem não obedece a qualquer estylo puro. O palacio é *sui generis*, talvez a arte florentina transportada abruptamente para aqui, esfumada de umas tintas leves do solar medieval nos torreões, em que se substituiu pela cupula hemispherica em gommos e com pyramide no fecho, as obras de defeza, que coroavam os adarves dos castellos senhoriaes.

A Bacalhoa será uma correcção ao palacio acastellado, quasi medioevo, construido por D. João II em Alvito para o seu escrivão da puridade João Fernandes da Silveira. A disposição das salas e aposentos dos dois palacios approximam-se. A Bacalhoa tem a menos as bonitas janellas ge-

¹ Carta do sr. Ramalho Ortigão a J. R.

minadas, que a nova arte proscrevêra, mas em troca deram-lhe as galerias abertas em arcadas, e a mais a elegancia e regularidade das fórmas, as tarjas azulejadas a fazer sobresaír os portaes, e as cupulas hemisphericas a realçar as torres cylindricas.

E já que fallei do palacio acastellado de Alvito seja-me licito tambem apresentar uma idéa, que apenas posso sustentar com alguns raciocinios.

Jorge Vazari, dando-nos conta de Contucci, diz-nos . . . *lavoró per quel re* (di Portugallo) *molte opere di scultura e d'architettura, e particolarmente un bellissimo palazzo con quattro torri ed altri edifizii* ¹.

O sr. Haupt supõe que este palacio traçado por Andréa Contucci seja o dos barões em Alvito ².

E porque não será o da Bacalhoa?

Por ter este apenas tres torres? Póde estar incompleto, e tambem o de Alvito tem cinco torres e não quatro.

Por não ser propriedade do rei? Mas era da sogra, mãe da rainha, e o de Alvito, conforme uns, foi feito por D. João II; segundo a inscrição lapidar, posta sobre a porta, foi feito pelo primeiro barão de Alvito a mandado do rei.

O estylo architectonico do palacio da Bacalhoa, mais falla de uma epocha de transição e de um artista italiano habil e imaginoso, do que o de Alvito, mole robusta e pesada, aonde a nova arte se não deixa ante-ver, e preso pelos traços geraes e peças componentes ao passado que ainda o domina.

A sorte futura é que foi commum ás duas edificações e as tornou irmãs, a ruina e o abandono.

Atrás apresento a idéa de que o traçado do palacio e quinta da Bacalhoa, se não é de Contucci, poderia ter vindo da Italia, comtudo não posso sustental-a firmemente; o artista, que tudo delineou, tinha conhecimento pleno do sitio para dar orientação ás construcções, aproveitar as disposições do terreno e accommodar os reservatorios de agua á situação das nascentes, fazendo contribuir as aguas para embelezamento das edificações e aproveitamento das terras como agente agricola.

Conto a Bacalhoa como obra do ultimo quartel do seculo xv mandada executar por D. Brites, filha do infante D. João, mestre de Sant'Iago, e mulher do infante D. Fernando, porque esta princeza, dama caprichosa e de grandes teres, possuiu a propriedade por largos annos e no periodo de maior effervescencia da revolução artistica de Italia, paiz que attrahia por isso todas as attenções das altas classes e a que D. João II recorreu

¹ *Vite de più eccellenti pittori, scultori ed architetti, da Giorgio Vasari.*

² Von Albrecht Haupt, *Die baukunst der Renaissance in Portugal*, 1890.

para o restabelecimento das artes no seu reino. D. Brites amava com extremo seu neto, filho do duque de Vizeu D. Diogo; deu-lhe por occasião do seu casamento a Bacalhoa, e parece-me mais havel-o feito como offerta de um mimo fino, do que como dom valioso pelas rendas.

Não se me afigura que Albuquerque, filho, levantasse o palacio, porque a projectal-o em 1528, anno da compra, teria, quando não mais, ainda uns laivos manuelinos; a erguel-o em 1554, data lançada sobre o portico do norte, seria todo Renascença, porque, meiado este seculo, era omnipotente no paiz o classicismo puro, em que já se tinham alistado os artistas nacionaes. O portico, a que me refiro, é que é de Affonso.

Se nas janellas do palacio vemos a nova arte, nas torres encontrâmos o consorcio do passado com o presente, significando epocha de transição, as galerias sob arcadas mostram-nos a *loggia* italiana, e por isto póde bem crer-se que o palacio fosse delineado por artista escolhido pelo Medicis, ou por elle enviado a Portugal.

IV

Os esforços de D. João II para o restabelecimento das artes no reino não foram improficuos. A lisonjeria de muitos e a illustração de alguns vieram-lhe de auxilio. A sociedade mais culta do tempo e os cortezãos compenetravam-se do sentir do rei, as atenções fixavam-se no movimento artistico da Italia, todos colhiam noticias das creações dos mais distinctos esculptores, das construcções dos mais habéis architectos, e andavam na bôca de todos os nomes dos mais bizarros senhores, que faziam erguer sumptuosos palacios, luxuosas e elegantes *villas*, ornal-as de bem modeladas esculpturas, de bem talhadas estatuas e enchendo-as de preciosas colleções de objectos de arte.

Os mestres estrangeiros trouxeram para Portugal boa lição, que aproveitou, vindo a apparecer no seguinte reinado um genero architectonico de transição, que modernamente se chamou *estyllo manuelino*.

Não quebrou a nova criação com todas as tradições da velha escola, mas tambem se não prostrou humilde aos pés da vencedora. Foi uma capitulação em que os vencidos saíram com todas as honras da guerra. Belem, a Misericordia de Lisboa e outras construcções de menos quilate são o desfilar da guarnição capitulada em presença do vencedor assombrado de tão grandes brios, louvando-se talvez de ter dado logar ao famoso successo, se não sentindo impulsos de alistar-se nas fileiras dos que lhe passavam em frente.

A criação portugueza levou vantagem ás mais alianças architectoni-

cas ensaiadas em alguns estados italianos renitentes ás lições da nova escola. Veneza tinha tentado alliar a ogiva e o pleno cimbrío, a ornamentação gothica, a oriental e a classica; mas a creação portugueza levou-lhe a palma, alcançou originalidade e envolveu de tal modo as fórmulas, amalgamou e fundiu tão unidamente os moldes, empregou com tanta propriedade o cordame, que parecia já symbolisar as nossas empresas maritimas, para ligar e estreitar partes, que tenderiam a desunir-se, para atar e prendernervuras, que mais tem de um estylo novo, do que é filho mestiço de quanto até ali era creado.

Afortunado D. Manuel! A mais benevolente estrella parece ter alumiado o seu nascer. Seu cunhado Fernando de Bragança comprou-lhe com a cabeça a liga dos grandes, seu irmão Diogo abriu-lhe com imprudencias o caminho do throno, o veneno dos sicarios, seus cúmplices, sacudiu para o tumulo o cadaver da princeza D. Joanna, que poderia embarçar-lhe o transito e prostrou sem vida D. João II, seu cunhado, primo, protector e rei — vindo assim o famoso bandoleiro duque de Beja a ter um reino — a refocillar os seus instinctos belluinos na viuva do filho malgrado da sua victima, a encontrar creada e escolhida uma pleiade de grandes homens como Albuquerque e outros, que lhe deram o senhorio de um novo mundo, e a ter a paternidade de um código de leis já preparado, e de um estylo architectonico e ornamental nascido dos perseverantes e intelligentes esforços do rei famoso, do *homem*, que elle, sua irmã e sequazes lograram victimar.

V

Para se estabelecer base para um estudo sobre a Bacalhoa, será util fazer-se a historia e genesis da propriedade.

Nos tempos do rei D. João I era seu *monteiro mór das matas de Azeitão em Ribatejo*, João Vicente, que trazia emprazada em vida de tres pessoas uma *quinta em Azeitão que partia de um cabo com Affonso Annes das Leix e do outro com Nuno Martins*.

Metade da quinta pagava *duas dobras de oiro* de fôro á corôa, o restante era foreiro a *Diego Fêo*. João Vicente estava velho, cego e pobre, sem meios de cultivar a quinta e nem os fóros já pagava.

D. João I comprou o dominio directo a Diogo Fêo e tomou para si toda a quinta, havendo o emphyteuta João Vicente por *desatado do fôro*. Em seguida emprazou em tres vidas toda a propriedade a Alvaro Annes,

seu *barbeiro por duas corôas de oiro por anno*. A carta é datada de Evora 7 maio da era de M.IIIC.LIX (anno 1421) ¹.

Seis annos depois, o mesmo rei deu licença a Alvaro Annes para vender o emprazamento ao infante D. João, seu filho, por carta datada de Cintra a 4 de setembro de 1427. Esta venda foi por *vinte e oito mil reaes brancos por uma peça de pano de jnraterra*, conforme o *instrumento feito e assignado por Gil Esteves e pelo infante em Setuval pustumeiro dia de setembro de 1427*.

O infante teve a quinta pelo antigo fôro de duas corôas de oiro, até que seu irmão D. Duarte lhe fez *mercê pura e irrevogavel doaçam da dita quintã de juro e de herdade, de suas rendas, direitos, entradas, saídas e pertenças d'este dia pera todo sêmpre pera elle e todos seus herdeiros e successores que depos elle veerem nom embargando que seja da corôa. E portanto lhe mandamos dar esta carta assignada per nós e assellada do nosso sello de chumbo. Dante em Cintra XXVIII dias de agosto — Lourenço de G.^{es} afez era do nascimento de nosso senhor ihãus xpo de mill iij^o ccc ij annos* ².

D. João II, de Cintra a 7 de dezembro de 1485, e D. Manuel, de Alcochete a 24 de julho de 1496, confirmaram esta doação, estando na posse da propriedade a infanta D. Brites, sogra do primeiro e mãe do segundo.

No dia 20 de junho de 1490 D. Manuel, em Setubal, tinha dado a sua mãe uma carta de privilegios para a sua quinta e bens de Azeitão, privilegios que comprehendiam os caseiros, lavradores, arrendadores dos bens, lagareiro do lagar de azeite e mordomo e escrivão, que estivessem na quinta. A carta é dirigida *aos juizes e justiças da comarca de Azeitão e ao ouvidor d'ella*, e isenta os privilegiados de irem com presos, ou com dinheiros, de serem dados por besteiros do conto, de serem tutores ou curadores ou tutores de pessoas orphãs, salvo se as tutorias fossem *lidi-mas*, do lançamento de *quantias* posto que para ellas tivessem bens e de servirem em *nhumas guerras por mar nem por terra*. O rei prohibia que lhes tomassem roupas de aposentadoria, que pousassem com elles em suas casas de morada, adegas e cavallariças, que lhes tomassem pão, vinho,

¹ L. 4.º da Chancel. de D. João I, fl. 24. Na Torre do Tombo.

² O infante D. João vinha algumas vezes á sua quinta. De Azeitão a 13 de abril de 1440 data elle um alvará prohibindo, a requerimento de Diogo Mendes de Vasconcellos, commendador de Cezimbra, a pastagem de gados na ribeira da Yena (hoje Aiana). N'um outro alvará, de Azeitão tambem, datado do dia 16 do mesmo mez e anno, restabelece o juiz da mesma ribeira, *para livrar e conhecer os ditos feitos* (questões de esgotamento de terras, pastagens e regimen de aguas) e *que apreme e constranja os lavradores da dita ribeira, que respondam perante elle*. Este juiz, deveria ser um lavrador. Tombo de Sezimbra, fl. 123 v. e 124.

gallinhas, gados, bestas de sella ou de albarda, e que lhes *constrangessem seus carros para nhuns serviços*, salvo quando o rei estivesse em Azeitão ¹.

A 22 de agosto de 1508 D. Manuel, de Cintra expede a seguinte carta.

«D. Manuel etc. querendo fazer graça e mercê a D. Brites, minha sobrinha, filha do condestable, que Deos tem, meu muito amado e prezado sobrinho, mando aos juizes e justiça da dita comarca de Azeitão e ao ouvidor d'ella, que guardem os privilegios da quintãa de Azeitão e dos caseiros, lavradores, foreiros, arrendadores, mordomo, escrivão e lagareiro do lagar de azeite, sob pena a qualquer que contra elles venha de seis mil reaes, metade para os captivos e metade para o accusador ².»

Pelo que atrás exponho se vê, que a quinta da Bacalhoa foi possuida pelo infante D. João, mestre de Sant'Iago, durante quinze annos decorridos de 1427 á sua morte em 1442, que d'este passou para sua filha D. Brites, mulher do infante D. Fernando, irmão de D. Affonso V, que a possuiu sessenta e quatro annos, desde o finamento de seu pae até 1506 data da sua morte.

Esta dama em 1500 interveiu no contrato nupcial de seu neto o condestavel D. Affonso, filho de duque de Vizeu D. Diogo, com D. Joanna de Noronha, irmã do segundo marquez de Villa Real, assegurando o cumprimento das condições estabelecidas com certos bens, que passariam por sua morte para o neto. D. Affonso falleceu em 1504, ainda em vida da infanta sua avó, e aquelles bens, com a quinta de Azeitão e pertenças, vieram cair em D. Brites de Lara, filha do condestavel, a qual, em setembro de 1521, desmembrou da Bacalhoa a quinta das Torres e a deu em dote de casamento a D. Maria da Silva, filha de Vasque Annes Côrte Real.

D. Brites de Lara nasceu por 1502. Era bella, rica e ao que parece não desdenhava adorações. Promettida esposa do conde de Alcoutim, destinada ao primogenito dos Braganças, acceitou os galanteios do duque D. Jayme, teve amores suspeitosos com o principe herdeiro, e a final veiu a casar em fins de 1520 ou em 1521 com o seu primeiro desposado D. Pedro de Menezes, conde de Alcoutim e que foi terceiro marquez de Villa Real.

Vivendo no paço, ou com sua mãe (de quem encontro noticia até 1515), creança, ou occupada de renovados amores, não seria D. Brites de Lara quem pensasse na construcção do palacio, e tão pouco quereria ao morgado, que, em 1 de dezembro de 1528, vendeu a Affonso de Albuquerque, filho, *por quatro mil cruzados de ouro a sua quinta em Azei-*

¹ L. 1.º dos Misticos, fl. 53 v. Na Torre do Tombo.

² L. 5.º da Chancel. de D. Manuel, fl. 21 v. Na Torre do Tombo.

tão da banda de alem, em Ribatejo com todos os seus paços, casas, adegas, lagares, terras de pão, vinhas, pomares, olivaeas, pinhaes, matos e terras baldias, pacigos, aguas...

Esta escriptura foi feita no anno de BCXXBIII, na cidade de Lisboa nas casas do muito illustre principe e muito excellente senhor, o senhor marquez de Villa Real estando hi de presente o dito senhor marquez e a muito illustre princeza e muito excellente senhora a senhora D. Brites, marquez de Villa Real, sua mulher... O preço de quatro mil cruzados de ouro, que valem um milhão e seiscentos mil reis, foi pago por Affonso de Albuquerque por uma grande somma de vintens e tostões de prata e algumas peças de ouro... E porque a quinta era do dote da marquezia, precedeu licença do rei, que no mesmo alvará, datado de 31 de outubro, permite que os marquezes firmem o contrato com juramento, *sem embargo da ordenação no livro quarto, que defende que se não façam contratos jurados*¹.

Affonso de Albuquerque já ao tempo era casado com D. Maria de Noronha.

Como se vê, a quinta era a Bacalhoa, nome relativamente moderno, mas por elle a tenho sempre designado para mais facil intelligencia.

VI

Tocarei agora um ponto subordinado ao assumpto, e que poderá ajudar a demonstração de que os *paços*, vendidos pelos marquezes de Villa Real, seriam levantados pela infanta D. Brites, filha do infante D. João, mestre de Sant'Iago.

Começarei por uma interrogação.

Teria alguma vez a quinta nome proprio?

Responderei, que assim o creio.

Silva Tullio, tratando da *Casa dos Bicos*², chamou á Bacalhoa, «quinta do Paraizo», confundindo-a com a propriedade na Alhandra, onde nasceram Affonso de Albuquerque, o Grande, e seu filho Braz, depois appellido do nome de seu pae.

¹ A escriptura existe no cartorio dos srs. condes de Mesquitella, senhores do morgado dos Albuquerque. O titulo 3.º do livro 4.º da ordenação Manuelina tem por titulo: *Que ninhũm nom faça contractos nem distractos, em que ponha juramento, nem boa fee.*

² *Archivo pittoresco*, vol. v.

Eu, porque nunca encontrei escripta, nem conheci tradicionalmente designação propria disse ¹ que a quinta apenas tem sido chamada do nome do sitio, ou dos possuidores, assim :

— Quinta de *Azeitão em Ribatejo*, por ser aqui situada.

— Quinta de *S. Simão*, por ter proxima uma ermida d'esta vocação.

— Quinta da *Condestabessa*, durante a administração da viuva do condestavel D. Affonso, na menoridade de sua filha.

— Quinta de *Affonso de Albuquerque*, depois da compra por elle feita aos Villa Real.

— Quinta do *Bacalháo*, pelo casamento de D. Jeronymo Manuel — o *Bacalháo* — com D. Maria de Mendonça.

— Quinta da *Bacalhoa*, desde a administração de D. Francisca de Noronha, na interdicção de seu marido, João Guedes de Miranda Henriques.

Todas as designações que cito, conheço de muitos documentos escriptos; comtudo creio que primitivamente, isto é, pelas edificações da infanta D. Brites, se chamaria *Villa Fraiche*.

Em *Azeitão* e junto da *Bacalhoa*, em terrenos do morgado, ha uma povoação, não de muito velha data, chamada *Villa Fresca*. Quando em 1759 se formou o concelho de *Azeitão*, foi creada em villa a *aldea de Villa Fresca* ². Transferida em 1786 a séde municipal para a aldea de *Nogueira*, reapareceu a antiga denominação: *aldea de Villa Fresca* ³.

Do seculo xv nenhum documento conheço que nomeie a *aldea de Villa Fresca*, emquanto, que, para fazer conhecida a situação de uma propriedade, se cita a *quinta da Condestabessa*.

Depois, no seculo xvi, encontra-se escripta aquella designação sempre a modo de se approximar da pronuncia franceza: *Villa-Frexe* — *Villa-Freixe* — *Villa-Frêche* — *Villa-Freiche*. O theatino D. Manuel Caetano de Sousa, que se não nasceu n'esta aldeia por ali perto foi creado, diz em fins do seculo xvii, que este *Freche* é do francez *Fraiche*. O equivalente portuguez *Fresca* começa a apparecer já meiado o seculo xviii e só é geralmente admittido no seculo presente.

Villa, como é bem sabido, não designava, mesmo entre os portuguezes, a povoação séde municipal, mas a quinta com casarias, e assim se

¹ *Economista*, jornal de Lisboa, n.º 1:097 de 1885.

² Carta mandando crear em villa a aldea de *Villa Fresca*. Lisboa, 5 de dezembro de 1759.

³ Alvará de Lisboa, 16 de agosto 1786.

dizia *villa urbana* ou *villa rustica*, conforme era habitação de senhor ou predominavam n'ella as officinas agrarias ¹.

A *villa* italiana essa vem até nossos dias, e modernamente vemos ir-se entre nós tambem recebendo a locução para designar uma casa de campo com jardim, horta, etc.

Aldea, é bem sabido, que não significava, como hoje, apenas a pequena povoação rural, mas era quasi o *monte* alemtejano, um agrupamento de construcções para accommodação do pessoal dependente da quinta e comprehendendo as officinas. Era cavalleiro villão, segundo os antigos foraes, o homem que possuia uma *aldea*, uma junta de bois, 40 ovelhas e um burro ².

A *aldea de Villa Fresca* era pois o agrupamento de habitações junto da *quinta-Fresca*, o lugar de residencia dos caseiros, lavradores, foreiros, arrendadores e mais pessoal dependente d'aquella propriedade e participe dos seus privilegios e franquias.

A *Villa-Fraiche*, como hoje se escreve, ou a *Villa-Freche*, no francez aporтугuezado de então, seria a quinta com paços da infanta D. Brites ³.

As designações francezas e as divisas n'esta lingua foram muito em uso nos seculos XIV e XV. Eduardo III de Inglaterra, avô da rainha D. Filippa de Portugal, instituindo a ordem da Jarreteira, deu-lhe por legenda *Honny soit qui mal y pense*. Do mestre de Aviz a letra da empreza foi: *Il me plait pour bien*. A do regente D. Pedro, *Désir*. A do infante D. Henrique seu irmão: *Talant de bien faire*. A do infante D. Fernando: *Le bien me pluit*. A do infante D. João, pae de D. Brites: *J'ai bien raison*.

Ora sendo por aquelles tempos tanto da boa sociedade a lingua franceza, sendo a preferida pela familia de Aviz para as suas emprezas, pôde bem crer-se que D. Brites foi com a moda e com o uso dos seus, e cha-

¹ A Arruda foi creada villa em 1574, e desde os primeiros tempos da monarchia é chamada *villa*, mas pelos mais antigos documentos se pôde mostrar, que esta *villa* quereria dizer *granja*, *quinta*. Em 1255 o mestre Paio Peres Correia e o commendador de Mertola, Gonçalo Peres dão ao freire Estevam Mendes *aquelle campo que é chamado villa da Arruda*. Em 1300 a Arruda é dada á rainha D. Izabel, recebendo a ordem de Sant'Iago em troca a quinta da Horta Lagoa no termo de Santarem. Em 1236 já o mestre Paio Peres tinha trocado com o sobrejuiz Pedro Martins o usufructo da Arruda pelas herdades que este tinha nas lezirias da Toureira. Mais tarde, em 1300, a rainha D. Beatriz deu á ordem de Sant'Iago a quinta da Rebaldeira em troca da Arruda. Depois ainda Affonso IV troca a Arruda pela herdade da Anisa no termo de Alcacer, isto em maio de 1329. NB. Os dois contratos atraz, de 1300, um é de 14 de junho, outro de 3 de outubro.

² *Et qui habuerit aldeam, et uno iugo de bois et xxxv oves et uno asino et duos lectos, comparet caualum*. Foral de Sezimbra, de Palmella e todos os do typo de Evora.

³ A divisa do infante D. Henrique escrevia-se «*Talant de bien fere*», por *faire*.

mou á sua quinta *Villa-Fraiche*, a que a abundancia de agua, a exposiçãõ ao norte e a situaçãõ da quinta e casa na quêda dos montes bem auctorisava.

Tenho, pois, que o primeiro nome da Bacalhoa, pela posse de D. Brites, foi *Villa-Fraèche*, ou *Fresca*, servindo a locuçãõ portugueza e a palavra *villa* seria a designaçãõ que o architecto italiano (?) lançou sobre os desenhos.

VII

A infanta D. Brites gosou avultadas rendas; seu marido, o infante D. Fernando, duque de Vizeu e de Beja, foi o senhor mais rico do paiz; era gastador e perdulario, largando loucamente os seus haveres. D. Brites em vinte e tres annos de convivencia com elle teve tempo á farta para lhe tomar os usos, se já lhe não eram peculiares; foi faustosa, dissipadora, dadivosa em demasia e, pelas facilidades de haver, não a embaraçavam quantias. Seu cunhado Affonso V foi largo para a casa da infante; seu genro, João II, desejou sempre agradar-lhe, e esforçou-se por lhe matar o resentimento dos actos, que rasões de estado e a propria conservação o fizeram praticar; seu filho Manuel, com consento real, dava-lhe a mãos largas as rendas da ordem de Christo, cujo mestrado tinha, como regedor e administrador e, depois de alcançar o throno, concedia dadivosas liberalidades a sua mãe.

O *livro 1.º dos Misticos* abunda em mercês e concessões de grossas rendas a D. Brites; o estado era aquella familia de Borgias, todos igualmente queriam parte nos despojos da sua victima¹.

N'uma carta de Cintra a 5 de outubro de 1485, D. Manuel, duque de Beja, senhor de Vizeu, da Covilhã, de Moura, de Serpa, das ilhas da Madeira, dos Açores e de Cabo Verde, condestavel de Portugal, como regedor e governador da ordem da cavallaria de Nosso Senhor Jesus Christo, doou a sua mãe todas as rendas de bens dependentes da ordem, e que ella gosava, por dois annos alem da sua morte *para descargo da sua* (da infante) *consciencia e pagamento de suas dividas*. No dia 3 de abril do mesmo anno, em Beja, já se tinha obrigado, na mesma qualidade de governador da ordem de Christo, ao pagamento das dividas de seu

¹ Non tibi, inquit illa (Beatrix) solum regni hæreditas obvenit, sed etiam matri, et propinquis, et omnibus denique, qui in te spem rerum suarum collocatum habent. H. Osorii, *De Rebus Emmanuelis*, liber prim. Edit. 1791, pag. 36.

pae, o infante D. Fernando, e entre os credores acham-se um Abraão Beacar e outros *tratantes*, que lhe tinham feito certos *emprestidos*, já avolumados por D. Brites, e tomado alguns arrendamentos pagos anticipadamente. As *dividas meudas*, *segundo palavra de Pero Affonso*, *montariam a seiscentos mil reaes*.

A carta de Cintra foi confirmada por D. Manuel, já rei, no dia 4 de julho, e a de Beja no dia 5 do mesmo mez de 1496, ainda não passados seis mezes da sua enthronisação, e ambas datadas de Barra a Barra ¹ em frente de Lisboa, para onde D. Manuel fugira da peste, temendo comparecer no tribunal de Deus, quando ainda o cadaver de seu primo D. João II não era extincto.

D. Brites, vivendo na côrte de um rei artista por genio, frequentando aquelle meio, em que tanto se fallava do que ia por Italia em materia de arte, da habilidade e pericia dos mestres, do gosto aprimorado e magnificencia dos principes Mecenas das artes, que contribuiam em grande para o seu desenvolvimento, sabendo que aquelles principes applicavam avultadissimas sommas a faustosas construcções, em que o novo estylo á larga se expandia; que os maiores senhores protegiam e honravam os artistas de verdadeiro merito, convivendo quasi familiarmente com os mais celebrados, como que transformando os seus palacios em academias e museus; não podia D. Brites, opulenta, faustosa, gastadora, princeza e mãe de uma rainha, deixar de querer imitar aquelles que eram louvados e prendiam as attenções da mais alta e culta sociedade.

D. João II tinha predilecção por Setubal; a quinta de Azeitão, que o mestre de Sant'Iago deixára a sua filha, era proxima do logar de residencia da côrte, em sitio delicioso, abundante de aguas e capaz de se levantar n'elle habitação principesca, e D. Brites quereria ter casa vizinha da côrte e condigna da sua elevada jerarchia. D. Brites, pois, encomendaria os planos de um palacio de campo a architecto habil e, não o havendo no paiz, vir-lhe-ia o traçado, ou um artista da Italia, e este delineou uma *villa*, que, em uma epocha de transição, saiu n'um genero medieval, amodernado por um florentino.

Como é muito usual succeder, o logar escolhido para a nova edificação foi o assento da antiga casa da quinta, a residencia, talvez, do mor-domo.

Quem attentamente observar o palacio e quinta da Bacalhoa e os vir minuciosamente encontrará nas edificações tres idades e influencias das epochas. Duas casas com abobadas ogivaes restos da habitação do tempo do monteiro mór João Vicente, ou do principe D. João, mestre de Sant'-

¹ L. 1.º dos Misticos. Na Torre do Tombo.

Iago, palacio e cerca torreada de D. Brites sua filha, construcções e decoração polychromica de Affonso de Albuquerque.

As velhas casas restam encravadas no meio das outras, como o ca-roço d'aquelle fructo. O palacio distingue-se pela fórma cylindrica das tor-res e cintas azulejadas das salas. Os innovamentos de Albuquerque to-maram a fórma angular e os ornatos de barro esmaltado, os medalhões e azulejos dão-lhes logar á parte.

O palacio não é do infante D. João, porque o estylo vae muito fóra do seu tempo; a filha do condestavel D. Affonso, marquez de Villa Real, não teve occasião para levantal-o; resta-nos, portanto, D. Brites para construir, e Albuquerque, filho, para reformar.

VIII

No friso do portão, que, pelo norte, dá entrada para o pateo do pa-lacio, lê-se a seguinte inscripção:

«Anno 1554 — Alfonsus Albuquerqueus Alfonsi Magni indorum debella-toris filius — sub Joanne III Portugalix rege condidit — Anno MDLIII.»

Esta inscripção, a fama tradicional de que a quinta e palacio haviam sido delineados sobre os traços de uma das praças da India portugueza, onde o valor de Albuquerque mais brilhára (tradição que se deve ter por muito graciosa), todas as noticias escriptas, ou impressas até hoje, le-varam-me a crer, que quanto existia na Bacalhoa fóra obra de Albu-querque, filho. A inscripção devia julgar-se coeva e testemunha irrecu-savel, e a falta de vestigios do *paço da condestabessa*, vendido pelos Villa Real, explicava-a a mim mesmo, suppondo-o construcção nada recom-mendavel, que o novo proprietario arrasára para levantar fabrica apri-morada.

Foi o acaso, que me despertou a attenção, e me chamou a observar mais accuradamente as construcções.

A quéda do reboco da torre septentrional descobriu uma janella am-pla e de verga semicircular, que destoa completamente das demais e mos-tra que a torre foi restaurada e soffreu modificação. Em baixo divisa-se uma porta de iguaes fórmãs, que communicava a torre com o pavimento terreo do palacio. Outros vestigios foram apparecendo indicativos de al-terações na primitiva edificação. Leitura mais attenta do titulo da com-pra aos Villa Real e sua confrontação com o titulo da instituição do vin-culo, documentos distanciados quarenta annos, comparados ainda com a tombação do morgado, que descreve minuciosamente a casa e quinta, fez-me ver que na propriedade havia em todas as tres epochas (1528,

1558, 1630), não só *paços*, mas *pomares*, *vinha*, *cerca de muros e officinas agrarias proximas*, tal como ainda hoje, em ruínas.

Uma vista rápida mostra um todo unido, não sem que o olho deixe de resentir-se, como o ouvido, quando de entre um jogo de harmonias escapa um accorde dissonante e rápido.

As torres circulares, ou cubellos, como lhes chama o tombo, e os edículos dos muros da quinta, comparados com as construcções similares do palacio representam uma só mão a lançar os primitivos traços; mas se se deixar pousar a vista sobre o objecto, que de leve a impressionou, ha de notar-se alteração e modificação nos lineamentos. Se se descer a minudencias, então resalta de passo a passo a reedificação e os innovamentos.

Conhecia o andar nobre do palacio; busquei, porém, examinar attentamente o interior, e notei logo que a faixa de azulejos, que cinge as salas, não corresponde ao que, n'este genero, ha na parte superior da quinta. O azulejamento d'estas salas é em xadrez, ou como nas lisonjas da armaria, tecido de quadrados brancos com tiras verdes ou azues, e é sobejamente sabido que esta especie de mosaico é anterior aos azulejos com desenhos a cores, ou em relevo. Desci ao pavimento terreo, onde nunca tinha entrado, e encontrei provas claras de outra edificação ali encerrada. Ha duas casas cobertas por abobadas em ogiva e de arestas, cujas nervuras nascem tão proximas do chão, a não restar duvida de que o pavimento correspondente deve achar-se muito soterrado, e de que se levantou outro sobre elle para alcançar o novo nivel. Na parede que divide estas casas entre si houve um arco de volta perfeita, tecido de tijolo, cheio posteriormente de alvenaria e que a quèda do revestimento descobriu. Na varanda coberta junta, vê-se o sobre-arco de uma antiga porta para as casas abobadadas, cuja soleira deve achar-se bastante funda. Interiormente vêem-se diversas communições de casa para casa, que foram inutilisadas ou substituidas.

Depois do primeiro achado admirei-me, como é usual, de não ter dado por outros signaes de reedificações e emendas.

A escadaria que dá entrada para o palacio tinha por guarda uns corrimãos supportados por pilares intervallados com balaustres de marmore branco, e no patamar superior ainda assim é; no medio, porém, formou-se um mainel massiço, enchendo os vãos da gradinata de alvenaria revestida de azulejos de relevo, do genero que mais abunda na quinta, e em tudo dissimilhante do azulejamento interior do palacio. Ainda aqui ha a notar que os azulejos da escadaria são de tres desenhos diferentes. No azulejamento da parte superior da quinta encontram-se mesmo especies de epochas muito distinctas.

Esta alteração na gradinata da escadaria não é restauração, mas remendo. Em 1631 ainda todo o corrimão era sustentado por balaustres.

Nas duas galerias sobrepostas que olham a norte, vê-se que o stylobata, sobre que pousam as columnas da arcaria superior é de pedra dissimilhante da que lhe fica por debaixo, repetindo-se o facto nos arcos da galeria superior, e dando-se aqui mais a circumstancia de não serem de pedra faceada, os seguintes nem terem medalhões de moldura relevada na mesma pedra, como nos seguintes das demais arcarias. A pedra d'estes arcos e do stylobata é amarellada, branda e já a esboroar-se, enquanto o mais é calcareo rijo e branco, ou marmore da Arrabida, ainda que pouco escolhido.

Parece ter havido aqui grande reparação, em que se não attendeu a todas as partes architectonicas. Uma parede de esbarro, reforçando a base da arcaria inferior, vem de ajuda a este supposto. É de crer que estes trabalhos fossem posteriores ás obras de Albuquerque.

IX

N'um ediculo, que encima a porta da entrada do palacio, vê-se um busto de barro de boa execução. As proporções são as naturaes. Mostra um varão na força da vida, cabello sobre curto e cuidado, barba despontada como na epocha de João III, o rosto oval, o nariz aquilino e a fronte espaçosa, a expressão é clara e de distincta serenidade. Veste de um tecido de malha, virando-se como golla em bicos, deixa o pescoço a descoberto. Do hombro cae até meio braço um adorno do mesmo tecido e tambem em bicos. Duas largas faxas, como pontas de um manto, traçam-se sobre o peito, ligando-se em nós sobre os hombros talvez o *díplax* dos philosophos.

Não faltaram ao busto com os ultimos toques, foi trabalho bem tratado, é finalmente um bom exemplar do genero. Está ao alcance da vista, mas não permittindo a opacidade do barro bem divisar os pequenos relevos faciaes, quer ser tocado com os olhos.

Na frente do que forma o assento da figura ha um listrão com as extremidades enroladas, como que destinado a um nome, que não tem, pois mal ficava n'um retrato. Não lhe pude achar monogramma, assignatura, ou marca de auctor.

É crido, como a reproducção fiel de Albuquerque, filho. O logar que occupa competia de direito ao senhor da casa.

Os bustos dos mais ediculos d'esta frente do palacio, e que ainda existem, são de fino marmore; pela distancia a que ficam não podem bem apreciar-se; parecem todavia bons e representam figuras mythologicas, ao que póde julgar-se.

O busto em barro do senhor da propriedade acha-se em bom estado de conservação e deve-o a uma excentricidade, para não dizer mais, de um successor qualquer no morgado, que o fez cobrir de uma camada de gesso para condizer na côr branca com os outros bustos e similhar pedra.

Não é facto extraordinario ser em barro o retrato de quem podia tel-o em marmore ou bronze. São celebres os bustos em barro cozido do marquez João Francisco Gonzaga de fins do seculo xv, outro da mesma epocha de João Bentivoglio e ainda outros posso citar de Carlos VIII e Niccolo da Uzzano por Donatello.

No friso inferior á cornija que orna esta porta lê-se — *Ecce elongavi fugiens et mansi in solitudine.*

Expressará os desejos de occasião de Albuquerque, filho, quando aqui escrevia os *Commentarios do grande Affonso*; todavia, mais tarde, encontrâmol-o na administração municipal de Lisboa, occupado de outros negocios publicos e, nos ultimos dias, talvez dementisado pela idade, peralta, requestando uma joven fidalga, D. Catharina de Menezes, com quem casou, fazendo politica iberica contra a independencia da patria e concorrendo a entrevistas com Christovão de Moura disfarçado com barbas postiças ¹.

X

Tentando apresentar como boa a idéa que concebi sobre as edificações da Bacalhoa, e demonstrar as bases, que me serviram para formar uma opinião opposta a quanto se havia escripto e era geralmente acceito por bom, poderei, por necessidade, tornar-me prolixo. Que me seja relevado o que tiver de impertinente.

A quinta é dividida em dois terraplenos por um muro, que supporta as terras mais altas.

A cerca inferior condiz com a architectura do palacio; em ambos estes logares os torreões cylindricos com cupulas de gommos, em ambos azulejos monochromos e menos bons.

O terrapleno superior tem nos angulos do norte dois pavilhões chamados, um *casa da India*, por ter tido umas télas representando as cidades d'aquelle estado, nas quaes mais brilhou o valor de Albuquerque, o

¹ Salvá, *Col. de doc. ineditos para a hist. de Hisp.*, tomo vi. Carta de Christovam de Moura ao rei Philippe, em 9 de março 1579.

Grande¹, o outro *casa das pombas*. Nos angulos do sul ficam, n'um o palacio, no outro o lago, *casa da penna*, e mais dois pavilhões ligados por *loggias*.

Os torreões da cerca inferior são seis e, descendo-se ás minuciosidades precisas, vê-se distinctamente que os torreões dos angulos foram construidos com a cerca de muros e os intermediarios feitos posteriormente, para o que houve de rasgar-se o muro e não tanto como o necessario, pois a parte que restou dentro dos torreões deu origem a que estes se partissem por ali.

Quatro d'estes torreões, ou cubellos, como lhe chama o *Tombo* do morgado, foram applicados a estações da Via Sacra, com altares de marmore preto, forrados de azulejos nas frentes e, por não bastarem, metteram-se-lhes de premeio uns nichos nos muros para completarem os sete passos da paixão de Christo.

N'aquelles tempos de religiosidade e fé mais vivida bem iam estes exercicios, e o logar escolhido, aonde já eram esvahidos os rumores do palacio, era a isso accommodado.

Este recinto em 1528, pela venda dos Villa Real, era parque; pela formação do tomo, em 1630, estava plantado de vinha, e assim continuou por mais dois seculos, até que o *oidium* destruiu as videiras.

No terrapleno superior em que está o palacio é onde se vê clara a reforma de Albuquerque, filho, cujas construcções se desviam do genero architectonico primitivo.

É esta a parte mais aprimorada.

No remodelamento tentou-se accommodar variantes ás novas construcções. Encontra-se aqui o torreão; trocou-se, porém, a fórma cylindrica pelo cubo e substituiu-se a cupula hemispherica por telhados pyramidaes. As galerias de sobre o lago não destoam das do palacio, mas aos pavilhões que as extremam deu-se a cobertura de telhas acoruchada das torres angulares d'esta parte da quinta.

As hombreiras das portas e janellas do palacio são angulares, as das edificações da cerca superior são de quarto de circulo.

Os muros do terrapleno inferior correm na sua altura com a inclinação, ainda que ligeira, do terreno e são nus na corôa; os do terrapleno superior são de nivel no coroamento, como de nivel lhes correm as ruas paralelas, resguardadas com muros de suporte, que as limitam. Aqui mesmo se conhece a remodelação, o antigo muro de argamassa distincta segue a declividade do solo; para correr de nivel com as ruas, houve de ser levantado.

¹ Restam ainda nas paredes as reguas em que estavam pregadas as télas.

O recinto superior foi outr'ora occupado por jardins e pomares, esmeradamente cuidado e ornamentado. Sobre todo o muro havia, intervallados por pyramides, pedestaes quadrangulares, em que pousavam espheras. De tudo ainda existem restos, carcomidos e a esphacelarem-se.

É bem sabido que D. Manuel tomou por empreza a esphera, e bem conhecida é a protecção dispensada por este rei a Affonso, filho; Albuquerque, o Grande, depois da tomada de Goa, bateu uma moeda a que chamou *esphera*, e com esta figura no cunho; natural, pois, seria que o filho aqui empregasse, como ornamento, o emblema que recordava os altos feitos de seu pae e fallava das glorias patrias, esquecendo que o rei com um ultraje, que á sua regia alma não doeria, lhe victimára quem lhe dera o ser, illustre nome e grossos cabedaes.

A modestia, por assim dizer, do terrapleno inferior fel-o votar aos exercicios intimos de religião, a que as grandezas luxuosas não ficam bem. No terrapleno superior, de uma opulencia faustuosa, tudo se mundanalizou, estando de envolta com versiculos biblicos figuras mythologicas e celebridades da historia dos povos, acotovelando-se, defrontando-se, sobraçando-se.

Na galeria do palacio, que olha o poente, palestram amigavelmente o Euphrates, o Mondego, o Nilo, o Danubio e o Douro; por sobre a porta, que d'aqui sáe para o jardim, lê-se: *Satiabor cum apparuerit gloria tua*; logo a seguir faz costas a uma cadeira um quadro em azulejo representando o roubo de Europa. Continuando para o poente, ha pela parede medalhões de louça com bustos de Alexandre, Annibal, capitães famosos e imperadores romanos. Sobre as portas das *casas de prazer* do lago, em nichos, havia estatuetas representando as virtudes cardeaes, a Justiça, a Prudencia, a Temperança e a Fortaleza.

Ía-se aqui com o costume dos tempos. Nas portas de S. Pedro de Roma, Filarete emmoldurava os quadros, que representam assumptos famosos da historia da igreja, com passagens de Esopo, e Raphael povoava as bordaduras das tapeçarias, que representavam os actos dos apostolos, de figuras grotescas¹. Disparatadas parcerias ainda fez Camões tambem entre o Padre Eterno, Cypris, o Christo, as Nereidas, a Virgem e Marte.

¹ O cardeal Bembo, secretario de Leão X, fez dizer a este papa, quando annunciou aos principes christãos a sua elevação ao pontificado, que elle tinha sido creado pontífice pelos decretos dos deuses immortaes.

XI

O apparecimento das janellas de volta perfeita, a fórma das abobadas das duas casas interiores, a dessimilhança dos azulejos do palacio e das construcções da quinta, alguns pedaços de azulejo de typo mais antigo mettidos nas argamassas e as demais circumstancias apontadas, deram-me a opinião de que Albuquerque, filho, foi apenas innovador em grande dos paços e quinta da *Condestablessa*, podendo até precisar-se o que é primitivo e remodelação.

Os dois typos architectonicos desmentem a inscripção de 1554.

No primeiro periodo da Renascença em Italia, no seculo xv, as edificações formavam cubos pouco movimentados, com grandes cheios, em que rareavam as janellas, o palacio florentino com a sua fachada nua e severa dava ares de uma fortaleza, buscando-se apenas ferir a imaginação por massas imponentes e de linhas ininterruptas. Os architectos, cheios de considerações ainda pelas obras das gerações precedentes, deixavam-se dominar por este phenomeno atavico, a que não é facil fugir-se n'um inicio. Andrea Sansovino, o mestre que para lição nos mandou Lourenço de Medicis, é mesmo tido como incurso n'este peccadilho.

Se na Bacalhoa encontrâmos esbeltas torres e formosas *loggias* abertas por arcarias em columnatas, temos tambem a janella a grandes espaços, sem uma linha sequer, que corte todo o edificio. Tem, pois, a Bacalhoa o caracteristico da transição da velha para a nova arte do ultimo quartel do seculo xv para o xvi.

As faces que olham o pateo e quinta têm belleza na fórma e tecido; as que dão sobre o jardim, que communicam directamente com a parte mais luxuosa e aformoseada, não lhes correspondem, são nuas e pouco airosas; janellas nada amplas, sem outra ornamentação mais que uma faixa de azulejo liso, lançadas em largos vãos, e para quebrar tanta monotonia lançaram-lhe uma galeria de seis arcos. No andar terreo algumas frestas gradeadas dão-lhe ares de carceres para condemnados. Em 1630 uma parede de limoeiros e cidreiras aprumava-se junto da de alvenaria matando tanta tristura.

Esta parte é o avesso de uma tapeçaria custosa.

Quem projectou o palacio parece não haver pensado em lhe lançar no reverso riquezas de polychromia de barros esmaltados, pavilhões e galerias elegantes como as do lago. Era um desacerto, um erro, uma prova de mau gosto, que não daria o auctor do primitivo traçado; é possivel, comtudo, que não fosse completa a execução.

As outras duas faces têm a nobreza e movimento que lhes dão torres e arcarias.

A face leste é symetrica. Dois torreões cylindricos, esbeltos, com cupulas em gomos encimados por pyramides, matam os angulos. Terão o aprumo de um Marte, de cuja raça descendem, mas de um Marte que despiu a sua armadura para veranear no campo com damas gentis. No andar nobre duas janellas por banda e no centro a porta de entrada, a que dá accesso a escadaria, correndo parallelá á parede do edificio e voltando sobre si n'outro lanço a alcançar a pequena varanda superior. As janellas e portas têm por corramento uma simples cornija horisontal, estimada pelos primeiros seguidores da nova escola. Esta cornija, excepto na porta, é separada uns 20 centimetros da aresta superior da verga por um cheio de alvenaria. Nichos com bustos correspondem superiormente a cada uma das janellas e porta.

Esta face dá para um pateo espaçoso cercado do norte e sul por muros. Ao norte, sobre o *rocío* da quinta, abre a entrada principal. É um portico, que parece haver sido restabelecido não haverá longos annos. Duas pilastras de marmore da Arrabida de inferior qualidade, espaçadas com relevo, supportam o entablamento, em cujo friso se acha a inscripção de 1554. No centro vê-se o logar para o escudo dos Albuquerque que se encontra no chão ao lado, talhado conforme o que vem nos *Commentarios*, e que Albuquerque, filho, reclama para sua familia, mas ainda por concluir, faltando-lhe os leões, para o que se lhe deixou a necessaria saliencia na pedra. Faltam ao portico as hobreiras. O portão do sul, que estava completamente destruido, foi ha pouco restabelecido, conforme o parceiro a que faz frente, e levado ao mesmo estado; por cima poz-se-lhe um outro escudo de armas dos Albuquerque, esquartelado, tendo no 1.º e 4.º quartéis o escudo de Portugal, no 2.º e 3.º cinco lizes em aspa, adoptado por D. João Affonso de Albuquerque, juntando ás quinas de Portugal as lizes que cabiam a sua mulher, por proceder da casa real de França ¹, e que fez pôr na torre de menagem da Codiceira por elle edificada.

Na fronteira do palacio ha dois torreões circulares, reparados de novo e com cupulas em gomos, extremando uma columnata, que sustenta treze arcos de pleno cimbrío com medalhões circulares e nus nos seguintes. É tudo de marmore da Arrabida. Este genero de ornamentação dos seguintes, creação de Brunellesco e muito querida dos architectos da primeira epocha da Renascença, sabe-se bem que foi proscripta pelos artistas que

¹ *Commentarios*, parte iv, cap. I.

se lhes seguiram. Esta arcada sustentava a cobertura de uma bella galeria ao rez do chão ¹.

Pelo torreão septentrional do palacio passa-se d'este pateo para a quinta, por uma porta sobre qual se lê: *Dirige Domine Deus meus in conspectu tuo viam meam*. É apropriado o versiculo, porque, descendo uma escadaria curva e dupla, dá-se na rua, que conduzia ás estações da *Via-Sacra*.

A frente do palacio, que olha ao norte, não é symetrica em todas as suas partes, mas do mais bello effeito perspectivo. Dois torreões, os mais altos, extremam-na, como a do leste. Caminhando d'este lado para o poente, ha uma janella com tarja de azulejo em volta, sobre ella a cornija, distanciada como as outras, e por cima um nicho já ermo; seguem-se duas galerias sobrepostas, abertas por escadas, verdadeiras *loggias*. A arcaria superior repousa em sete columnas doricas assentes n'um stylobata, ou base commum: a inferior pousa sobre quatro pilares assentes no pavimento. Para ornar os seguintes dos tres arcos inferiores, ha quatro bustos de alto relevo, saindo de outros tantos medalhões circulares — *imagines clypeatae* — que attrahem as attenções do amator. Representarão pessoas de familia?

Representam os dos extremos homens, os do centro damas. A julgar pelos typos serão, o infante D. João, mestre de Sant'Iago, de barba e farto bigode, e sua mulher D. Izabel, a infanta D. Brites e seu marido o infante D. Fernando, com a barba toda, mas sobre o curto.

O espaço que vae d'estas *loggias* ao torreão occidental é occupado por tres janellas desigualmente distanciadas. O serviço da galeria inferior para a quinta é por uma graciosa escadinha em espiral.

XII

Se não deixaram que D. João II levasse a cabo nenhum dos seus emprehendimentos e reformas, é bem certo que tudo já estava tão adiantado e bem disposto, que logo na entrada do seguinte reinado se patentearam, como por encantamento, prodigios d'aquelle grande genio de rei.

As artes, estioladas pela sombra de dois reinados pouco felizes, tinham-se esterilizado; mas, cuidadosamente amanhadas e adubadas com

¹ Em pouco estará restaurada esta galeria, graças ao actual proprietario o sr. conde de Mesquitella D. Luiz, que soube comprehender o valor d'aquellas edificações.

tino por D. João II, fructificaram cedo, produzindo, logo na primeira colheita, um estylo architectonico com certa originalidade, resultado de engenhosas e bem pensadas combinações do normando, do gothico, do arabe e de quanto mais havia creado, ligados a motivos da phantasiosa imaginação dos artistas e artifices nacionaes, em que se não perdeu a lição da escola nascida dos esforços e intelligente direcção do *principe perfeito*.

O rei Manuel falleceu em 1521, Albuquerque foi senhor da Bacalhoa em 1528 e se o palacio fosse por então projectado, resentir-se-ia ainda da escola e gosto que dominavam o paiz, e as construcções nem a mais leve sombra têm d'aquelle typo, ou teria seguido o estylo classico já em voga.

As arcadas abertas e ainda sobrepondo-se dão ao todo uns odores de Italia, um arremedo fugitivo das construcções florentinas e de Veneza, quer olhando jardins e terreiros, quer mirando ao longe, como na fachada norte, quer espelhando-se nas aguas, como no lago, e estas, distanciadas das restantes, seriam uma adaptação das novas construcções ao genero commum.

As galerias do lago não destoam das do palacio, mas os pavilhões, que as extremam, como já disse, são quadrilados e acoruchadas as coberturas.

O estylo do palacio é severo e nu de ornamentação; o do terraplano superior e suas dependencias é brincado de polychromias espelhadas e phantasiotas. No palacio attendeu-se ao conjuncto, pretendeu-se captivar a vista n'aquella mole torreada: á cerca de velhos muros imprimiu-se-lhe apenas o character, por assim dizer, do guardador que só cura do seu mister; aos muros da cerca superior quiz disfarçar-se-lhes o destino. Os muros inferiores cingem e prendem um recluso, suspendem o assaltante, prohibem o ingresso no recinto; os do terraplano superior seguram a vista, e os seus luzentes barros esmaltados entretêm o passeante com a variedade das polychromias, levam o pensamento ás idades da mythologia, da historia e até o chamam a Deos com as transcrições dos livros sagrados.

Affonso de Albuquerque, filho, foi em 1521 na esquadra, que conduziu a Saboya a infanta D. Brites, filha do rei Manuel e teve o commando de um galeão de 230 *toneis*. A armada saiu de Lisboa em principios de agosto e deu fundo em Villa Franca de Niza no dia 29 de setembro. A entrada publica da princeza na côrte só se realisou em maio seguinte, e entretanto os officiaes da armada fizeram digressões pela Italia, visitando as principaes cidades e monumentos da patria das artes. D'esta excursão viria a Albuquerque o gosto do bello, e o conhecimento do que podia valer uma construcção com originalidade de fórmas, marcando ao mesmo tempo uma epocha artistica o renascimento das artes no seu paiz.

É indubitavel que Albuquerque em Ferrara se enamorára da estrutura externa do celebre palacio dos *Diamantes*, ou em Bolonha do palacio Bevilacqua, attribuido a Gaspar Nadi e começado em 1481, coevo do anterior. A celebridade d'estes dois edificios está principalmente no exterior das paredes formadas de pedras em facetas a modo de diamantes, invenção mais extravagante do que bella: d'aqui nasceram sem duvida as *casas ás portas do mar* em Lisboa, mais conhecidas pela *Casa dos bicos*. A tradição vulgar mesmo vem-lhe de reforço, dizendo que Albuquerque, para dar mostras da exuberancia dos seus haveres, projectava collocar um diamante na ponta de cada prisma.

D. Maria de Ayala, mulher de Albuquerque, era da casa de Villa Real, por seu pae, e de Portalegre por sua mãe. Os Villa Real tinham o morgado da Bacalhoa, os Portalegre alguns bens ali proximos em Azeitão. Affonso de Albuquerque prender-se-ia com as fórmas e disposição do palacio e quinta dos primos de sua mulher, comprou-os, e as recordações de Florença e de outros centros artisticos da peninsula italica, em que campeavam as innovações dos grandes mestres, fizeram-no adoptar para ornamentação da sua nova propriedade os polychromos e os barros cozidos dos Della Robbia e sua escola, adquiridos em quantidade, que, ainda hoje, só por si, formam uma collecção valiosissima, um museu verdadeiro pela grande variedade dos specimens, em que figuram não só productos estranhos, mas de origem portugueza comprovada, que representam com brilho este ramo de industria nacional n'aquella epocha. Por alguns azulejos do typo quatrocentista, que se encontram dentro na alvenaria, ou forrando a face superior dos alegretes, póde crer-se que já algum azulejamento existia nas construcções da quinta anteriormente á compra por Albuquerque.

XIII

Os azulejos e os medalhões da Bacalhoa mereciam ser tratados por mão de mestre, mas já descrevendo-os como observador enamorado d'elles, póde aproveitar á arte e á historia d'esta industria, despertando a attenção dos entendidos.

Os medalhões são sem duvida da escola, ou das officinas dos Della Robbia, senão de Andrea, ou de Giovanni.

As *rajolas* são de alguma fabrica da Hespanha, Talavera ou Valencia.

As cercaduras dos medalhões menores são de origem flamenga.

Os quadros historiados, os mythologicos, os allegoricos, os *grotteschi*, os *humoureschi*, uma cercadura formosissima e um escudo com o brazão

dos Albuquerque, que ha nas *casas de prazer* juntas ao lago formam uma collecção valiosissima da industria portugueza, e que importa muito para a historia d'este ramo de ceramica no paiz. Nada falta a esta collecção, assignatura (Matos) n'uma parte, data (1565) em outra, e tudo ligado por elementos decorativos a comprovar a sua procedencia.

Quanto aqui enumero pertence indubitavelmente á restauração e innovamentos de Albuquerque.

A julgar por destroços e restos de azulejos que se encontram nas argamassas, ou de azulejos cerceados e recortados a cobrir as pequenas paredes, que formam a caixa para as plantas dos alegretes e que mostram ter para ali vindo de logar apropriado, a collecção já foi mais variada. Uns azulejos lisos remendando quadros do mesmo padrão, mas de relevo cavado, provam ter havido reparação no azulejamento e alguns com escorregamento de tintas dirão ter-se recorrido a um fabricante, que por inhabil houve de ser posto de parte.

Estas reparações deverão attribuir-se a D. Jeronymo Manuel, o Bacalháo, que teve o morgado e habitou o palacio por bastantes annos antes e depois da sua viagem á India, e continuadas talvez por seu filho D. Jorge, que tambem habitou o palacio, aonde falleceu em outubro de 1651.

Affonso de Albuquerque, filho, com sua mulher D. Maria de Noronha vinculou a quinta em 1568; dez annos depois ainda esta dama vivia, mas seu marido, já proecto, enviuvando, passou a segundas nupcias com D. Catharina de Menezes; pouco durou esta nova união de Affonso de Albuquerque, porque em 1581 falleceu. De nenhum dos matrimonios restaram filhos, mas houve um natural, D. João Affonso de Albuquerque, que pretendeu succeder no morgado. Foi n'elle apossado, mas seguiu-se porfiado litigio, movido pelo ramo de Fernando de Albuquerque, chamado na instituição á administração do vinculo. Só em 1609 a causa foi decidida a favor de D. Maria de Mendonça, mulher de D. Jeronymo, o Bacalháo. Estes conjuges estabeleceram residencia no palacio, aonde D. Jeronymo falleceu em 1620. Já em 1607 o hospital, instituido por Affonso de Albuquerque, estava em ruinas, e o palacio e quinta corriam-lhes parellas; é de crer pois que as reparações fossem do Bacalháo e seu filho Jorge. Em 1623 ainda encontro residindo na quinta um João Real, *ladri-lhador*, que aqui poderia estar na reparação do azulejamento.

As ruas do jardim e as que correm ao longo dos muros do quadrangulo superior tinham o pavimento de famoso tijolo de 0,20×0,10, de excellente barro, bem fabricado e cozido, de que existem restos.

Estas ruas são orladas de alegretes para flores. Um arrendamento de 1674 impõe ao rendeiro da quinta a obrigação de tosquiar o buxo do jardim e ruas duas vezes por anno e limpar os craveiros dos alegretes.

Do lado do muro estes alegretes são a espaço interrompidos por cadeiras de alvenaria revestidas de azulejo; do lado opposto, tambem a distancias

certas, ha uns cubos mais elevados para plantas de maior porte. O azulejo d'estes cubos é sempre de qualidade superior ao dos alegretes, variando no desenho e todo de relevo. Entre cubo e cubo e entre cadeira e cadeira, nos pannos de cada alegrete encontram-se quatro formosos azulejos de relevo, assentes em diagonal: são dos mais apurados no gosto, no desenho, nas tintas e no esmalte. O fundo d'estes azulejos é branco, os desenhos folhas e flores de phantasia, e n'uns apparecem uns fructos, que na fórma se approximam da romã (n.º 15). Os desenhos são combinados para quatro azulejos. Os padrões n.ºs 11, 23, 25 e 33 encontram-os notados como puro renascimento italiano¹, muitos outros podem assim ser classificados e terão vindo feitos de Italia, ou serão fabricação portugueza sobre desenhos d'aquelle paiz. N'elles dão-se os caracteristicos dos productos ceramicos *sicúlo-arabes*: espessura do vidrado e colorido terminado a miudo por grossas gotas de tinta coaguladas². Ha mais dois padrões: um (n.º 9) notou-o Haupt no alcaçar de Sevilha, outro (n.º 37) para cercadura, em Santa Maria de Penha Verde³.

A variedade no azulejamento é extraordinaria, quer as placas sejam lisas; de uma só côr, com desenhos polychromos, ou de relevo cavado e coloridos.

A mesma variedade se encontra nas cintas de azulejo, que emmolduram as portas e janellas, quer as paredes sejam nuas ou azulejadas, distinguindo-se entre estas cercaduras as da *casa da India* (n.º 5), de desenho fino, correcto e de bom gosto, remendadas com uma imitação mal produzida, e que foi n'outras partes aproveitada para o mesmo emmolduramento.

A varanda coberta, ou *loggia*, que dá sobre o jardim tem uma larga cinta azulejada, e cinco quadros representando os rios Euphrates, Mondego, Nilo, Danubio e Douro.

A ornamentação polychromica da Bacalhoa prendeu a attenção do sr. Theodor Rogge, allemão, professor de desenho, e de volta ao seu paiz occupou-se d'ella, dedicando-lhe um artigo acompanhado de alguns desenhos, entre os quaes o quadro que representa o Douro.

Eis o que diz o illustre professor:

«Depois da introducção das faianças italianas da Renascença, sentiu-se a influencia d'esta na decoraçãõ dos azulejos. As amostras mais bellas d'esta mudança de orientação fornece-as o palacio da Bacalhoa em Azei-

¹ Luiz Domnech, *Historia general del arte*, caderno iv.

² Henry Havard, *La Céramique. L'histoire*, 22.

³ Von Albrecht Haupt, *Die baukunst der Renaissance in Portugal*, 1890.

tão, construído pelo filho do celebre heroe da India, Affonso de Albuquerque.

«A figura 3 (o Douro) mostra o systema de um adorno de paredes por azulejos na galeria occidental do palacio e que abre sobre o jardim. O desenho executado em azul, amarello, verde e castanho sobre fundo branco é circumdado de uma bordadura de ovulos, e cobre a parede até á altura de 1^m,72. Os paineis (kartuschen) polychromos representam personificações dos rios principaes de Portugal.

«A figura illuminada no quadrado á direita dá o detalhe de um desenho composto de quatro azulejos. As bordaduras encontram-se na tabella illuminada, em baixo á esquerda, fig. 4. A combinação d'estes elementos em outras posições dá origem a uma infinidade de desenhos, que depois se circumdam de differentes molduras.

«Os pavilhões do jardim, as paredes e as galerias do lago artificial, situado ao sul da quinta, são igualmente revestidos de ricos azulejos. Até os bancos para descanso os têm. A installação, toda cheia de encantos, é obra bem inventada de um architecto talentoso, e que conhecia a fundo este genero de decorações.

«Os azulejos que adornam as galerias do lago são quasi todos verdes com ornamentos em relevo, á maneira dos azulejos hespanhoes. No meio de uma das paredes ha as armas dos Albuquerque pintadas em azulejo.

«O pavilhão central do lago contém tres quadros igualmente distinctos pela fórma e pela coloração. Um representa o rio Tejo e outro Suzana no banho. No fundo, sobre um portico, lê-se a data de 1565, provavelmente o anno em que os azulejos foram fabricados.

«Tambem merecem menção as molduras das janellas do palacio, formadas por azulejos com ornamentos de plantas em relevo, e que representam uma decoração ornamental duradoura para fachadas ¹.»

O escripto do illustre professor germanico mostra bem o apreço em que elle tem a collecção variadissima dos barros esmaltados da Bacalhoa, collecção tão quantiosa, que de longos annos abandonada e entregue á destruição e á rapinagem, ainda não pôde aniquilar-se lhe o valor. Na Allemanha é tida como uma maravilha, conhecida e apreciada; em Portugal, no proprio paiz que a possui, passa quasi ignorada.

O azulejo que vestia de alto a baixo as *loggias* do lago é em relevo

¹ *Kunstgewerbe-Blatt*. October 1893, Leipzig. Tradução do meu bom amigo dr. Hugo Mastbaun. O illustrado professor, dr. Theodor Rogge, publicou em 1895 um outro artigo *Keramik und decoration in Portugal*, cuja traducção seguirá, em appendice, esta monographia.

cavado, sobresaindo a côr verde, genero hespano-mourisco, talvez das fabricas de Valença ou do Aragão, pois me parece bem distinguir-se dos de fabricação portugueza (n.º 6).

No fundo da *loggia*, mais ao occidente, ha um quadro, tambem em azulejo, com o brazão dos Albuquerque n'um escudo de fórmula muito caprichosa, envolvido em ornatos de enrolados, genero de *cartoccio* typico do auctor, decorado com duas cabeças de satyros. O escudo é esquartelado, como o do portão meridional do pateo. No primeiro e quarto quartéis as armas do reino com oito castellos na orla, esta roxa, certamente porque o fogo alterou o vermelho, aquelles amarellos, as quinas azues em campo branco, no segundo e terceiro quartéis cinco lizes amarellos em aspa sobre campo azul.

O azulejo dos pavilhões, que extremam as *loggias*, cobre totalmente as paredes; é lisc e com desenhos de cores variadas. O do primeiro é a reprodução de um outro em relevo cavado, que forma a grande moldura da parede occidental do lago, com mudança na coloração. N'este pavilhão distinguem-se pela belleza as duas tarjas, que no rodapé e junto ao tecto limitam o azulejamento das paredes; são pintadas em quadrangulos de 0^m,27 × 0,135. A tarja superior representava um ininterrupto panorama de montes, castellos, habitações, riachos, a que dão vida creanças que jogam, brincam, banham-se, que se occupam em variados misteres, ou em infantis folgares. A tarja inferior é uma delicadissima composição de flores de phantasia, rematada nos angulos da casa e nos cunhaes das portas e janelas por meios corpos phantasticos de homens ou mulheres, que um capricho do desenho fez sair da extremidade de um ramo, ou da corolla de uma flor.

É no centro d'esta cercadura, na parede do fundo, que n'um *cartoccio* está o nome do auctor da composição, e que para evitar repetições lançou aqui um traço de união para reconhecimento dos seus trabalhos, que no azulejamento abundam. Repare-se na fórmula do pequeno *cartoccio* que contém a palavra MATOS, e ver-se-hão reproduzidos os seus traços no emmoldurado do escudo de armas da *loggia* occidental, o mesmo se dá nos dois rios da *loggia* do palacio da que olha o jardim. Ha aqui tambem uns caracoés, umas borboletas, e outros pequenos animaes, que passam para o revestimento dos assentos e alegretes de um quadrangulo cerrado de muros, que serve de vestibulo descoberto ás galerias do lago; no quadro que representa o Nilo lá se vêem uns patos que nadam ou mergulham, reproduzidos no quadro de Suzana no banho, e um pequenino ornato igual ao que antecede e se segue ao nome MATOS.

O revestimento dos assentos e alegretes, de que fallo, é uma bella composição, genero *grotesco*, talhada para os espaços que cobre; um amator não desdenharia emmoldurar estas composições de Matos, e tel-as no seu gabinete; a cercadura do pavilhão junto até bem iria, por delicada, no camarim de uma dama.

Pelo nome e epocha, este notavel ceramista portuguez será o Francisco de Matos, que data de 1584 o azulejamento da capella de S. Roque (a terceira da epistola) da igreja da Misericordia de Lisboa? As composições distanciam-se para serem postas a par: a de Lisboa é um desenho largo rasgado e firme, de mão amestrada, mas com arabescos gigantes; os trabalhos da Bacalhoa são florinhas mimosas, nascendo umas das hastes das outras, como se o mesmo talo lhes fosse commum, personagens e animaes de phantasia, uns *putti* graciosos e alegres, exuberantes de vida, ou uns velhos de compridas barbas, que symbolisam os rios, alguns já mostrando enfado de não verem vasio os cantaros, que ha seculos sobraçam.

A composição do quadro de Suzana e do que lhe ficava fronteiro, mostram que Matos era um pintor de raça, capaz de abordar todos os generos de pintura. Sobre os barros, n'um trabalho em que tem de primar a ligeireza, em que não ha retoques nem mimos de execução, vê-se o genio valente do artista, que se não prende, nem vacilla, um pincel que segue rapido a inspiração que o dirige. N'um accessorio do quadro de Suzana, no portico do palacio de Joaquim, lê-se a data 1565; n'um lago proximo nadam uns patos como na agua do Nilo da varanda oeste do palacio; no tocado de Suzana nota-se um adorno de tecido ligeiro, igual na fórma e côr ao do segundo medalhão do lago, parecendo que um deu a idéa do outro, e que o artista n'este se inspirou.

O quadro que lhe é fronteiro, a mais de meio destruido, parece representar um festim, em que os commensaes, mulheres e homens nus, atacados de improviso se defendem. Vê-se ainda a parte de uma mesa, alguns vasos por terra, um homem que puxa da espada, cuja bainha pende de um *balteum*, posto sobre as carnes, e algumas outras figuras.

Na parede do fundo um quadro, quasi aniquilado, representava o Tejo.

De resto, não háverá no paiz, reunida, collecção mais variada e completa de um só ceramista fabricante de azulejos. Esta cresce de merecimento e valor pela authenticidade que lhe dá o nome do auctor e data. São numerosos os especimens, ferindo pelo traçado genial da composição e pela mestria da execução. A idéa, a fórma, a adaptação e applicação dos desenhos aos logares, tudo denuncia um artista de primeira plana.

Francisco de Matos não foi só um pintor aprimorado, mas um ornamentador excellente, um decorador de genio. Com as suas graciosas faxas ornamentaes, ou humoristicas, sabia matar a monotonia dos grandes pannos de desenhos uniformes, as cores de que se servia eram mesmo calculadas de modo a distanciar as composições; vestindo os alegretes de pinturas grotescas, dava realce aos naturaes adornos das flores e plantas, recreando o olhar pela variedade. O rumorejar da agua çadente ou batida pelas azas das aves aquaticas, ou pelo saltar dos pequenos peixes, seguravam o espirito a uma tristeza doce, mas sempre desalegre, e o genio

do artista soube imprimir nas suas composições uma certa vida, distrahir o pensamento e soltar-o de tristuras.

Os tectos d'estes pavilhões e *loggias* eram de estuque, apainelados, seguiam o pendor dos madeiramentos e *pintados de varias historias*, diz o tombo de 1630. As coberturas pyramidaes dos pavilhões foram de lousas de ardosia, de que apenas se encontraram restos.

Todo o azulejamento é assente por fiadas diagonaes, com excepção dos quadros, cujo assentamento é horisontal.

XIV

A face oeste do lago toca o muro, que forma um grande parallelogrammo de 30 metros de largo, emmoldurado n'uma tarja longa de azulejo de relevo, reparado posteriormente com azulejo de igual desenho, mas de superficie lisa (n.º 2).

Dentro d'este quadro é a entrada da agua, que vem pela bôca de um golphinho, tendo por cima um ediculo, em que esteve um Tritão. Ha mais dois nichos igualmente ermos; por debaixo do que fica mais ao sul, n'uma lapide, lê-se: *Tempora labuntur more fluentis aqua* — na lapide do que do outro lado lhe corresponde: *Vivite victuri moneo mors omnibus instat*.

Estes nichos ficam entre quatro grandes medalhões circulares, de certo os melhores da famosa collecção. São de alto relevo, apresentam bustos de tamanho quasi natural, vistos até mais de meio peito. Os medalhões medem de diametro 0^m,54 só por si, e com as cercaduras 0^m,78. Estas cercaduras são em fórma de corôa, tecida de folhagem, flores e fructos. A primeira, terceira e quarta parece terem sido menos boas e estão muito mutiladas. Da segunda tratarei em separado.

São sem duvida da escola dos Della Robbia, notando-se variantes na côr dos fundos.

Andrea della Robbia foi quasi constante na côr azul dos seus fundos, sendo este um caracteristico das suas composições. Giovanni variou na côr dos fundos e usou mais desenvolvidamente a polychromia.

Alem das mutilações, uma velha camada de musgos cobre especialmente as partes cavadas das figuras.

Vou descrevel-os, começando da *casa da penna* :

1.º Busto de homem com pouca barba, parecendo um mancebo que entra na puberdade, tem cabello comprido puxado para trás das orelhas. Tem corôa de louro. A imagem é bem modelada, olha á esquerda. Não foi (ao que parece) colorida, nem é esmaltada. O medalhão é de barro vermelho, a moldura de grés amarellado e brando.

2.º Está em quasi perfeito estado de conservação, sem deixar de ser tocado por alguns tiros de pedra. Medalhão circular, medindo, como os demais, 0^m,54 e com a cercadura 0^m,78 de diametro. Relevo alto, fundo arroxeadado, busto de mulher como que mirando as aguas. O peito está todo a descoberto, apenas um manto de tecido ligeiro, que se traça de baixo do braço direito, vem prender-se sobre o hombro esquerdo. Este manto é de um roxo quasi transparente. O cabello louro, entrançado na parte anterior, cae em madeixas nos hombros até ao peito. Um véu, ou cousa assim de tecido leve, azul muito claro, nascendo da testa, aonde tem um pingente, segue pelo meio do penteado, até envolver-lhe de todo a parte de trás; genero de toucado de phantasia. A carnação é clara, as faces rosadas, olhos e supercillos negros. Typo italiano. O esmalte de toda a figura é nitido e transparente.

A moldura, coberta de musgo, tem mutilações, ainda que pouco importantes. A sua composição é de folhagem e fructos polychromaticos esmaltados. Os fructos, começando do logar onde os relógios de torre marcam o meio dia, são: 2 pepinos, 1 nabo, 2 marmellos, 1 romã, 1 pera, 1 cidra, 2 cachos de uva branca, 1 nabo, 1 marmello, 1 cidra, 2 cachos de uva tinta. Este circulo engrinaldado é de grés e feito de peças unidas ao assentamento.

Se approximarmos esta moldura dos desenhos de outras das officinas dos Della Robbia, não póde deixar de encontrar-se-lhes grandes similhanças. Um medalhão da academia das bellas artes de Florença, attribuido a Andrea, tem uma cercadura muito parecida. No hospital de Ceppo em Pistoia ha um medalhão da officina de Giovanni, cujas molduras tambem muito se approximam d'esta, ainda que de mais desenvolvidas proporções (1^m,32).

3.º Medalhão circular, das dimensões do precedente. Moldura muito mutilada. Busto de mulher. Olha á direita. Toucado fluctuante. Manto preso sobre o hombro direito, deixando a descoberto o peito esquerdo. Não é esmaltado. Se foi colorido, o tempo destruiu-lhe as tintas. A moldura de folhagem e fructos engrinaldados é polychromica esmaltada, na maxima parte destruida.

4.º Medalhão como os anteriores no tamanho e moldura. A figura, a que falta a cabeça, era de homem. É polychromo esmaltado.

XV

Occupar-me-hei agora de outros medalhões de diverso typo e menores dimensões.

Seguindo a mesma parede, na rua que vae para a *casa da India*,

encontram-se nichos, intervallados por medalhões. As voltas d'esses nichos, os pilares que as sustentam e todo o mais trabalho de alvenaria são de uma perfeição e nitidez, que não póde exceder-se; todas as arestas são finas, como o buril não faria mais perfeitas. São de um bello artifice.

Todos estão ermos; a guerra ás estatuetas que os povoavam foi de exterminio.

Estes medalhões são de fundo azul, têm de diametro 0^m,45 e com a grinalda que os envolve 0^m,64. A grinalda em fórma de corôa é tecida de folhagem verde, flores azues ou amarellas de cinco pétalas, pequenos fructos, como romãs verdes e nozes e uns outros fructos, que serão peras (?) amarellas. É feita de peças combinadas e reunidas ao assentar. De umas a argilla é vermelha, outras são de grés amarello claro. Os medalhões são cercados de uns filetes concentricos. Têm bustos de baixo relevo. A imagem, de grés, foi moldada sobre um *sob-molde* de argilla vermelha, a que ficou adherida. Medalhão e moldura são esmaltados.

Pretendi, pelas argillas e grés, formar classes dos medalhões e molduras; não pude, porém, conseguil-o; ha molduras iguaes ou do mesmo genero, em barro commum vermelho ou em grés.

Nas figuras mesmo ha contexturas differentes. As de baixo relevo têm por debaixo o *sob-molde*, de que fallei, as de medio relevo não o têm; varia, comtudo, a qualidade do barro.

Passo a descrever estes medalhões e o seu estado de conservação:

1.º Junto ao lago. Busto de homem coroado de louro. Pouco mutilado. Está de perfil sobre a direita.

2.º Busto de homem. Destruído.

3.º Busto de mulher. Destruído.

4.º Busto de mulher. Destruído.

5.º Busto de mulher. Muito mutilado. Tem medalha amarella ao pescoço, pendente de um collar.

6.º Busto de mancebo imberbe. Tem capacete, de que saem umas pequenas azas e tranças entrelaçadas. Veste armadura fechada no alto do peito por uma pequena mascara. No capacete, nas *bucculas* e no *thorax* ha listas amarellas e verdes. Será um Mercurio de convenção ou arremedo de um busto de Scipião, celebre esculptura do fim do seculo xv.

Estes bustos são como os das medalhas, cabeça e collo de perfil.

Na parede que, pelo sul, segue a rua que vae do jardim ao lago, ha doze medalhões, correspondendo a cada um uma das espheras ladeadas por pyramides, que coroam o muro.

Estes medalhões medem o diametro dos anteriores e a moldura é a mesma, com pequenas variantes.

No rebordo da 11.^a moldura, que cerca o busto de Octaviano, encontra-se a assignatura do artista ou fabricante de que a figura n.º 137 é

Donus X Heron

um calco perfeito, e que aqui dou reduzido. Estas letras são lançadas ao correr do pincel com a tinta azul das flores, côr usada pelos mestres quando marcavam as suas produções polychromicas.

Pareceu-me dever ler ali *Donus Vilhelmus*, isto é, *mestre Guilherme*, porque a palavra *donus*, contracção de *dominus*, teve aquella significação, como também *mestre* se disse ao jurisperito e ao medico. Mestre Leão se chamava o distincto physico judeu, que teve a necessaria hombridade para não seguir a opinião da junta medica, que mandava D. João II para as caldas de Monchique. Mestre João das Leis e mestre Affonso das Leis eram de uma dynastia de jurisconsultos dos tempos do mestre de Aviz e de D. Duarte.

A maneira por que li o nome do artista, ou do artifice, a escripta e os caracteres levam-me a crer, que a procedencia das molduras é flamenga e não italiana. Não deixarei todavia de receber outra interpretação, quando venha de quem tiver a auctoridade e os conhecimentos que me faltam.

Em 1628 existia em Delft, na Hollanda, um ceramista Willem (Jacobus); é possível que o fabricante das nossas molduras fosse pae ou avô d'este.

Não direi que estes medalhões venham de mais de uma fabrica, porque os moldados concentricos que orlam os fundos são em todos perfeitamente iguaes; nas figuras, comtudo, vê-se mais de um artista. As esculpturas accusam maneiras diversas, como a coloração e esmalte. N'uns a imagem é esverdeada, n'outros branca; o esmalte de uns é delgado e transparente, n'outros não parece sobrepor-se á côr, mas fazer com ella um todo. Na urdidura, se assim vae bem dizer-se, também differem; n'uns a imagem é da mesma peça que o fundo, n'outros foi moldada por si e o fundo adapta-se-lhes contornando-a. Os ultimos são os mais perfeitos e o artista denunciou em um d'elles a sua origem italiana. Seguindo geralmente a nomenclatura latina, por debaixo do busto de Nero escreveu *Nerone*.

O systema empregado para a moldação das figuras em separado dos fundos faz lembrar o que Andrea usou nos medalhões dos *seguintes* das arcadas do hospício dos Innocentes em Florença, recortando os fundos a modo de lhes introduzir as imagens.

Todos foram talhados sobre moldes, pois no reverso dos muitos, que ha destruidos, vêem-se as dedadas do artifice que os obrou.

O esverdeado do branco de alguns indica que o banho estanífero não foi para todos o mesmo.

Alguns dos medalhões da collecção, de que trato, podem approximar-se de um em barro cozido, esmaltado, representando S. Jeronymo, saído das officinas de Andrea.

Em busca da marca das cercaduras d'estes medalhões da Bacalhoa, debalde percorri o *Dictionnaire illustré* de Maréchal, o *Guide des amateurs de faïences* de Augusto Dammin, o *Manuel du collectionneur de faïences* e o *Dictionnaire des marques et monogrammes* de Ris Paquot, a *Histoire de la céramique* de Albert Jacquemart, e outras obras mais. A assignatura, portanto, da Bacalhoa, terá de ser inscripta por nova e não conhecida ainda. É mais um merecimento d'estas ceramicas.

Seguirei por ordem a descripção dos medalhões, caminhando do palacio para o lago.

São todos de medio relevo.

1.º MARC. LIVS. CRAS.¹ Busto branco. Olha á esquerda. Barba toda. Fundo azul. Figura ligada ao fundo.

2.º TRAIANVS. IMP. Destruído. Busto branco. Fundo azul. Imagem moldada separadamente.

3.º SCIPIO. AFR. Busto branco esverdeado sobre fundo azul da mesma peça. Rosto expressivo. Olha á esquerda. Não tem barba.

4.º DIVI. IVL. CÆS. Busto branco esverdeado. De uma só peça. Sem barba. Rosto expressivo. Olha á direita. Corpo de frente.

5.º ANIBAL. CARTA. Busto branco. Fundo azul, separado. Barba toda. Cabello puxado para a frente e pouco cuidado. Physionomia energica. Olha em frente.

6.º Destruído. Fundo azul, imagem junta.

7.º MVTIVS. SCE. Busto branco. Fundo azul, separado. Toda a barba despontada. Olha em frente. Corpo voltado sobre a esquerda. Bem modelado.

8.º NERONE. CLA. Busto branco. Fundo azul, separado. Coroado

¹ O leteiro está damnificado, parecendo dever ler-se MARC (Marcus) LIVS. (Licinius).

de louro. Olha um pouco á direita. Olhos cavados. Queixo proeminente. Sem barba.

9.º ALEXA. M. Busto branco esverdeado. Fundo azul, junto. Olha em frente. Sem barba. O capacete e as *bucculas* baixadas emmolduram a cabeça e rosto n'uma faxa amarella de mau effeito.

10.º POMPEIVS. M. Busto branco esverdeado. Fundo separado. Expressão energica. Toda a barba e bastante crescida. Olha á esquerda. É dos melhores d'esta collecção.

11.º OCTAVIAN. AVG. Busto branco esverdeado. Fundo verde, junto. Olha de frente. Sem barba.—NB. É n'este que está a assignatura.

12.º Destruído.

Todas as figuras têm pupillas e supercilios a tinta escura. Os nomes são escriptos com a mesma côr em rotulos de fórmulas varias.

XVI

No Oriente, região sonhadora e poetica, teve origem a arte de vestir de barros reluzentes os pavimentos e as paredes dos edificios, substituindo com vantagem, quer pela impermeabilidade, quer pelo brilho, quer pela facilidade de adaptação a mil diversos usos, os custosos mosaicos de pequenos fragmentos de pedra. A principio laminas de barro de variados feitios e côres, applicadas com tino, faziam engenhosos desenhos agradaveis á vista; mais tarde a ornamentação foi lançada no proprio ladrilho, que, obedecendo ás leis do natural progresso, chegou ao quadro historiado de tanto valor quando traçado por mão habil.

No seculo VIII a dominação arabe trouxe á península hispanica a luz immensa da civilização d'aquelle povo, grande no commercio, na agricultura, nas artes, nas sciencias, nas industrias, em todos os ramos finalmente da actividade humana. A fabricação dos azulejos devemos-a ás lições dos nossos dominadores.

Os persas, de quem os arabes haviam colhido por sua vez a technica do fabrico e coloração d'este genero de ceramica, tinham-se inspirado nas producções vegetaes de mistura com a representação de animaes; os arabes, obedecendo ás prescripções religiosas do Koran, tiveram de banir a figuração da natureza organica, e foram buscar os recursos decorativos a combinações geometricas as mais engenhosas. Este é o principal caracteristico da ceramica ornamental dos arabes; não se deve, todavia, pôr totalmente de parte o azulejo que veiu mais tarde, em que o artista tomou para modelo plantas e flores, sem, comtudo, as copiar exactamente no talhe ou na coloração propria.

Um dos principaes historiadores arabes, cujas obras escaparam á sa-
nha rancorosa christã, dá-nos noticia da fabricação dos azulejos em Hes-
panha. Diz-nos elle :

«Achâmos tambem, que havia no Andaluz varias fabricas de *al-mafs-
sass*, que no Oriente, é conhecido pelo nome de *al-foseyfa'sa'* (mosaico),
assim como de uma especie de tijolo, de que usam para ladrilhar os pa-
vimentos, chamado *az-zulaj*. Os azulejos eram feitos de todas as côres
alegres e parecem-se muito com os *al-mafs-sass*. Exportam-se em grandes
quantidade para o Oriente, e são usados em vez de lagedo de marmore,
para fazer sobrados de mosaico, revestir chafarizes e para outras orna-
tações n'este genero ¹.»

Aqui temos, pois, esta industria de tal modo desenvolvida no Anda-
luz (Hespanha) a poder concorrer com os seus productos aos mercados
do paiz de que era originaria.

O sr. Simonet ² quer não só que o azulejo seja de origem hispano-by-
santina, mas até o genero de mosaico chamado entre nós *embrechado*, e,
no seu furor maurophobo, pretende que a transplantação do fabrico do
azulejo tenha vindo do Oriente para Hespanha independentemente do ele-
mento arabe.

Diz elle : «De origen hispano-bysantina son, de nuestro entender, en
el nombre y en la realidad, los azulejos, ou mosaicos de piedras menu-
das y de piezas de barro cosidas y esmaltadas que con tanta profusion
y belleza adornaban los edificios arabigo-españoles á diferencia de los
orientales ³, pues aunque el vocabulo *azulejo* no viene del adjetivo *azul*,
como algunos han imaginado, sinó del arabigo-hispano *azzulaich* ó *azul-
laich*, este á su vez és corrupcion del latino-greco *azurotum* ⁴, ó mas bien
del bajo-latino *azaroticus*, applicado por un celebre escritor francés del
siglo v á las piedrecitas de los mosaicos ó azulejos *azaroticus-lapillus*».

Até aqui estes auctores só nos dão noticia do azulejo liso de uma só
côr em cada lamina, empregando-se mais geralmente na coloração o branco,

¹ *Al-makkari*, tomo 1. Traducção ingleza de Gayangos e port. do meu amigo Oli-
veira Parreira.

² D. Francisco Javier Simonet, professor de arabe em Granada, *Influencia del
elemento indígena sobre la cultura de los mosos de Granada, 1894*. N'este folheto o auctor,
um traga-mouros de primeira força, mata-se por mostrar, que a raça arabe é incapaz
de qualquer aperfeiçoamento; só lhe concede as qualidades guerreiras, e quer que es-
tes dominadores da peninsula iberica nenhuma lição aqui dessem, mas que todo o es-
plendor da sua epocha se deva á influencia do elemento indígena!

³ Nota de Simonet — *Ibn-Said*, citado por *Al-makkari*. Tomo 1, 124.

⁴ Nota de Simonet. *Nebriga traduce por pavimento ó suelo de azulejos y Freund por
suelo de mosaico*.

o azul e o verde, tambem se variavam as dimensões e contextura, e era da combinação d'estes elementos que se formaram os mosaicos, de que na Bacalhoa ha diversos exemplares.

Com a dominação arabe tambem a Sicilia recebeu as suas lições de ceramica, tornando-se celebrados os productos siculo-arabes, como os hispano-mouriscos. Foi de certo por via da Sicilia, que a ceramica arabe passou e se desenvolveu na peninsula italica; todavia, porque a denominação mourisca se tornou effectiva por mais largos annos na Hespanha, porque aqui as duas raças communicaram usos e costumes, e chegaram a confundir-se de modo a haver no paiz regiões aonde se não conhece a predominante, a technica e a ornamentação do azulejo adoptou as transformações por que os arabes as fizeram passar, e conservou mais o typo e character original; na Italia, porém, adoptou-se o systema ornamental, sem se deixar influenciar profundamente pelo estylo decorativo e composição dos desenhos, antes se foi tudo convertendo ao gosto do paiz, chegando a final o azulejo a ser não só uma chapa quadrada, mas a tomar a fórmula do medalhão e de outras peças ornamentaes.

O cavado no azulejo, emquanto a mim, inventou-se como meio simples de firmar o desenho, facilitar a coloração, augmentar-lhe os effectos perspectivos e segurar o passo, quando empregado em pavimentos.

Na Bacalhoa ha azulejos apropriados para revestimento de todas as superficies, e em muitos d'elles é bem clara a maneira italiana da Renascença, ou porque as placas procedam directamente da Italia, ou porque d'ali viessem os desenhos e moldes para se fabricarem em Portugal (n.^{os} 3, 7, 11, 15, 16, 22, 23, 24, 33). Se estes azulejos são notaveis pela delicadeza das figuras, não lhes desmerecem as tarjas, que emolduram as portas e janellas, entre as quaes se especializará a cercadura da porta da *casa da India* (n.^o 5). Esta cercadura houve, em tempo, de ser reformada com outros azulejos do mesmo padrão, mas não passam de uma imitação que não faz honra ao copista nem á fabrica que os produziu. Serão do seculo XVII; os primitivos muito se distinguem e poucos já existem, porque a rapina tem sido formidavel. Se a cercadura de que fallo é de fino gosto, ha outras que se lhe querem emparelhar em delicadeza (n.^o 36).

Este genero de ornamentação com azulejos, ficou tanto em uso no paiz e penetrou tanto no gosto portuguez, que não só se fabricavam azulejos em officinas especiaes, mas ainda nas olarias.

Em principios do seculo XVII havia em Lisboa treze olarias de azulejo, e ainda mais era produzido nos *vinte e oito fornos de louça de Veneza* que havia na cidade ¹. O numero de fabricas de azulejo é impor-

¹ Oliveira, *Grandezas de Lisboa*. Tratado IV, cap. VIII.

tante, se o compararmos aos fornos e telheiros de telha e tijolo, que eram dezeseis. É de crer que das olarias de louça branca, disseminados pelo restante do paiz, saísse também muito azulejo, mas falta-me guia, que me dirija na importancia d'esta produção.

Se dos azulejos lisos podemos louvar as fabricas e os artistas nacionaes pelo escolhido da composição decorativa, pela nitidez dos lavo- res, pela boa applicação dos esmaltes, pelo desempenho das placas, escolha dos barros e cozedura, não poderá dizer-se o mesmo dos azulejos de relevo cavado, a julgar pelos da Bacalhoa, e que eu reputo de industria portu- gueza, pois nem o desenhador era fino, nem o oleiro experimentado, como já notei. E foi talvez da difficuldade de alcançar no paiz assimila- ções regulares e que podessem apresentar-se, que a tarja da parede do lago foi restaurada com azulejos de igual desenho aos que ali existiam, mas de superficie lisa. Também n'outro logar da quinta se encontram azulejos, puro refugio, pelo escorregamento das tintas e inferioridade do fabrico. Talvez tentativa de algum artifice inexperiente.

XVII

A collecção de ceramica da Bacalhoa é numerosa e variada, como nenhuma outra conheço e talvez nenhuma haja, fóra de museu, que se lhe emparelhe.

Do mosteiro da Conceição de Beja, bem conhecida obra da infanta D. Brites, resta ainda o claustro chamado de D. Manuel, cujo pavimento e bancos são forrados de azulejos diversos; da antiga casa do capitulo, transformada para sacristia, vestem as paredes paineis de azulejo differen- tes, extremados por tarjas; é uma collecção muito interessante e variada, e todos os specimens são de relevo cavado. Ali, alem de outros, encon- trei os n.^{os} 3, 9, 17, 23, 24, 29, 33 e 37 da Bacalhoa.

De todos os azulejos do mosteiro em demolição existem exemplares no museu, já valioso, que a camara municipal d'aquella cidade está cui- dadosamente formando.

A pequena capella que guarda o altar da casa do capitulo, a que me referi acima, é toda vestida, mesmo a abobada, de bello azulejo branco e azul, quadrado ou em quadrangulos, formando um mosaico em xadrez, genero muito usado anteriormente ao azulejo de desenhos geometricos, ou de folhagem e flores.

Sendo de 0^m,125 a 0^m,130 as dimensões ordinarias do azulejo por 0^m,020 de espessura, encontrei n'uns restos do pavimento do claustro uns

azulejos muito maiores e mais grossos 0^m,18 por 0^m,025, que me parecem propositadamente reforçados para ladrilhamento. O desenho é de pouco bom gosto e imperfeita execução, relevado e a cinco côres, azul, verde, roxo claro e escuro, em fundo branco.

A variedade de typos encontrados no mosteiro da Conceição de Beja é immensa, e não será facil encontrar-se no paiz outro agrupamento de tantos exemplares diferentes de azulejo em relevo.

O templo tem uns quadros forrando a parede do Evangelho até á altura de uns 2 metros, representando a vida do Baptista, do nascimento á degolação; são a azul em fundo branco, têm a data de 1741, mas sem nome do auctor. Nas tarjas, que os emolduram, ha uns festões e uns *putti* communs a muito azulejamento da epocha; pelo desenho póde julgar-se serem aquelles quadros do auctor dos quadros biblicos em azulejo de S. Lourenço de Azeitão; ha mesmo uma figura de pé, que parece transplantada de uns para outros, quasi se póde affirmar que a mesma mão os traçou.

Na pequena collecção de azulejos da bibliotheca de Evora encontram se os n.^{os} 9 e 18 da Bacalhoa.

Na capella jazigo de Garcia de Rezende, na cêrca do mosteiro de Santa Maria do Espinheiro da mesma cidade, ha no pavimento, n'um pequeno ediculo, que serviria de credencia, no chão e n'um assento do atrio azulejos de tres typos apenas; são os n.^{os} 23, 25 e 33 da collecção da Bacalhoa. Esta capella foi edificada em 1520, segundo a inscripção do portico.

De uma estreita escada, que vae ao eirado da cisterna do mosteiro, foram as paredes azulejos, que para ali vieram de outra parte; são verdes e brancos, em quadrados ou quadrangulos estreitos, mas accommodados todos a um enxaquetado. O que encontrei n'elles mais de reparar foi serem fabricados de um barro vermelho e pouco consistente como o de Extremoz, parecendo por isso denunciar que n'esta villa se fabricaram os azulejos.

Em Alvito no palacio acastellado dos barões não ha azulejos capazes de menção e em diminutissima quantidade, em compensação a igreja parochial verga sob elles, havendo até o mau gosto de cobrir de azulejos algumas das famosas columnas e arcos, que sustentam as abobadas. Na nave central todos os cheios das arcadas são vestidos de um azulejo liso a tres côres, amarello, branco e azul, perfeitamente igual ao de S. Simão de Azeitão até n'uns pequenos quadros com figuras de santos, que estão sobre os fechos da arcaria. Os de Azeitão têm a data de 1648.

Busquei a Conceição de Beja por ser edificação da infanta D. Brites, o Espinheiro por ser do meiado do seculo xv, Alvito de epocha approximada e a capella de Rezende do primeiro quartel do seculo xvi, em toda a parte encontrei mais ou menos rica ornamentação de ceramica polychro-

mica e exemplares da Bacalhoa; mas se a Conceição de Beja excede esta em variedade e abundancia de typos, nenhum se lhe sobreleva em escolha de especimens e a todos falta o medalhão de medio e alto relevo circundado de molduras de opulenta ornamentação polychroma.

Em Evora ouvi eu a um illustrado cavalheiro, amator do bello, um asserto, que, pela verdade que encerra, não deixarei de registrar aqui. Dizia elle: «Dos monumentos os mais terriveis inimigos são a classe clerical, os engenheiros e o tempo. Exemplos: a crasta da sé de Evora, obstruida, pejada, immunda e emparedadas todas as suas bellezas pela corporação administradora da cathedral; a Conceição de Beja, avariada pelas reparações em execução; o palacio acastellado de Alvito (e a Bacalhoa acrescentarei eu), em que o tempo se casou com o desleixo e o abandono».

XVIII

O palacio e demais construcções da Bacalhoa, repito, formam um monumento de alta significação para a historia das artes em Portugal. Delimita dois periodos distinctos, a architectura medieva e o estylo da Renascença. O genero architectural que se creou no paiz em nada ali ainda influíu. Se a torre cylindrica recorda um passado que lhe toca, vem os accessorios dar a mão ao renascimento que apparece. Nas *loggias* testemunha a influencia do genero florentino, em tudo o mais diz-nos, que as primeiras lições de classicismo nos vieram da Italia. A proscripção da ogiva lança-nos para fóra do periodo do seu dominio; o pleno cimbrío, a janella de verga horisontal e cornija, a nudez de lavores, de rendilhados, de mil accessorios brincados, segredam-nos, que a nova arte queria, no seu inicio, mostrar-se poderosa e intransigente n'estas minucias.

Em 1515 morre Albuquerque, o Grande, deixando largos haveres; seu filho casa por 1520, faz a viagem a Saboya no anno seguinte, e na sua diversão por Italia conhece o bello, espargido a torrentes por toda a peninsula. De volta ao reino enamora-se do palacio e quinta de Azeitão, propriedade da familia de sua mulher, e de certo muito já ali havia de captivante para prender as attenções de quem deixava a Italia. Em 1528 adquiriu por compra a quinta e *paços*.

As construcções cerradas pela cêrca de muros da quinta demonstram a acção do gosto italiano na epocha da visita do filho de Albuquerque áquelle paiz; não será aqui o artista que traça as concepções do seu genio, mas que explana no papel um typo, de que o proprietario lhe apresenta os lineamentos geraes e que o impressionou na sua viagem.

Vimos que de Bolonha ou de Ferrara trouxe Albuquerque a idéa

para as suas *casas ás portas do mar*, a Casa dos bicos, a sua paixão pela polychromia em *terra cota invetriata* para ornamentação da sua quinta, decoração tão usada por toda a Italia n'aquella epocha, apparece claramente na Bacalhoa, aonde a semeou a mão larga nos mais variados especimens do genero, embora já alguma cousa ali existisse.

Todos os typos de majolica, applicados á ornamentação de edificios, ali se acham representados — o azulejo de côres lisas verdes, azues ou brancos, para mosaicos e formar o xadrez, o losango, o rhomboide, a grade ou rede — o quadro historico, mythologico ou symbolico, o azulejo formando só por si uma figura, o azulejo de desenhos combinados para quatro e cinco placas, a rajola de relevo estylo hispano-mourisco, ou renascença italiana, o medalhão de baixo, medio e alto relevo, esmaltado ou nu de revestimento vitreo, a moldura de flores singelas, ou de variada e opulenta composição vegetal, de tudo ali ha finalmente, não faltando o busto do fundador, nu de revestimento vitreo para que a camada do esmalte não fosse amollecere as fórmulas esculpturaes. As estatuetas em barro eram em consideravel numero, mas actualmente só existe uma e mutilada n'um nicho do pavilhão central do lago, de que não póde, por desviada, julgar-se do seu merito.

O gosto de Albuquerque pelos barros cozidos passava a mania; as imagens que, do seu tempo, existem na vizinha igreja de S. Simão são de barro e algumas de grande vulto.

É a Bacalhoa um museu de ceramica ainda abundantemente provido. O desprezo total a que tinha sido votada, desde que a administração do morgado caiu na casa dos armeiros-móres, levava-o breve ao aniquilamento; mas, felizmente, succedeu ao duque de Albuquerque seu irmão D. Luiz, conde de Mesquitella, que comprehendendo o valor d'aquelle cofre de joias, cuida da sua conservação e da reparação do que é possível restaurar-se.

Se um estrangeiro entendido houvesse sonhado o que ali ia de bom, tinha tido occasião de adquirir para o seu paiz quanto ali ha de transportavel e, só com aquella collecção variadissima, organizar um museu precioso de especimens raros de majolicas. O palacio, porque só interessa á arte portugueza, deixava-o ir na derrocada.

Era tão monstruosa a rapina, tão estúpida a voracidade de alguns visitantes, tão grande a destruição exercida nos barros esmaltados pelos falsos amadores da arte, ou verdadeiros amigos do alheio, tantas as mutilações feitas nos medalhões pelas pedradas do rapazio e pelos tiros de espingarda a que as figuras serviam de alvo, tudo nascido do desleixo inconsciente dos proprietarios, que aos amadores do bello só restava o appello para qualquer governo, que, medianamente cioso do decoro nacional, expropriasse o edificio e quinta por utilidade publica, a bem da arte e sua historia. E devia tel-o feito o governo, quando resolveu adquirir o palacio acastellado da Pena em Cintra.

Ora a Pena, á parte a casa dos monges, é de hoje, póde reproduzir-se amanhã, porque não falta ainda nenhum dos elementos necessarios para se levantar outra edificação igual, e julgou-se que a nação a devia tomar para si, quando, se um estrangeiro lançasse mão d'ella, não podia deslo-car o edificio. A Pena é um caso esporadico de architectura, um capri-cho, uma phantasia de um homem dinheiroso. É o edificio bello nas fór-mas, esplendido na situação; mas o que nos diz da historia da arte por-tugueza?...

... Diz-nos que por largos annos ali viveram vida contemplativa uns ascetas, que alcançaram convencer-se de que d'este mundo passariam para outro cheio de felicidades. E isto o que póde é matar-nos de inveja pela sorte d'aquelles felizes por partidas dobradas. Diz-nos mais que houve um rei, que subia áquelle monte e olhava o oceano, estendendo ao largo os seus olhares, para ver se apercebia uma véla, que lhe trouxesse espe-ciarias da India, ou levasse algum islamita, ou israelita de valia, esca-pado á sanha cruel do monarcha. Á arte só falla da aptidão artistica de um estrangeiro, obrigado pela propria conveniencia a permanecer em Portugal, e a quem, para matar saudades da sua terra, ou como recorda-ções do seu paiz natal, aprouve plantar n'aquelle cerro, em estação já impropria para o plantio e fructificação, uma arvore da Germania me-dieva.

A Bacalhoa, unica no seu genero n'um paiz, que a pobreza de especi-mens raros distingue, é o monumento unico, que firma o renascer das ar-tes em Portugal, e a ara votiva, que o acaso fez chegar até nós, para memorar o alto genio de um rei, que a historia, lisonjeira dos *afortuna-dos*, apenas representa como um tyranno desapiedado.

Se tal monumento continuasse na derrocada em breve desapareceria quanto n'elle ha de famoso para a arte e para a historia.

PARTE SEGUNDA

Um pouco de historia dos senhores da Bacalhoa

I

Vimos que a quinta do velho João Vicente, monteiro mór das matas de Azeitão, e que partia de um cabo com Affonso das Leis e do outro com Nuno Martins ¹, foi tomada para si por D. João I na era de Cesar 1459 (anno 1421) e passada pelo mesmo rei a Alvaro Annes, seu barbeiro. Seis annos depois o infante D. João adquiriu-a por compra, e, fallecendo em 1442, succedeu-lhe na posse da quinta sua filha D. Brites, que, em 1447, casou com o infante D. Fernando, filho do rei D. Duarte e irmão de D. Affonso V. D. Brites destinava a propriedade para seu neto D. Affonso, filho natural do duque de Vizeu, D. Diogo, e de D. Leonor de Sottomayor, viuva do duque de Villa Hermosa. D. Affonso, que D. Manuel fez condestavel de Portugal, casou em janeiro de 1501 com D. Joanna de Noronha, filha do primeiro marquez de Villa Real; por 1502 nasceu-lhe uma filha, D. Brites de Lara, e em 1504 falleceu o condestavel.

A infanta D. Brites falleceu em 1506 e a quinta passou para D. Brites de Lara, bisneta da infanta, que em 1519 casou com D. Pedro de

¹ A propriedade de Nuno Martins é a quinta chamada ainda hoje da Palhavan; foi-lhe dada de emprazamento na era de Cesar de 1451 (anno 1413) por Affonso Martins Palhavan e sua mulher Constança Annes, pelo fôro annual de *duas mil livras dos reaes de trez livras e meia*. O Palhavan e mulher morreram sem herdeiros, o fôro passou á corôa, e D. Duarte, em 11 de novembro de 1436, fez d'elle mercê ao dito Nuno Martins da Silveira, seu creado, do seu conselho e seu escrivão da puridade.

Menezes, conde de Alcoutim e terceiro marquez de Villa Real. A quinta, que era do dote da marquezia, foi por esta vendida em 1528 a Affonso de Albuquerque, filho, casado com D. Maria de Ayala e Noronha, filha de D. Antonio de Noronha, primeiro conde de Linhares da casa de Villa Real.

É, pelo que exponho, erro, que a quinta viesse ao Albuquerque no dote de sua mulher¹; não é mais exacto, que se denominasse *quinta do Paraiso*², nem que houvesse sido de D. Jeronymo de Noronha, «o Bacalhau».

Affonso de Albuquerque, o Grande, saíndo para a India em 1506, deixou no reino um filho natural, por nome Braz, legitimado por carta regia de 26 de fevereiro do mesmo anno. Braz teria uns cinco annos, e ficou entregue aos cuidados de sua tia materna D. Izabel de Albuquerque, casada com D. Pedro da Silva, o Reles de alcunha.

Se não pôde gosar os carinhos do pae, teve d'elle um dos seus ultimos pensamentos. A 15 de dezembro de 1515 Affonso de Albuquerque, de bordo da nau *Flor da Rosa*, caminho de Goa, escreveu ao rei D. Manuel uma carta em que lhe dizia:

«Senhor, quando esta escrevo a Vossa Alteza, estou com um soluço, que é signal de morte. N'esses reinos tenho um filho, peço a Vossa Alteza, que m'o faça grande como meus serviços merecem que lhe tenho feito com minha serviçal condição, porque a elle mando, sob pena de minha bençam, que vol-os requeira. . .»³.

No dia seguinte aquelle vulto immenso, aquelle genio assombroso, vergado ao peso de uma affronta do rei ingrato, era cadaver.

D. Manuel, quando teve noticia da morte de Affonso de Albuquerque e das suas ultimas disposições, tratou logo de lançar mão do seu herdeiro para dirigir a geito os cabedaes, que haviam de advir-lhe.

Era um eximio caçador de heranças este rei, *afortunado*, distinguindo-se pelo seu faro fino e largo. A casa, que D. João II legou a seu filho Jorge, não lhe escapou para fazer d'ella comparticipe D. Brites, filha do Bragança D. Alvaro; os haveres de Affonso de Albuquerque não podiam deixar de ir a algum da familia do rei ou seu apaniguado.

Braz de Albuquerque entrou, por ordem de D. Manuel, no mosteiro de Santo Eloy, a cujos conegos confiou a sua educação e, para que valesse mais com um nome prestigioso e afamado, fel-o trocar o nome baptismal pelo de seu pae Affonso de Albuquerque.

¹ Sr. visconde de Sanches de Baena, *Resumo historico dos Albuquerque*, pag. 13.

² Silva Tullio, *Archivo pittoresco*, vol. III.

³ Affonso de Albuquerque, *Commentarios*, part. IV, cap. XLV.

D. Antonio de Noronha, que foi conde de Linhares, era filho segundo da casa de Villa Real, e Bragança por sua mãe. Não tinha grandes haveres, e desempenhava o cargo de escrivão da puridade. Tinha duas filhas, que necessitavam de amparo. Foi uma d'estas, D. Maria de Ayala e Noronha, a destinada a partilhar a herança do heroe da India.

Braz, ou antes Affonso de Albuquerque, filho, era já mancebo dos seus dezenove ou vinte annos e, para casar com aquella dama, D. Manuel assignou-lhe um juro de 400\$000 réis, e mandou-lhe pagar mais 180:000 cruzados, dos soldos em atrazo ao governador da India e das quintaladas de pimenta ao mesmo devidas¹.

No anno seguinte, em 1521, Affonso de Albuquerque, ou melhor, o genro do escrivão da puridade de D. Manuel, foi escolhido com fidalgos de boa estirpe para acompanhar a Saboya a infanta D. Brites, filha do rei, casada com o duque Carlos, e teve o commando de um galeão de duzentos e trinta toneis. O conde de Linhares ficou encarregado de alcançar na pessoa de seu genro a satisfação dos altissimos serviços de Affonso, o Grande.

A infanta tinha-se recebido por procuração em Lisboa, no dia 7 de abril de 1521, mas só no dia 10 de agosto a frota que a conduzia saiu a foz do Tejo, fundeando em Niza, porto do seu destino, no dia 29 de setembro. A entrada publica da princeza na côrte só se realisou em maio do anno seguinte; a officialidade e fidalgos da armada, durante aquelle espaço, faziam excursões pela Italia, e Albuquerque teve occasião de se illustrar, visitando diversas cidades d'aquelle paiz fadado para as artes.

Entretanto D. Manuel, caíndo doente a 4 de dezembro de 1521, morreu em uma sexta feira, 13 do mesmo mez, entre as dez e as onze da noite, deixando por cumprir as promessas de satisfazer no filho os serviços do grande Albuquerque².

Affonso de Albuquerque com sua mulher e familia habitou o palacio de Azeitão, como consta de diversos contratos aqui celebrados e em que ambos intervieram. É de crer que, aqui no remanso do lar, fóra do bulicio da côrte, mais livre de importunos, escrevesse os *Commentarios*; é possivel tambem que, mais de uma vez, em Azeitão se encontrasse com Christovam de Moura, no tempo em que D. Francisca de Tavora, irmã d'este, casada com Alvaro de Sousa, habitou a sua casa de Alcube.

Da união de Affonso com D. Maria de Noronha nasceram dois filhos, Antonio, que morreu moço, e D. Joanna de Albuquerque, primeira mu-

¹ Gaspar Correia, *Lendas da India*, tom. II, pag. 461.

² São de notar estas circumstancias na morte de D. Manuel. Ironias do destino! Dia de abstinencia de carne, numero aziago para muitos; e da hora, que di-rei?!

lher de D. Fernando de Castro, primeiro conde de Basto, capitão mór de Evora e que falleceu sem geração.

Affonso de Albuquerque em 1568 era sem successor, e no dia 27 de janeiro, em Azeitão, elle e sua mulher, D. Maria de Noronha, vincularam a *quinta de Azeitão com seu assento de casas, pomar e vinha, cercados, fóros havidos e por haver, e as casas de Lisboa ás Portas do Mar*¹, que partiam com o dr. Luiz da Veiga e com a mulher, que foi de Ayres Tavares, instituindo um *hospital na igreja do bemaventurado S. Simão*, que era junto da quinta de Azeitão, *para n'elle se agasalharem pobres caminhantes*.

O titulo foi escripto, a rogo dos instituidores, pelo licenciado Aleixo de Albuquerque, seu capellão, e foi approvedo no dia 28 de fevereiro do mesmo anno, na *quinta do sr. Affonso de Albuquerque* pelo tabellião João Rodrigues.

No hospital, a que agora se chamaria albergue, deveria haver cinco camas em memoria das chagas de Christo. Em cada cama caberiam duas pessoas e teriam seus estrados de madeira, enxergão de palha, dois cóbertores de almafega, uma manta do Alemtejo, um travesseiro de lã e outro de almafega. As roupas e camas deveriam ser renovadas annualmente. O albergado poderia demorar-se tres dias alem do da entrada, teria azeite para luz toda a noite e, durante o inverno, lenha para se aquecer e enxugar o fato. Vindo doente, poderia demorar-se cinco dias, recommendando á caridade dos administradores do vinculo, quando fossem na quinta, proverem os enfermos do necessario. Pedem aos albergados, que cada um reze cinco vezes o *Padre nosso* e a *Ave Maria* pela alma dos instituidores e de Affonso, o Grande.

Nomeiam para lhes succeder na administração do morgado seu sobrinho André de Albuquerque, que escolherá consorte na familia de D. Maria de Noronha; na falta de André buscar-se-ha successor na descendencia de seu avô Gonçalo de Albuquerque, e prescrevem miudamente a fórma da successão. O administrador do vinculo chamar-se-ha sempre Affonso de Albuquerque, e sendo mulher tomará este appellido. Cumpre-lhe mais fazer cantar em dia de S. Simão uma *missa com prégação*, e que o orador peça tres *Ave Maria* por alma dos instituidores.

Dispõem que não possa succeder no morgado o mentecapto, o abreviado de juizo, o furioso, ou heretico, o que for contra o reino, a femea que não for virtuosa, ou fizer como tal usando mal de si; tambem não succederá o *que tiver defeito algum que não possa ser casado*. O que não se determina é o modo de verificar-se a ultima inhabilidade, de certo não quereriam que se fosse alem das exigencias da igreja romana aos eleitos para o summo sacerdocio.

¹ Casa dos bicos.

O administrador era obrigado a augmentar o vinculo com metade da terça dos seus bens livres. A inspecção annual do hospital deixavam-a a cargo do visitador do arcebispado de Lisboa, ou ao do mestrado de Sant'Iago, conforme o que primeiro viesse á visita.

Mandam extrahir tres tratados da instituição, um para a Torre do Tombo, outro para o cartorio do mosteiro de Santo Eloy, e o terceiro para o administrador do morgado. As disposições relativas ao hospital mandam, que sejam gravadas n'uma lapide sobre a porta d'aquelle estabelecimento de caridade.

Conheço a casa, ha muito por terra, mas não vejo nem mesmo signaes de ali ter havido a tal lapide.

Em 20 julho de 1570 Affonso de Albuquerque obriga-se por escriptura á construcção de uma egreja para se fundar a nova freguezia de S. Simão, desmembrando-se da de S. Lourenço todas as povoações mais orientaes. A conservação do templo tambem ficou a cargo do morgado.

O *espiritual de peregrinos em Azeitão e a egreja pegada com elle* foram feitos com o producto da venda dos *fóros de casas*, que Affonso, o Grande, havia deixado em Goa, para se dizer missa quotidiana por sua alma na capella de Nossa Senhora da Serra, por elle edificada sobre a porta por que o grande capitão entrára a cidade, e que lhe serviu de primeiro jazigo ¹.

O remanescente d'aquellas rendas seria distribuido em esmolas, dadas *ás sextas feiras aos meninos orphãos filhos de portuguezes*. Uma bulla pontificia auctorizou a permutação, ficando em Goa uma renda de 40,000 réis para a missa *quotidiana na capella* ².

¹ Na retirada de Aden, a nau *Nossa Senhora da Serra* tocou no fundo com perigo de Affonso de Albuquerque e de toda a guarnição, que na nau vinha. Escapando salvos, o governador deu 1:000 cruzados e com outras esmolas se edificou a capella votiva sobre a porta chamada de Baçães. Para renda d'esta capella, dedicada a Nossa Senhora da Serra, Affonso de Albuquerque fez construir nas ruas proximas quarenta e oito *boticas* (casas para lojas de venda). Gaspar Correia, *Lendas da India*, tom. II, pag. 376.

² Affonso de Albuquerque, *Commentarios*, part. IV, cap. XLVI. Gaspar Correia reprehende a permuta dizendo :

«Mas esta esmola dos meninos se perverteu, que seu filho, que ficou no reino, o quiz antes para si, que não para os meninos, nem para outra nenhuma esmola.» *Lendas*. Ibid.

O mesmo auctor (pag. 472) diz, que o successor de Albuquerque, o Grande, Lopo Soares pela *sua má tenção que tinha ás cousas de Affonso de Albuquerque*, quizera derribar a capella, o que não fez executar pelo grande despendio, no emtanto mandou tirar-lhe o sobrado; tambem ordenou, que d'ali se tirassem os ossos do grande capitão, mas foi desobedecido, e, a pretexto de que as *boticas* prejudicavam a defeza da cidade, fel-as derribar e mandou que se fizessem n'outro logar. Que applicação aqui não tem a fabula do *leão decrepito!*

Por morte de Affonso, filho, já se celebravam os officios religiosos na igreja de S. Simão, e era constituida a nova circumscripção parochial. Affonso projectou trasladar para esta egreja os restos do grande Albuquerque, seu pae; no seu testamento dispunha sepultar-se tambem ali e sua primeira mulher; parece, comtudo, que nada d'isto se realisou, porque não ha tradição local que o diga, e os registos da igreja são mudos a tal respeito.

O templo é de tres naves, sendo abobadadas as lateraes; a central ainda por morte do fundador tinha o tecto por forrar. Cinco arcos de pleno cimbrío, repousando em columnas doricadas, abrem as naves menores sobre a principal.

Uma das imagens mais venerada é a Virgem da Saude, ali posta por Albuquerque; poderia ser recordação e ter relações com a peste de Lisboa em 1569, em que Affonso, então presidente da municipalidade da capital do reino, se distinguiu pelos serviços á cidade assolada pela terrível epidemia.

As paredes do templo são de alto a baixo vestidas de excellente azulejo lizo, com desenho a tres côres; sobre cada arco ha um quadro com uma imagem de santo. Na parede da nave do Evangelho, n'um quadro representando o Baptista, lê-se:

«Juiz, escrivão e mordomos mandaram fazer esta obra. Os que agora servem este anno de 1648.»

Este pessoal era da confraria de S. João.

O exterior da igreja é singelo, teve uma torre em cada angulo; mas, derribadas pelo terremoto de 1755, o administrador do morgado, a quem competia a conservação do templo, apenas levantou a que actualmente existe.

Na escriptura para a construcção do templo em 1570 não intervem D. Maria de Ayala e Noronha, mas por um contrato de aforamento de 4 de agosto de 1578 vejo que ainda n'este anno existia; não iria, porém, muito alem o seu fallecimento.

Bem carregado de annos estava já a este tempo Affonso de Albuquerque, mas é certo que Affonso se achou capaz de passar a segundas nupcias com D. Catharina de Menezes, e que esta dama não desdenhou o velhote. Como era de prever, Affonso continuou sem geração legitima, e D. Catharina, tendo duvidas sobre a procedencia da inhabilidade de procreação, passou, por morte de seu marido, tambem a segundas nupcias com D. João Coutinho, e veio a convencer-se, duas vezes, de que não fôra por ella que se extinguiu a raça do grande Affonso.

Cerca de 1581 falleceu Albuquerque, filho, sem descendencia legitima, mas deixando legitimado D. João Affonso de Albuquerque. Não serei eu que affirme, passados tres seculos, a verdadeira procedencia d'este mancebo; lembro que em 1568, quando já Affonso, filho, orçava pelos seus sessenta e oito annos, ainda D. João não era nascido.

Por morte de seu pretense pae, D. João Affonso era menor. Foi o dr. Braz Dias de Abreu, juiz dos orphãos em Lisboa e *das partilhas da fazenda de Affonso de Albuquerque*, que se propoz sustentar os direitos do menor, a quem foi dado por tutor Antonio Fernandes da Silva.

D. João esteve na posse do morgado. Em Azeitão enamorou-se de D. Izabel de Cerqueira, filha de Francisco de Cerqueira Velloso, secretario do duque de Aveiro, e com ella veiu a casar, tendo apenas um filho, D. Affonso de Albuquerque, que em 1617 embarcou para a India, onde em pouco morreu sem geração.

Largos foram os litigios á herança de Albuquerque, filho, não só sobre o morgado de Azeitão, instituido por Affonso e D. Maria de Ayala, mas tambem com respeito ao vinculo, que Albuquerque, o Grande, formára na India.

Darei, de passagem, noticia d'este morgado e successão.

Albuquerque, no testamento, que fez na India, creou uma capella para seu filho Braz, e, estabelecendo a successão, dizia:

«E acontecendo os casos, que dito tenho, a não haver filhos do meu filho, ou fallecendo antes de mim e ficando assim, quero que Pero Corrêa os haja (os bens) e seus filhos com condição de os dar a quem o fizer melhor e cumprir e, não ficando filhos, torne-se esta capella ao filho de D. Fernando, o mais velho e de D. Constança minha irman.»

Por morte do instituidor a capella passou para seu filho Braz; ao tempo da morte d'este, porém, Pero Corrêa era fallecido sem geração, D. Fernando, D. Constança e seus filhos tambem haviam morrido, o parente mais proximo, que por então existia, era D. Luiza de Noronha, neta d'aquelles conjuges.

Os filhos de D. Constança e D. Fernando haviam sido: D. Affonso, primogenito, D. Alvaro, D. Garcia e D. Antonio.

Como oppositores ao morgado da India, apresentaram-se D. Luiza de Menezes, bisneta de D. Alvaro, D. Garcia, neto do outro D. Garcia, D. Aleixo de Menezes¹, neto de D. Alvaro, e D. Violante, neta de D. Affonso.

O litigio durou até 1615, e no dia 20 de junho foi dada sentença, que conferia a administração vincular a D. Luiza de Menezes, porque sua avó D. Luiza de Noronha, neta de D. Constança, era ao tempo da morte de Affonso de Albuquerque, filho, a mais proxima parente viva de D. Constança de Castro.

Ao morgado instituido por Albuquerque e sua mulher D. Maria de Ayala de Noronha appareceram outros oppositores.

¹ D. Aleixo de Menezes, eremita de Santo Agostinho, capellão mór em 1590, arcebispo de Goa, primaz do Oriente, em 1595, arcebispo de Braga, primaz das Hespanhas em 1611.

No testamento e instituição do vinculo dizia-se: «Outrosim não succederão na dita administração filhos bastardos, nem espurios, nem adulterinos, salvo se forem filhos naturaes de mulher honrada (nobre), estes havemos por bem que possam succeder, quando não houver filhos legitimos».

Em 1568, data d'aquelle titulo, já Affonso, filho, não tinha descendencia legitima e D. João Affonso de Albuquerque, que elle cria seu filho natural, ainda não era nado. Em tempo, Affonso de Albuquerque requereu a legitimação do filho, e obteve deferimento, declarando o rei que elle fosse tido como filho de legitimo matrimonio. Esta clausula expressa parece que devia conferir-lhe todos os direitos para succeder a seu pae; estas seriam as intenções do requerente e o sentido do rescripto real, comtudo, como a jurisprudencia é de uma versatilidade toda feminal, D. João Affonso não foi julgado successor do vinculo de Azeitão, embora se lhe conferissem direitos a outros bens, que herdou de seu pae.

A viuva de Affonso de Albuquerque, não sei sob que titulos e direitos, pretendia a administração do morgado de Azeitão.

O dr. Eduardo Brandão, lente de canones na universidade de Coimbra, foi o patrono do menor, e, fundamentando os direitos do seu cliente, allegou, que D. João Affonso era filho de Affonso de Albuquerque, nascido de mulher nobre e honesta — que seu pae no requerimento para a legitimação bem claramente se expressára dizendo: «*porque a minha intenção é legitimar ao dito D. João Affonso de Albuquerque como mais posso fazer* — que o rei, deferindo, confirmára o sentido d'estas palavras com est'outras: «*legitimo, habilito e faço legitimo como se de legitimo matrimonio fosse nascido*», que o pae o escolhêra para succeder-lhe pelo direito, que cabia ao instituidor sobrevivente, conforme o texto da instituição «*o que derradeiro fallecer poderá nomear um dos descendentes de Gonçalo de Albuquerque, meu avô, qual elle quizer*», e que esta mesma disposição aproveitava ao seu cliente, unico filho de Affonso de Albuquerque e descendente directo de seu avô Gonçalo.

Os direitos de D. João Affonso prevaleceram aos de D. Catharina de Menezes, viuva de Affonso; o menor foi mettido na posse do morgado, pelo menos, até 1585, porque encontro documento que o comprova; no emtanto as duvidas suscitadas durante o litigio despertaram novos contendores.

De Gonçalo de Albuquerque e de D. Leonor de Menezes, filha do primeiro conde de Atouguia, haviam nascido:

- Fernando de Albuquerque, primogenito;
- Affonso de Albuquerque, o Grande;

- D. Constança, casada com D. Fernando de Noronha ;
- D. Izabel, casada com D. Pedro da Silva «o Relles» ;
- Alvaro Gonçalves de Athaide, que foi prior de Villa Verde, e
- Martins Gonçalves de Athaide, morto pelos mouros em Arzilla.

Fernam, que succedeu a seu pae no senhorio de Villa Verde, casou com D. Catharina da Silva, filha do senhor de Barra-a-Barra. D'esta união nasceram duas filhas: D. Guiomar e D. Joanna.

D. Guiomar de Albuquerque casou com D. Martinho de Noronha. Herdou a casa de seus paes, e foi por este casamento, que os descendentes alcançaram a casa de Villa Verde e continuaram no appellido de Noronha.

D'estes nasceu D. Pedro de Noronha, que casou com D. Violante de Noronha, filha do senhor de Sarzedas, e foi o sexto senhor de Villa Verde.

D'estes nasceu outro D. Pedro de Noronha, que casou com D. Catharina de Athaide, filha do conde da Vidigueira, e foi o setimo senhor de Villa Verde.

D'este nasceu D. Francisco Luiz de Noronha, que tomou o appellido Albuquerque quando quiz em 1596 succeder no morgado de Albuquerque em Azeitão. Casou com D. Catharina de Vilhena e Sousa, sua sobrinha, filha de D. Manuel de Sousa e Tavora, e foi o oitavo senhor de Villa Verde.

Foi D. Antonio de Noronha, decimo segundo senhor d'esta casa, que recebeu de D. João IV em 1654 o titulo de conde de Villa Verde, e seu filho D. Pedro Antonio de Noronha Albuquerque e Sousa o de primeiro marquez de Angeja por mercê de D. João V em 1714.

D. Joanna, segunda filha de Fernam de Albuquerque e de D. Catharina da Silva, tomou o appellido de sua mãe; chamou-se D. Joanna da Silva e Albuquerque, e casou com Jorge Barreto, commendador de Castro Verde.

D'estes nasceu Pedro Barreto, commendador de Almada, que casou com D. Paula de Brito, de quem nasceu:

D. Joanna de Albuquerque, que casou com Manuel Telles Barreto, commendador de Aveiro e que foi governador do Brazil. Esta dama existia ao tempo, que D. João Affonso litigava com D. Catharina de Menezes a posse do morgado de Azeitão, e apresentou-se tambem como oppoente. De uns papeis da casa Mesquitella colhi, que D. Joanna estivera na posse do morgado, mas isto seria temporariamente, poisque a causa foi sentenciada na relação a favor de seu filho Jeronymo Telles Barreto, e requerida revista pelo advogado de D. João Affonso, foi-lhe denegada pelos juizes drs. Alvaro Lopes Moniz e Jeronymo Pimenta de Abreu ¹.

¹ Melchioris Phæbi, *Decisiones*, tom. 1, decis. xxvii.

Em 1588 já andavam tão descuidados os bens do morgado, que o albergue de S. Simão era um pardieiro, sem camas nem outra cousa para agasalho dos caminhanes. Melchior Lopes, administrador da albergaria, ignora por que titulo, havia vendido ao conde de Portalegre, D. Alvaro da Silva, por 25\$000 réis, uma casa e chão, que faziam parte do estabelecimento. É da visitação do bispo de Targa, D. Sebastião da Affonseca, feita á freguezia de S. Simão a 26 de maio d'aquelle anno, que isto consta.

Pela visitação de 1607 não se conhece quem estava na posse do morgado, e não era o proprietario melhor cumpridor dos encargos, porquanto a igreja de S. Simão era ainda em parte sem forro e toda sem sobrado, de modo que o visitador manda que seja juncada tres vezes por anno, pela Semana Santa, pelos Santos, e pelo Natal; a albergaria continuava sem camas, e corria execução contra Melchior Lopes por ter alheado casa e chão sem licença regia.

Em 1588 o bispo de Targa manda, que a igreja seja forrada de madeira de bordo, sob pena de 50 cruzados. A visitação de 27 de outubro de 1607 é feita pela ordem de Sant'Iago, e n'ella os visitantes Jacomo Ribeiro de Lemos e Fernão Velho da Silva dizem: *«porquanto corre demanda sobre quem ha de ser herdeiro do dito defunto (Affonso de Albuquerque, filho) nem ha administrador certo . . .*, e mandam aos officiaes da igreja *«que tanto que houver herdeiro certo e administrador dos bens e fazenda»* lhes façam notificar as ordens dos visitantes e a pena, em que incorrem não cumprindo.

De D. Joanna de Albuquerque e Manuel Telles Barreto tinham nascido cinco filhos:

- Affonso Telles Barreto, que morreu solteiro sem geração;
- Manuel Telles Barreto, frade dominico, tambem sem geração;
- Lizuarte Telles Barreto, que morreu sem geração;
- Jeronymo Telles Barreto, a favor de quem foi sentenciada a causa, ficou na India prisioneiro dos hollandezes; falleceu sem geração, e o morgado de Affonso de Albuquerque coube a sua irmã;
- D. Maria de Mendonça e Albuquerque, casada com D. Jeronymo Manuel, de alcunha «o Bacalhau».

A sentença que deu a estes a posse do morgado, seria dos primeiros dias de janeiro de 1609, porquanto encontro uma escriptura de 24 d'aquelle mez, que já d'ella faz menção:

O registo de um baptismo na freguezia de S. Simão, de 21 novembro de 1610, já dá noticia da estada d'aquella familia na casa de Affonso de Albuquerque em Azeitão, fazendo menção de D. Jorge Manuel de Albuquerque, filho de D. Maria e D. Jeronymo, como padrinho de uma creança.

II

Cabe aqui uma rectificação.

No *Resumo historico dos Albuquerque* diz-se, «que a quinta de Azeitão e casa dos bicos foram fundadas pelo primeiro conde de Linhares e dadas em dote a sua filha D. Maria de Ayala», que os terrenos da quinta foram cedidos por D. Jeronymo de Noronha, por alcunha «o Bacalhau», sobrinho do conde.

Já atrás fica demonstrado o erro, dando-se a genesis da quinta, que vem de tempos muito anteriores.

Tambem no mesmo *Resumo historico*, dando-se conta da origem da alcunha «Bacalhau», commum a dois Jeronymos, diz-se assim:

«Em uma das expedições, que de Portugal foram para a India, embarcaram n'ella D. Jeronymo de Noronha, sobrinho do primeiro conde de Linhares, e D. Jeronymo Manuel.

«O primeiro, como se sabe, era mais velho que o segundo, e, alem d'isso, ia por capitão da nau.

«Dizem que a viagem foi longa e tormentosa e o escorbuto principiava a grassar na tripulação, attribuindo-se tal enfermidade á constante alimentação de bacalhau, que n'esse tempo era havido como mui nocivo á saude.

«D. Jeronymo Manuel dirigiu-se um dia ao capitão mór da nau e disse-lhe que era mister providenciar sobre o caso, etc., etc. O capitão respondeu-lhe. E por que modo? Os doentes que comam as nossas rações e nós o bacalhau.

«Na volta d'estes dois cavalheiros á côrte, soube-se do facto, e, como era então mania alcunharem a todo o mundo, ficaram os dois sendo conhecidos pelos «Bacalhaus».

«D. Jeronymo de Noronha tolerou a alcunha, que só durou em sua vida, D. Jeronymo Manuel ufanava-se de a ter, e foi por isso que passou a ser usada por seus filhos e netos.»

De certo isto não foi invenção do auctor do escripto referido, mas erro de informação.

D. Jeronymo de Noronha, filho de D. Henrique de Noronha, irmão do primeiro conde de Linhares, foi por capitão da nau *S. Pedro* na armada, que partiu para a India em 17 de março de 1545, conduzindo o vice-rei D. João de Castro. Ali foi capitão mór de Baçaim. Voltando ao reino, nunca mais embarcou¹.

¹ Sousa, *Historia genealogica*, tom. v, pag. 312. Falcão, *Livro de toda a fazenda*, pag. 161.

D. Jeronymo Manuel de Albuquerque «o Bacalhau» teve em 1614, isto é, sessenta e nove annos depois da viagem de D. Jeronymo de Noronha, o commando da armada, que n'esse anno foi para a India, d'onde só voltou em 1618. Morreu na sua quinta de Azeitão a 16 de janeiro de 1620, como se vê setenta e cinco annos depois da viagem de D. Jeronymo de Noronha.

Se o que exponho ainda não bastasse para convencer, poderia acrescentar, que D. Henrique, pae de D. Jeronymo de Noronha, já era alcunhado «Bacalhau». N'um nobiliario manuscripto da casa dos condes de Carvalhaes, e que tenho á vista, a fl. 133 e 134 lê-se: «D. Pedro de Menezes, ... casou tres vezes, a primeira com D. Leonor de Castro ... e houve ... a D. Maria de Menezes, mulher de D. Henrique de Noronha, por sobrenome o Bacalhau, filho do primeiro marquez de Villa Real.

III

D. Jeronymo Manuel, o Bacalhau, de posse do morgado, veio com sua familia residir no seu palacio de Azeitão, e a 26 de setembro de 1613 aqui falleceu sua mulher, que foi sepultada em S. Simão *junto com o altar mór*.

Chegado ao reino, depois da viagem da India, voltou D. Jeronymo para a sua quinta, aonde falleceu a 16 de janeiro de 1620, e sepultou-se na mesma igreja *no taboleiro do altar mór, disseram-me*, (acrescenta o cura Pedro de Magalhães), *com testamento ao conde da Vidigueira*.

D. Jeronymo Manuel e D. Maria tiveram tres filhos, já nascidos quando se estabeleceram na quinta de Azeitão: D. Jorge Manuel de Albuquerque, D. Lourenço Manuel e D. Antonio de Mendonça.

— D. Lourenço Manuel morreu sem geração.

— D. Jorge Manuel de Albuquerque succedeu na casa de seu pae, e teve de sua mãe o morgado de Azeitão, continuando aqui a residencia. Os livros de notas dos tabelliães e os registos parochiaes até meiado de 1624 fazem-lhe repetidas referencias. Em Africa portou-se sempre como soldado valente. Irrequieto e *não liso nos seus procedimentos*¹, foi por alguns crimes degredado para Mazagão, aonde esteve preso por ordem do governador D. Gonçalo Coutinho.

Pela restauração estava em Madrid, recebendo de Filippe IV de Hes-

¹ Sousa, *Historia genealogica*, tom. xi, pag. 445.

panha o titulo de conde de Lavradio, que em Portugal lhe não foi confirmado. Algum tempo depois voltou para a sua casa de Azeitão, aonde falleceu no 1.º de outubro de 1651, sendo sepultado na capella mór de S. Simão. Tinha casado com D. Thereza Maria Coutinho, filha de D. Francisco da Gama, quarto conde da Vidigueira e almirante da India, de quem nasceram D. Jeronymo Manuel de Albuquerque, baptisado em S. Simão a 21 de dezembro de 1639 e D. Francisco Manuel de Albuquerque, nascido a 20 de janeiro 1650 e baptisado na mesma freguezia no dia 5 de fevereiro.

A viuva de D. Jorge Manuel, que nascêra em 5 de agosto de 1616, morreu na quinta de Azeitão a 25 de outubro de 1657, com testamento a seu irmão o marquez almirante, e foi sepultada ao pé do altar mór de S. Simão.

D. Jorge Manuel em 1630 requereu a tombação do morgado, designando para este serviço o licenciado Manuel Alvares Frausto, juiz de Marvão, e que fizera o tombo das freiras do Salvador de Lisboa. Diz o requerente que as propriedades se achavam alheadas, divididas e sonegadas pelas muitas demandas que houve sobre a successão do morgado. O alvará, que defere o pedido, é de 31 de maio de 1631.

IV

Deixemos a petição e alvará para podermos conhecer o palacio e cêrca n'esta epocha, conforme a descripção feita na tombação :

Titulo das casas da quinta

«Umás casas muito grandes e muito nobres, edificadas com muito primor, com varandas de todas as partes e casas, e muitas salas, camaras, recamaras, como abaixo se declarará especialmente e o numero d'ellas, postas da parte do norte e do levante, ficando a quinta e pomar com seus jardins da parte do sul e poente, e tem o sitio das ditas casas em circuito pela extremidade da parte de fóra a saber :

«Da banda do nascente, indo do norte a sul, de extremo a extremo do edificio e assento das casas, tem trinta e quatro varas e meia, e cada vara de cinco palmos, dos que falla a ordenação d'este reino.

«E da parte do norte, de nascente a poente, de extremo a extremo, tem trinta varas e meia.

«E da parte do poente, em uma ponta que o edificio faz, tem quatorze varas e meia, e vindo da parte do poente para o nascente contra o

sul, tem vinte e seis varas, e voltando de norte a sul, pela banda do poente, na ponta que o sitio das casas faz para o sul, tem vinte e quatro varas e, n'este vão, ao longo do edificio das ditas casas, está um jardim com uma fonte e casa de agua no meio, de que se faz a declaração e medição seguinte :

«E pela parte do sul de nascente a poente e pelo extremo da ponta, que as ditas casas fazem para a dita parte do sul, tem, de canto a canto, oito varas e n'esta fórma fica o edificio todo medido em circuito, todo com as ditas pontas, que fazem as ditas casas para o poente e sul, e tem cento e trinta e sete varas, que são juntas as medições atrás declaradas.

«Tem mais estas casas tres cubellos nos tres cantos, que se fazem para fóra contra o norte, dois ao norte e um ao sul, com que ficam muito realçadas e lustrosas, e a entrada, que está em um pateo muito grande com seus portaes, cerrado de muro, em que se correram e podem correr touros, está uma escada toda de pedraria com uma volta, toda com seus balaustres de marmore, que formósea a entrada da primeira sala. As quaes casas têm de salas, camaras, recamaras, retretes e antecamaras dezoito em numero, todas espaçosas e todas ladrilhadas e com azulejos pelas paredes, altura de mais de um covado e alguns retretes todos lavrados de azulejo e os tectos lavrados de bordo e com molduras, e pintados de diversas e agradaveis pinturas, e por baixo outras muitas casas e officinas e *almarios*, que respondem ás casas superiores, mas repartidas em muito maior numero.

«Tem mais duas varandas com seus arcos de jaspe e columnas do mesmo, uma para a banda do poente e outra para o norte com suas grades de ferro até ao meio, com seus azulejos até meio das paredes com figuras. Tem a varanda da parte do poente de comprido onze varas e meia e de largo quatro varas. E a varanda da parte do norte, em que não ha grade de ferro, tem uma meia parede de pedra lavrada, com seus azulejos por dentro, sobre que armam as columnas, tem de comprido dez varas e de largo quasi tres varas. E os portaes de todas estas casas são de pedraria de jaspe, com suas portas de bordo e muito bem lavradas e com suas chaminés de pedraria e todas as mais pertenças respondentes á qualidade do edificio.

Pateo

«Item um pateo defronte das ditas casas cercado de muro com dois meios cubellos, com duas portas, por que se entra e sae á estrada publica e é commum a todos e feito em quadro. Tem do norte a sul trinta e cinco varas, e de nascente a poente trinta e cinco e meia, e para a parte do nascente tem uma varanda de columnas de jaspe, que serve entre as casas terreas e gasalhados de creados, e tem um chafariz de agua a uma parede da banda do norte.

Jardim

«Um jardim, que fica entre as duas pontas das casas atrás medidas, com o qual fica o sitio das ditas casas em quadriangulo. Tem de norte a sul pela parte do poente e por onde confronta com o pomar, que se segue, vinte e quatro varas e de poente a levante outras vinte e quatro, e pelos outros dois lados confronta com as casas, com uma fonte ao meio e em roda com seus canos de agua e pelas paredes cidreiras e limoeiros, com meias paredes de azulejo feito em quadro. É arruado e ladrilhadas as ruas.

Titulo do pomar

«Item um pomar contiguo ás casas e jardim, que lhe ficam para a parte do levante, todo plantado de infinitas laranjeiras em ordem, limoeiros e cidreiras com todo o mais genero de fructas, mui espessas e plantadas em ordem e fileiras, o qual está todo cercado ao redor de um muro mais de doze palmos em alto e pela parte de dentro com suas ruas de azulejo, que abaixo se declaram. Tem do nascente, ou jardim, atrás declarado, até ao tanque de agua por uma rua cercada de azulejos e alegretes e ladrilhada de largura de mais de tres varas, oitenta e quatro varas e n'este canto, que o dito pomar faz para o poente, está um tanque de agua, ladrilhado por baixo, que cobre um homem, cercado de pedraria e de azulejos, feito em fórma quadrada; tem vinte e nove varas de canto a canto e fazem em circuito cento e dezeseis, do qual se rega todo o pomar atrás declarado com agua do rio de S. Simão, de que lhe pertence toda a dita agua quatro dias naturaes e tres horas cada nove dias.

«Tem o dito tanque, na cabeceira pela parte do sul, cinco casas de prazer armadas com columnas de jaspe e forradas todas de azulejo e os tectos pintados em estuque com varias historias e figuras, e ao lado das ditas casas de prazer, para a parte do nascente, tem um jardim com seus alegretes na distancia e largura das mesmas casas.

«E a agua que cáe para o dito tanque, cáe pela bôca de uma baleia artificiosa com um Tritão em cima, que formoseia muito o dito tanque e casas de prazer, e com figuras varias em nichos, feitos de pedraria pelas paredes do dito tanque.

«Tem mais o dito pomar pela parte do poente, começando do sul e norte, outra rua, que vae do dito tanque, da mesma largura e feitió com seus azulejos e alegretes e pela parede seus nichos com varias figuras, que tem cento e dezeseis varas, e no remate do canto de baixo, da banda do norte, tem uma casa quadrada com quatro janellas, em que estão pin-

tadas sobre estuque¹ as historias da India, com as quatro cidades principaes conquistadas pelo grande Affonso de Albuquerque, pae natural de Affonso de Albuquerque, instituidor d'este morgado.

«Tem esta rua, da parte do poente, uma porta, que sáe para a igreja e freguezia de S. Simão, pouca distancia de portal a portal, da qual igreja é costume sair a procissão da Resurreição de Christo Nosso Salvador e correr as ruas do dito pomar e tornar-se a recolher pela mesma porta á mesma igreja.

«Tem o dito pomar do dito canto da *casa da India*, atrás declarada, de poente a nascente, pela banda do norte, cento e trinta e sete varas, que tambem servem para medição da vinha abaixo declarada, que confina com o dito pomar pela banda do norte e do canto, que o muro faz para a banda do nascente até ao jardim, d'onde esta demarcação e medição começa, subindo de norte a sul, tem cento e seis varas, ficando no meio a ponta que as casas fazem para o parte do poente, que se mettem entre o jardim e o pomar. Pela parte d'onde a dita demarcação d'elle começou, em o dito canto de baixo, está uma casa, que se chama *das Pombas*, com um bufete de jaspe ao meio. E da dita casa, na largura d'ella, que corre de norte a sul, como se diz atrás, até ás ditas casas principaes, vae uma rua de ladrilho com seus alegretes de azulejo na fórmula das outras ruas atrás declaradas.

Titulo da vinha

«Tem mais uma vinha pela parte do norte, que dos lados fica dentro dos muros do pomar atrás confrontado e dividida do dito pomar pelo muro menos principal. Tem do sul ao norte, pela parte do nascente, cento e trinta e tres varas e de nascente a poente, pela parte do norte, cento e quarenta e duas varas e meia, e pelas outras duas partes tem a mesma medida de varas por estar em fórmula quadrada.

Titulo das mais casas de creados, lagares de azeite e vinho, estrebarias, cocheiras e mais pertenças

«Item defronte do pateo das casas principaes, atrás confrontado e medido, para a parte do nascente está um pateo contiguo ao outro atrás, o qual tem as casas seguintes e de comprido de norte a sul vinte e tres varas e de nascente a poente treze e meia, e para este pateo se entra por duas portas, a saber: uma a porta menos principal, que vae do outro

¹ É erro. A pintura era em téla, de que restam as reguas, que a pregavam, e representava Goa, Calecut, Malaca e Ormuz.

pateo para este entre as casas dos creados e outra porta maior e principal para a parte do norte, por onde póde entrar um coche, e defronte d'ella fica uma cocheira, e á ilharga, da parte do norte, fica um lagar de vinho, e á outra ilharga, para a parte do nascente, um lagar de azeite com quatro varas e dois moinhos e duas caldeiras e todas as mais pertenças necessarias aos ditos lagares, e para a moenda d'estes lagares vem a agua do rio de S. Simão, que lhe é necessaria por servidão emquanto moer.

«E por baixo do dito lagar pela parte do norte, junto á porta principal por onde se entra no pateo, correm umas estrebarias para a parte do norte, que têm de comprimento vinte e sete varas e meia, e de largo quatro varas, cuja porta e serventia está dentro do dito pateo com porta fechada sobre si, dentro do qual pateo estão dois fornos de cozer pão...»

Terra do rocio

«Uma terra, que serve de rocio e parte com as mais casas da quinta atrás, da parte do sul com os muros dos pateos, do nascente com as casas das estrebarias e vizinhos que seguem... do norte parte com estrada publica, que vae das Vendas para o mosteiro de Azeitão, e do poente com cerca e muro da vinha e pomar da dita quinta.....»

O documento de que me estou servindo, segue na descripção de outras propriedades do morgado, que não importa conhecer, no emtanto aproveitar-me hei d'elle, na parte referente ás :

Casas do hospital d'este morgado de que trata a instituição

«Um pateo e casa grande, que serve de hospital e outra do hospital e outra dos doentes, que são por todas tres e um pateo, que está em *aldea de Villa Freixe*, junto á igreja de S. Simão. Tem de comprido, de levante a poente, pela parte do norte e sul, dezoito varas e de largo onze varas. Parte ao norte com as casas da mulher de André Fernandes e ao sul com a igreja de S. Simão e ao poente com logradouro da aldeia e ao nascente com logradouro e cêrca da quinta d'este morgado.»

A casa do açougue tambem era pertença do morgado e é descripta assim :

Casa do açougue

«Uma casa, que serve de açougue, que está fóra dos muros da quinta, parte do nascente com muro do cano da agua, que vae aos lagares da dita quinta e do norte com os mesmos lagares e do poente com terra e

logradouros da quinta e do sul com as casas de Francisco Nunes, foreiro á dita quinta. Tem de comprido quatro varas e meia e de largo duas varas.»

A descripção d'esta casa pouca importa para a nossa historia; mostra, porém, que na quinta e palacio se concentrava toda a vida do logar; de um lado e quasi junto aos muros, o *hospital* e a igreja, do outro a casa do mercado.

V

Seguirei tratando dos senhores do morgado.

O primogenito de D. Jorge Manuel é, nos nobiliarios, chamado D. Jeronymo Manuel, no emtanto nos contratos, feitos por sua mãe durante a tutoria d'este filho, é appellidado D. Jeronymo Affonso de Albuquerque. Sobreviveu a seu pae, succedeu-lhe na administração do morgado de Azeitão, mas não foi (se foi) muito alem da morte de sua mãe. D. Theresza falleceu em outubro de 1657. No fim do anno seguinte já se encontra por herdeiro de Jeronymo seu irmão Francisco Sebastião de Albuquerque, creança de oito annos, sob a tutela de seu tio materno D. Vasco Luiz da Gama, almirante da India e primeiro marquez de Niza.

Bem novo encetou D. Francisco a carreira das armas, pois em 1663 já se encontra na restauração de Evora. Em 1666, quando o conde de S. Vicente, João Nunes da Cunha, passou á India por vice-rei, D. Francisco Sebastião acompanhou-o e em breve ali morreu, como seu irmão Jeronymo, solteiro e sem geração legitima. Até fins de 1668 ainda os contratos são celebrados pelo marquez de Niza, como tutor de seu sobrinho Francisco. Em principio de 1669 já era fallecido.

De D. Francisco Sebastião de Albuquerque ¹ apenas ficou uma filha natural, D. Maria de Albuquerque, freira em Odivellas.

Extincto este ramo, a casa foi devolvida ao primogenito de D. Antonia de Mendonça, irmã de D. Jorge Manuel.

¹ Teve o sobrenome Sebastião por haver nascido no dia 20 de janeiro, que a igreja de Roma dedica a S. Sebastião.

VI

Dos filhos de D. Jeronymo Manuel «o Bacalhau», D. Antonia de Mendonça casou com Pedro de Mendonça, alcaide mór de Mourão, commendador de Sant'Iago de Cassem e que, depois da conspiração do Marquez de Villa Real, teve de D. João IV a commenda de Villa Franca, que havia vagado pelo crime d'aquelle fidalgo.

D. Antonia e seu marido residiram no palacio de Azeitão, aonde lhes nasceram dois filhos :

— Luiz de Mendonça, baptisado em S. Simão de Azeitão a 4 de julho de 1627, e

— Jeronymo Manuel, baptisado na mesma freguezia a 14 de agosto de 1630.

Estes outros filhos :

— Nuno de Mendonça,

— João de Mendonça e

— D. Maria Josepha de Mendonça, cuido não haverem nascido em Azeitão, porque não encontro os seus registos baptismaes.

Luiz de Mendonça Furtado alistou-se cedo no exercito do Alemtejo, cujas campanhas fez com distincção. Grandes seriam as suas qualidades e largas as suas aptidões para ser passado ao serviço maritimo, confiando-se-lhe, ainda bem novo, commandos importantes.

Depois de duas viagens á India como capitão mór da armada, voltou para aquellas paragens na monção da primavera de 1657 por general dos galeões de alto bordo, posto a que foi elevado por carta de 24 de março d'aquelle anno, assignada por D. Luiza de Guzman, regente do reino.

Nas notas dos tabelliães de Azeitão encontra-se registado em 1701 um documento, que tem relação com esta viagem, apresentado por João Vianna Franco, procurador de D. Maria Josepha de Mendonça e Albuquerque, herdeira e irmã de Luiz de Mendonça.

É como se segue :

«Requerendo Luiz de Mendonça Furtado, filho de Pedro de Mendonça Furtado, satisfação dos seus serviços, houve Sua Magestade por bem mandar-lhe dizer, por despacho de 16 de março de 1657, que tendo respeito a seus serviços, que havia feito a se embarcar n'esta monção para o estado da India, aonde o vae servir, e tendo em consideração o haver sido de Pedro de Mendonça Furtado, seu pae, fidalgo tão benemerito a estê reino, a commenda de Villa Franca de Xira da ordem de Christo, que a possuia Francisco de Mendonça Furtado, seu filho e irmão de Luiz

de Mendonça, havia por bem, que, fallecendo o dito Francisco de Mendonça sem filhos legitimos, ou bastardos e, que não se dando esta commenda a elles, ou a outra alguma pessoa por serviços do mesmo Francisco de Mendonça¹ na fórma do papel da letra e signal de Luiz de Mendonça, succedesse elle na mesma commenda com a propria pensão de 300\$000 réis, que se pozeram a Francisco de Mendonça, quando se lhe fez mercê d'ella, entrando as pensões, que houver vivas no tempo, em que esta mercê possa ter effeito, a qual terá o mesmo Luiz de Mendonça em segredo e a perderá, constando que se rompeu por sua parte. E mandou Sua Magestade, que d'este despacho se lhe passasse sómente certidão em summo segredo, para que d'elle possa valer a seu tempo, em o caso que esta mercê possa ter effeito. Assim o certificado. Lisboa, 22 de março de 1657. E o papel, de letra e signal de Luiz de Mendonça, acima referido, fica n'esta secretaria.—*Gaspar de Faria Severim*².»

Luiz de Mendonça ainda não tinha trinta annos completos, quando foi nomeado general dos galeões de alto bordo em 1657.

Não havia muito de chegado á India, quando recebeu do governador o commando das naus, que deviam varrer os hollandezes dos mares de Goa. A armada fez-se de véla a 5 janeiro de 1658 e breve se deu um recontro com os inimigos, em que Luiz de Mendonça levou a melhor.

A guerra maritima, continuada n'aquellas paragens pelos capitães portuguezes, corria com vario successo, emquanto na capital do estado reinava a anarchia e a desordem, promovidas pelos fidalgos e pelo clero, divididos em facções pessoaes, que mutuamente se guerreavam. Luiz de Mendonça, de volta a Goa, não fugiu á sorte commum; a sua chegada incendeu os animos, as duas parcialidades armaram-se e bateram-se, sem que os governadores tivessem força para evital-o e conter os desordeiros. Luiz de Mendonça e Bartholomeu de Vasconcellos foram os contendores que mais se distinguiram, organisando forças suas, e dando mesmo verdadeiros combates, que custaram a vida a soldados, que só a deviam perder em serviço da patria.

Por carta de 5 de março de 1657 a regente tinha nomeado vice-rei da India Antonio Telles de Menezes, conde de Villa Pouca de Aguiar, cujas qualidades bastariam para o restabelecimento da ordem; no emtanto a morte surprehendeu-o na viagem, e no dia 7 de setembro d'aquelle anno entrava a barra do Mandovi o navio, que conduzia o cadaver do vice-rei.

¹ Pedro de Mendonça havia casado em primeiras nupcias com D. Catharina de Menezes, e d'este matrimonio era filho este Francisco de Mendonça, a que o documento se refere.

² Cartorio dos tabelliães de Azeitão, liv. 20.

Abertas as vias de successão, formaram o governo Manuel Mascarenhas Homem, Francisco de Mello e Castro e Antonio de Sousa Coutinho, que já estavam em exercicio desde o fallecimento do conde de Sarzedas. Poucos dias depois morria o membro do governo Mascarenhas Homem e os seus dois collegas continuaram a administração sem mais força para tornar respeitada a sua auctoridade.

Em 22 de março de 1660 a regente nomeou novo governo para a India, composto de D. Manuel Mascarenhas, Luiz de Mendonça Furtado e Albuquerque e D. Pedro de Lencastre. O primeiro renunciou o cargo, D. Pedro de Lencastre, que fôra por capitão da armada, que conduzira o vice-rei, conde de Villa Pouca e Luiz de Mendonça assumiram o governo em 14 de junho de 1661 e em continuada divergencia o exerceram até 14 de dezembro do anno seguinte, data da posse do vice-rei Antonio de Mello e Castro.

D. Pedro de Lencastre partiu para o reino logo em seguida á entrega do poder, fallecendo na viagem; Luiz de Mendonça, porém, conservou-se na India até 1668, anno em que voltou para Portugal.

Luiz de Mendonça se crescia em honras augmentava ao mesmo tempo em cabedaes. «Nenhum ministro, diz um contemporaneo, serve aos principes para os servir, senão para se acrescentar»¹, e não era sem propriedade que applicava a sentença ao general dos galeões partidos para a India em 1657.

Quando se tratava de casar o infante D. Pedro com a mulher de seu irmão, tomando-se por pretexto d'esta união incestuosa a impossibilidade de restituir o dote de Maria de Nemours, Luiz de Mendonça, filho segundo de uma casa de mediocres haveres, offereceu-se a concorrer com 9:000 cruzados para satisfação da quantia necessaria, pedindo apenas o praso de tres dias para a sua apresentação, fazendo-se d'elles consignação em dez annos. A somma era avultada para o tempo e crescida para quem, como Luiz de Mendonça, tanto se preocupava de possuir.

As intrigas da côrte, desde a morte de D. João IV até á enthronisação de seu filho Pedro, são bem conhecidas, para que precise rememoral-as; Luiz de Mendonça poderia cair no desagrado do principe offerecendo-se a contribuir para a restituição do dote da rainha, era uma demonstração hostil aos intentos de D. Pedro e de Maria de Aumale; todavia de tal modo soube haver-se que, em dezembro de 1669, foi nomeado pelo regente vice-rei da India.

Muitas eram as esperanças que se firmavam em Luiz de Mendonça, e de que parece não ter desmerecido. «É este fidalgo, diz o contemporaneo citado, por prendas e qualidades, dignissimo do logar e se promet-

¹ *Monstruosidades do tempo e da fortuna, por ...*

tiam todos, que em seu governo e industria se melhoraria muito o estado da India».

A frota que devia partir com o novo visoi-rei foi de cinco vasos, e para a guarnição, alem dos que voluntariamente se alistaram, prenderam-se em Lisboa e no reino todos os *inquiotos e divertidos*, que poderam haver-se; nos mareantes não houve melhor escolha nas qualidades ou aptidões.

O visoi-rei, que devia partir na primeira monção de 1670, foi feito conde de Lavradio em março, e a armada levantou ferro do porto de Lisboa em principio de abril, chegando á India no anno seguinte, em que Luiz de Mendonça tomou posse do vice-reinado.

A sua fidelidade ao regente não foi sem suspeitas; em fins de março de 1674 aprestaram-se com diligencia duas caravellas, bem guarnecidas e petrechadas, que partiram para a India no 1.º de abril, levando o capitão instrucções secretas com respeito ao visoi-rei; as suspeitas comtudo eram infundadas; mais prudente que seus irmãos Francisco e Jeronymo, não se envolveu como elles nos tramas contra o governo do regente.

Desempenhou o logar de visoi-rei por espaço de sete annos e vinte dias e, embarcando para o reino, falleceu na Bahia em 1677 com cincoenta annos de idade.

Se fez bom governo, ou a contento do soberano, não foi menos solícito nos negocios de sua casa e interesses pessoaes, e não aprendeu pouco nas viagens, que fez á India, sobre o modo de fazer fortuna. Se Luiz de Mendonça, ao partir para o seu vice-reinado, pensava nos negocios da republica, não sei; é certo, porém, que não descurava os seus interesses particulares, e se propunha continuar ou estabelecer em larga escala o seu giro commercial. Em 10 de março de 1670 ordenava elle as suas cousas, mandando lavrar uma procuração ampla a seu irmão Jeronymo e a dois irmãos Diogo de Chaves e Simão Rodrigues de Chaves para a administração dos seus negocios na Europa. Morava então Luiz de Mendonça Furtado e Albuquerque na sua quinta extra-muros de Lisboa, junto ao mosteiro de S. Bento da Saude.

Farei notar os principaes pontos a que a procuração se refere. Os poderes são iguaes para os seus tres delegados, deixando-lhes *todo o seu livre e comprido poder, mandado especial e geral...* para poderem cobrar, arrecadar e haver a seus poderes todas as suas dividas de dinheiro, oiro, prata, juros, tenças, ordenados, fazendas, mercadorias, encomendas e seus procedidos, fretes, avarias de seus navios, bens de raiz e seus rendimentos... cobrança por conhecimentos e sem elles... letras de cambio e de risco, consignações e carregações, cartas amigaveis e de credito, contas correntes e fenecidas por leis de seguro, ou por outra qualquer via; titulo, modo e rasão, que seja e todas as fazendas e mercadorias, que remetter das ditas partes da India e de outras quaesquer partes e conquistas, tudo tam-

bem poderão cobrar e despachar, ou vender e beneficiar, estando a contas e tomando-as com entrega a todas as pessoas que lh'as devam e hajam de dar e as fenecer e liquidar, recebendo o liquido, restos e alcances d'ellas... poderão nomear mestres para as embarcações de que for senhorio e, depois de nomeados, os despedirem e elegerem outros, como melhor lhes convier...

Esta procuração, estranha totalmente aos negocios de administração publica, nada nos pôde dizer das idéas do visorei sobre o modo por que se propunha gerir os negocios do estado, mas dá-nos claras mostras de que Luiz de Mendonça não descurava os seus interesses, de que na India ia estabelecer uma forte casa commercial, e que no reino deixava agentes, de certo bem escolhidos, para as permutações e vendas das mercadorias que enviasse para a metropole.

A procuração, datada de 10 de março, só foi outorgada no dia 16; é esta a propria data da carta regia, que lhe confere o titulo de conde de Lavradio; no entanto a assignatura ainda é de Luiz de Mendonça Furtado de Albuquerque.

Ninguem, ao ler desprevenidamente o documento, supportará que são as disposições de um visorei, que vae exercer funcções magestáticas e de soberania real; talvez fosse isto, que menos preoccupasse Luiz de Mendonça, pois é certo que, recolhendo ao reino com sete annos de governo, vinha riquissimo. Que contraste com o grande Albuquerque, que, proximo á morte, pedira, *não se fizesse leilão do seu fato para que não vissem suas calças rotas que tinha*¹!

Nas suas ultimas disposições fez seu universal herdeiro Jeronymo de Mendonça e na sua falta seu irmão Nuno.

— Jeronymo de Mendonça Furtado, nascido no palacio de Azeitão e baptisado na freguezia de S. Simão a 14 de agosto de 1630, foi cavalleiro de Malta, mas não professou. Serviu nas campanhas do Alemtejo como capitão de cavallos e mestre de campo de um terço. Deixou a carreira militar; todavia, como particular, assistiu á batalha do Ameixial ou Canal a 8 de junho de 1663, sendo louvado pelo conde de Villa Flor, que o enviou a Lisboa com a noticia da victoria.

Em remuneração d'estes serviços, teve o governo de Pernambuco, aonde commetteu taes excessos que, amotinado o povo, veio preso para Lisboa e da prisão pôde escapar-se para Castella. Instaurou-se-lhe o processo, mas por influencia de seu irmão, que estava em favor, suspendeu-se todo o procedimento e pôde regressar á patria.

Talvez para não dar tanto nas vistas a protecção a um delinquente e tel-o como que escondido aos seus julgadores, Luiz de Mendonça poz seu

¹ *Lendas da India*, tom. II, pag. 457.

irmão Jeronymo na administração do morgado de Azeitão. Tenho presente uma procuração datada de 1 de março de 1669, em que Luiz de Mendonça dá poderes a seu irmão para o arrendamento dos fructos dos *muros a dentro* da quinta; abriu-se aqui praça no dia 4 e n'este mesmo dia se lavrou a escriptura, o preço foi de 200,000 réis, pagos metade pelo S. João e metade por S. Simão.

Em março do anno seguinte, conforme a procuração que atrás extratei, Jeronymo de Mendonça partilhou com os irmãos Chaves a administração de toda a casa e haveres do visorei.

O conde de Lavradio parte para o vice reinado, falta a Jeronymo de Mendonça a bandeira que lhe cobria as culpas e, fosse *resultado das devassas, ou novidades de crimes*, na expressão de um escriptor coevo¹, o regente manda-o prender no Limoeiro em principios de julho de 1671. Jeronymo de Mendonça teve conhecimento das disposições a seu respeito e pôde escapar-se para Hespanha. De Xerez de los Caballeros data de 7 de agosto do mesmo anno o substabelecimento da procuração de seu irmão para um Manuel Lopes fazer certos contratos em Azeitão.

Em 1672 ainda ali se achava, e no dia 1.º de outubro substabelece parte dos poderes da procuração de seu irmão, visorei, no capitão Luiz de Valença da Rocha, para que elle possa *cobrar e arrecadar e haver a seu poder* todas as dividas de *dinheiro, oiro e prata, juros, tenças, ordenados, fazendas, mercadorias, encomendas, seus procedidos, fretes e avarias dos navios, bens de raiz, moveis, rendimentos e cousas outras de qualquer qualidade, sorte, quantidade e substancia*. Dias depois, a 6, junta ao substabelecimento uma declaração para o mesmo Rocha poder *tomar todo o dinheiro na praça, que lhe for necessario para o fornecimento dos navios*, assim de Luiz de Mendonça, como d'elle; pelo que se vê, que tambem Jeronymo era armador.

Alcançou voltar a Portugal, mas descoberta em setembro de 1673 nova conspiração para o restabelecimento do rei Affonso VI, viu-se dos papeis encontrados a Diogo de Lemos, que Jeronymo de Mendonça e seu meio irmão Francisco eram cúmplices. Francisco de Mendonça pôde escapar-se para Castella, sendo-lhe em Portugal confiscados os bens e elle degolado em estatua no rocio de Lisboa a 11 de maio de 1674; Jeronymo de Mendonça pretendeu tambem fugir; mas, como estava enfermo, teve de acoutar-se n'um moinho e, conhecido o seu paradeiro, foi preso.

Encerrado na torre de S. Julião da foz do Tejo, ali se conservou, até que em 3 de janeiro de 1680 foi sentenciado por traidor a ser degolado no pelourinho de Lisboa. Dois corregedores e duas companhias de cavallos

¹ *Monstruosidades*, cit., pag. 169.

ali o foram buscar. Esta pena infamante foi embargada pelos parentes, alcançando-lhe a troca do pelourinho pelo cadafalso, havendo de executar-se a sentença no dia 5. O marquez de Fronteira, que pretendia casar uma filha com Nuno de Mendonça, irmão de Jeronymo, e que se achava ao tempo em Evora, pôde conseguir que a princeza intercedesse pelo criminoso, e o rei commutou-lhe a pena em degredo para a India.

Em 1687 ainda ali vivia e tinha residencia em Goa, para onde sua irmã D. Maria Josepha de Mendonça, a quem veio a caber a herança do conde de Lavradio, enviou procuração para arrecadar os bens do fallecido visorei, como adiante direi.

Nunca voltou da India.

VII

— Por fallecimento de Luiz de Mendonça succedeu-lhe nos morgados seu irmão:

— Nuno de Mendonça Furtado, clerigo minorista, com um canonicato em Evora. Foi casado com D. Magdalena de Tavora, de quem não houve filhos.

N'uma entrada, que fez em Castella, foi ali aprisionado, só alcançando a liberdade pela paz entre Portugal e Hespanha.

Conhecida a morte do conde de Lavradio, disputaram a sua herança seus irmãos Nuno de Mendonça e D. Maria Josepha, D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre por sua mulher D. Maria Manuel de Albuquerque¹, e D. Pedro Antonio de Noronha, conde de Villa Verde. A causa foi julgada a Nuno, que parece só entrou na posse do morgado de Azeitão em principios de 1692 (conforme uma certidão de appellação passada em 29 de novembro d'este anno), tendo de renunciar ao canonicato de Evora. Nuno veio residir para o seu palacio de Azeitão, aonde falleceu a 15 de fevereiro de 1684, sepultando-se na capella mór da freguezia de S. Simão. D. Magdalena sobreviveu a seu marido.

— D. Maria Josepha de Mendonça, unica sobrevivente a seus irmãos, casada com Pedro Guedes de Miranda Henriques, senhor de Murça, succedeu a seu irmão Nuno no morgado de Azeitão e mais casa de seus

¹ D. Maria Manuel era filha de D. João Manuel de Albuquerque, filho natural de D. Jorge Manuel, senhor do morgado.

paes. Não lhe faltavam qualidades administrativas, nem era menos desejosa de haveres, do que seu irmão Luiz.

D. Maria tinha tido quatro filhos :

— João fallecido aos dez annos,

— Antonia, freira no convento do Salvador em Lisboa,

— Joanna de Mendonça, casada em 1672 com D. Antonio José de Mello, por quem o morgado veiu aos Costas de Mutella; e

— Luiz Guedes de Miranda Henriques, casado em 1673 com D. Maria de Athaide, filha de Nuno de Mendonça, segundo conde de Valle de Reis.

Em 1687 D. Maria Josepha de Mendonça Albuquerque achava-se em Azeitão, e no dia 4 de março, já viuva, faz uma procuração a seu irmão Jeronymo, que se achava na India, como já atrás disse, para elle *em Goa e em todos os mais estados da India e quaesquer outras partes poder cobrar e haver a seu poder todos os bens e fazendas, . . . pertencentes ao conde visorei, seu irmão, assim moveis como de raiz, dinheiro, oiro, prata, dividas, encomendas, carregações, seus procedidos, diamantes, joias e cousas outras de qualquer qualidade, quantidade e substancia, que sejam, fazendo a tal cobrança do poder dos devedores, seus herdeiros e successores, testamenteiros, depositarios, thesoureiros de defuntos e ausentes, cofres de orphãos, casa da santa misericordia e de quem mais a paga deva de fazer . . . e para melhor noticia dos ditos bens e dos que estiverem occultos poderá mandar ler e publicar uma carta Paulina¹ que com esta lhe será apresentada, que lhe foi concedida pelo nuncio apostolico d'esta côrte e procederá contra as pessoas que os ditos bens tiverem na fórma da dita Paulina . . .* Dava-lhe poderes para vender o que lhe parecesse, ou enviar para o reino quaesquer bens ou fazendas *carregando-os e arriscando-os* a seu livre arbitrio. Limitava, porém, ao seu procurador a faculdade de garantia dos contratos *sómente aos bens da dita herança*. As mais disposições são as communs a todas as procurações geraes, com poderes de substabelecer, como era necessario absolutamente, pois degredado, como era Jeronymo de Mendonça, não podia sair do logar do exilio.

Luiz de Mendonça havia feito testamento, deixando á misericordia de Lisboa grosso legado para dotes annuaes a donzellas, e o remanescente a seus irmãos. Foi pela sua terça, que veiu ao morgado de Azeitão a quinta da Fonte da Pipa, no termo de Palmella, que D. Maria Josepha, pelo seu procurador e creado Vicente Lourenço Pinto, cavalleiro do habito de Christo, arrendou em maio de 1693 por 120\$000 réis annuaes.

¹ Paulina, carta comminatoria de excommunhão, a quem não revelar o que sabe em alguma materia, da qual só por esta via se póde ter noticia. Chama-se Paulina, porque o papa Paulo III foi o primeiro que as mandou publicar. Eram lidas na occasião da missa.

D. Maria Josepha de Mendonça passava tempos em Azeitão, tendo a principal residencia na sua quinta de Arroyos, termo de Lisboa, até que em 1701, ou proximamente, se estabeleceu no palacio de Azeitão.

No dia 1.º de março fez aqui testamento cerrado, escripto pelo tabelião José Felix Falcão, e no dia 2 fel-o guardar no archivo do convento dominico de Nossa Senhora da Piedade, de Azeitão, cujo prior, Fr. Domingos da Cruz, passou certificado de o haver ali arrecadado.

Até 1709 encontram-se nos livros de notas e registos parochiaes repetidas referencias a D. Maria Josepha; a ultima, de 27 de julho d'aquelle anno, é uma carta de alforria a duas escravas, Francisca de Mendonça e sua filha Luiza Maria de Mendonça, a quem libertou por sua morte, legando 10\$000 réis á mãe e 30\$000 réis á filha.

Pouco importa saber os nomes das duas escravas, menciono-os apenas por não ser muito conhecido o uso que faziam do appellido dos seus senhores.

D. Maria Josepha ligava ao D. o L inicial do nome de seu marido; a sua assignatura era clara, mas n'esta carta de alforria já a letra denuncia pesados annos.

Não falleceu em Azeitão, e o seu fim foi talvez posterior a 1712, pois viveu approximadamente oitenta annos.

Não seriam poucos os desgostos por que passou D. Maria Josepha. Seu filho Luiz *foi um fidalgo de notaveis paradoxos*, no dizer de Sousa¹, que o levaram aos cárceres da torre de S. Julião. Seu neto João Guedes roubou-a e maltratou-a.

Conta assim o auctor anonymo de um nobiliario manuscripto, que tenho á vista²:

«João Guedes de Miranda Henriques, sendo *muchacho*, mal aconselhado de uns creados, entrou em casa de sua avó D. Maria Thereza³ de Mendonça e Albuquerque, de quem elle era herdeiro, e a descompozeram, ferindo-a e maltratando-a infinito, tendo quasi oitenta annos, e lhe tomaram as chaves e lhe roubaram mais de 80:000 cruzados⁴ entre dinheiro e joias de preço e bons diamantes, que tinha herdado de seu irmão Luiz de Mendonça, que foi visó rei da India. Com este cabedal fugiram para Castella, onde se pozeram com elle seguramente e, estando já muito pela terra dentro, os dois motores d'este negocio, que eram pae e filho, creados, que mal aconselhavam a este cavalheiro, os tentou o demonio a tornarem a Portugal a cobrarem uns duzentos e tantos mil réis, por não

¹ *Historia genealogica*, tom. xi, pag. 441.

² Pertencente aos Almadás Carvalhaes, provedores da casa da India.

³ O sobrenome era Josepha e não Thereza.

⁴ Réis 32:000\$000.



estar ainda de todo satisfeita a sua ambição, ou, parece, permittiu Deus, fosse para castigo da sua culpa, porque mal tinham passado a raia, quando, pelas armas, que traziam, os prenderam, tempo a que chegavam as ordens para que os prendessem. Trouxeram-os para a prisão da côrte, de onde foram a padecer a forca de Santa Barbara, em que lhes ficaram as cabeças para memoria do seu delicto. O furto se tornou a Portugal e se restituiu, e João Guedes de Miranda Henriques veiu occulto e se homisiou em casa do embaixador de França.»

Se Luiz de Mendonça foi ambicioso de riquezas, a modo de em sete annos de vice-reinado alcançar cabedal enorme, sua irmã foi uma avarenta, que só viveu para enthesourar.

VIII

A D. Maria Josepha de Mendonça e Albuquerque succedeu seu filho:

Luiz Guedes de Miranda Henriques, que outros appellidam de Miranda e Lima, casado em 1673 com D. Maria de Athaide, filha dos segundos condes do Valle de Reis. Por seu pae cabia-lhe o cargo de estribeiro mór, todavia o regente D. Pedro e ainda depois de enthronizado, recusou-lhe a posse do logar, e tão solto foi de palavras e acções por este facto, que lhe valeu ser encerrado na torre de S. Julião.

Em 1712 ainda havia filhos menores de Luiz Guedes, de quem este não tinha a tutela. No dia 2 de dezembro Manuel Carvalho de Athaide, moço fidalgo da casa de sua magestade e commendador da ordem de Christo, parente de Luiz Guedes¹, data de Sernancelhe uma procuração a Pedro Vieira da Fonseca, residente na quinta de Azeitão (Bacalhoa), para poder comprar um pinhal para o menor Francisco de Assis, e outra a Manuel Salgado de Araujo, advogado da casa da supplicação, para cobrar de Luiz Guedes de Miranda 80,5000 réis mensaes de alimentos para cada um dos filhos menores d'este, comprehendido Francisco de Assis, dos quaes Manuel Carvalho era curador.

¹ Manuel Carvalho de Athaide, pae do celebre marquez de Pombal, era casado com D. Thereza Luiza de Mendonça, filha de João de Almada e Mello, alcaide mór de Palmella, casado com D. Mayor de Mendonça, filha illegitima de Francisco de Mendonça, alcaide mór de Mourão, meio irmão de D. Maria Josepha de Mendonça e Albuquerque, mãe de Luiz Guedes de Miranda. Na procuração Manuel Carvalho chama tío a Luiz Guedes.

Não parece que Luiz Guedes se detivesse na sua quinta, ou mesmo na Extremadura, pois se encontram até fins de 1718 procurações para determinados negocios do morgado datadas de Murça ¹.

De Luiz Guedes de Miranda e D. Maria de Athaide nasceram :

— Pedro Guedes, que morreu moço;

— Francisco de Assis, de quem só acho a noticia atrás dada, e

— João Guedes de Miranda Henriques Mendonça e Albuquerque «o *muchacho*» que espancou e roubou a avó D. Maria Josepha. Ao que parece, enlouqueceu mais tarde, tirando-se-lhe a administração da casa, conforme uma provisão regia, de que fallarei. Digo parecer haver enlouquecido, porque os documentos d'esta epocha, para guardarem conveniencias, muitas vezes encobrem más acções com palavras de significado bem diverso.

João Guedes casou em 30 de janeiro de 1707 com D. Francisca de Noronha, filha dos terceiros condes de Aveiras.

Em 15 junho de 1721 Fernando de Moraes Madureira Machado Pimentel tomou posse do morgado da Bacalhoa por procuração de João Guedes. A 28 do mez seguinte já sua mulher D. Francisca de Noronha data de Lisboa occidental uma procuração para arrendamento de uma propriedade do morgado, *em virtude da administração de que a encarregou seu primo o sr. João Guedes de Miranda e Lima*. Desconheço a conveniencia de D. Francisca dar a seu marido o tratamento de primo.

Em março de 1726 estava João Guedes em Azeitão; em 1728 era ausente, havendo deixado procuração a seu filho Luiz, immediato successor; no anno seguinte, porém, estava na sua quinta com a familia e o padre João Lopes Nogueira, seu capellão. Em 1730 continuou a residir no palacio. D. Francisca tem a administração da casa e d'aqui arrenda a herdade da quinta da Corona, na freguezia de Nossa Senhora A Bella em Sant'Iago do Cassem, a herdade da Juliôa e outras propriedades na ribeira do Guadiana, em Mourão, Moura e Monsaraz. No anno seguinte ainda aqui reside, dando de arrendamento a herdade do Miranda no termo de Alcacer, e entre as condições ha, a do rendeiro pôr em Azeitão, ou na quinta do Montijo, as pitaças, que eram : 12 porcos de dois annos, 6 marrãs de um anno e 30 gallinhas. Os porcos eram avaliados a 3\$000 réis e as marrãs a 1\$500 réis, no caso de não agradarem os da herdade.

Em 29 de janeiro de 1732 um decreto do rei, e despacho do desem-

¹ Em 12 de maio de 1720 ainda Luiz Guedes era vivo, pois o patriarcha de Lisboa, D. Thomás de Almeida, em visita á sua diocese, dispõe que elle, como administrador do morgado de Affonso de Albuquerque, proceda aos reparos de que necessita a igreja de S. Simão. Deve ter fallecido n'este anno ou principios de 1721.

bargo do paço do dia 31 ao provedor das capellas, interdizia João Guedes por demencia. Transcrevel-o-hei.

«D. João, etc. Faço saber a vós provedor dos orphãos e das capellas *d'estas cidades*¹ que, sendo-me presente que João Guedes de Miranda Albuquerque Mendonça lhe sobreveiu demencia tal que necessita prompto remedio pelas continuas e publicas discordias, que commette contra o decóro da sua pessoa, e que tambem se deixa enganar de vãs palavras, que com promessas phantasticas lhe tiram dinheiro em prejuizo de suas rendas, o que devia evitar; attendendo ás qualidades que concorem na sua pessoa: hei por bem e vos mando entregueis a administração de sua casa a sua mulher D. Francisca de Noronha, por ter por certo a fará como convem, fazendo primeiro termo de dar contas todos os annos, perante o juiz dos orphãos, a que tocar cumprir. Assim el-rei nosso senhor o mandou pelos doutores Gregorio Pereira Fidalgo da Silveira e Antonio Teixeira Alvares, ambos do seu conselho e seus desembargadores do paço. José Maria de Faria o fez. Lisboa occidental 31 de janeiro de 1732.»

Até fim de 1747 encontra-se D. Francisca de Noronha em Azeitão ou em Lisboa occidental dirigindo os negocios de sua casa, como *tutora e administradora da pessoa e bens* de seu marido João Guedes de Miranda.

D'estes esposos nasceram :

- José Guedes, e
- Juliana de Noronha, que morreram creanças;
- Luiz Guedes de Miranda Henriques, que em 1741 casou com D. Magdalena Vicencia de Mascarenhas, filha dos terceiros marquezes de Fronteira D. João e D. Helena.

Em maio de 1749 já encontro procurações do novo administrador do morgado de Affonso de Albuquerque. Diz-se elle :

Luiz Guedes de Miranda Lima de Mendonça e Albuquerque, senhor das Villas de Murça, Brunhaes, Agua Revés, Torre de D. Chama, commendador e alcaide mór das villas de Cabeço de Vide, Alter Pedroso e Granja do Hospital e capitão de dragões, etc.

Luiz Guedes pouco tempo teve o morgado, fallecendo em dezembro de 1757. Residiu sempre em Lisboa, administrando-lhe os bens de Azeitão, um feitor, que com procuração de seu amo intervinha nos contratos emphyteuticos.

¹ O papa Clemente XI concedeu a criação de duas sédes episcopaes em Lisboa, e para as distinguir chamou-lhes oriental e occidental. D. João V continuou a extravagancia, dividindo Lisboa em duas cidades do mesmo modo designadas por decreto de 9 de janeiro de 1717.

Não sei que de Luiz Guedes e D. Magdalena houvesse filhos; no entanto esta dama por morte de seu marido ficou cabeça do casal e com a administração do morgado de Azeitão até fins de 1782, conforme uma serie de procurações todas datadas de Sete Rios, logar da sua residencia.

O terremoto de 1755 arruinou a sacristia e lançou por terra as torres da freguezia de S. Simão, e a corporação administrativa da egreja, depois de pedir inutilmente a Luiz Guedes a sua reconstrucção, teve de recorrer aos meios judiciaes para obrigar os senhores do morgado a cumprir a clausula da escriptura de 1570, em que Affonso de Albuquerque lançára sobre o vinculo os encargos da conservacão do templo. Este litigio foi em tempo da administração de D. Magdalena Vicencia de Mascarenhas, e pelos documentos, que tenho á vista, durou desde agosto de 1765 até meiado de 1768. Os advogados da egreja foram D. Francisco Antonio Vannicelli e José Luiz Soares de Barbosa, pae do conhecido poeta Bocage, ambos com banca em Setubal. D. Magdalena recusava-se a pôr o edificio no primitivo estado, querendo restaurar o que julgava absolutamente necessario. No dia 6 de julho de 1768, de Lisboa fez uma proposta para levantar só uma das torres e reparar os demais estragos. Parece haver-se chegado a accordo, apeando-se a frontaria até ao portal e construindo-se a torre actual, que é de um talhe estranho ao mais do templo.

Desconheço o titulo por que D. Magdalena Vicencia de Mascarenhas teve por demorados tempos a administração do morgado.

Se Luiz Guedes de Miranda e Albuquerque não deixou filhos legitimos, teve-os naturaes, um

— Manuel José Guedes de Miranda, outro cujo nome ignoro.

Luiz Guedes fez testamento, do qual poucas disposições e em favor d'estes me são conhecidas:

Um titulo de abril de 1785 falla do *morgado da quinta da Bacalhoa, de que é senhor o preclarissimo Manuel José de Miranda*, e na procuração diz-se isto:

«Manuel José Guedes de Miranda, do conselho de sua magestade fidelissima, senhor de Murça, Brunhaes, Agua Revés, Torre de D. Chama, alcaide mór e commendador das commendas de Cabeço de Vide e Alter Pedroso», etc.

Por fins de 1785 ainda Manuel José Guedes tinha a administração do morgado de Albuquerque; em abril de 1786, porém, já encontro um contrato feito em nome do armeiro mór D. José Francisco da Costa e Sousa.

VIII

Teremos de retroceder alguns annos para vermos como o morgado de Affonso de Albuquerque pôde chegar aos Costas de Mutella.

D. Maria Josepha de Mendonça e Albuquerque e Pedro Guedes de Miranda tiveram, alem de outros filhos, Luiz Guedes, que succedeu a seus paes, e cuja linha legitima se extinguiu, e D. Joanna de Mendonça, que em 1672 casou com D. Antonio José de Mello Homem. D'estes nasceram :

- D.^s Pedro e
- D. Magdalena.

D. Pedro José de Mello Homem casou com D. Maria Antonia de Bourbon, que falleceu em março de 1716, e seu marido em maio de 1740. D'estes foi filho :

— D. Antonio José de Mello Homem, que nasceu a 26 de setembro de 1709¹ e casou em 1731 com D. Marianna Joaquina de Mendonça, filha de D. Filippe de Sousa, capitão da guarda allemã.

— D. Magdalena Luiza de Mendonça casou em julho de 1690 com D. Antonio Estevam da Costa, nascido em dezembro de 1671 e fallecido em janeiro de 1724. D'estes nasceram, entre outros :

- D. José da Costa, a 6 de setembro de 1694², e
- D. Antonio José da Costa.

D. José da Costa casou em 1734 com D. Maria de Noronha, filha dos quintos condes dos Arcos. Succedeu na casa e titulos de seu pae, foi *armeiro mór* e falleceu a 10 de março de 1766 sem geração.

D. Antonio José da Costa casou com D. Antonia Rosa de Mello, foi servir na India e, em 1748, morreu no naufragio da fragata *Vencimento*. D'estes havia um filho :

— D. José Francisco da Costa e Sousa, nascido a 28 de maio de 1740. Em 1766 herdou a casa e titulos de seu tio paterno D. José da Costa, e foi *armeiro mór*. Em 1772 casou com D. Maria José de Sousa de Macedo, segunda viscondessa de Mesquitella, por morte de seu pae em 1783. De D. José Francisco e de D. Maria José foi filho :

¹ Scusa, *Historia genealogica*, x, 859, marca o nascimento de D. Antonio no dia 3. A data que eu sigo é dos artigos do processo, que tenho á vista.

² Sousa, *Historia genealogica*, xi, 444, marca o nascimento de D. José a 22 de julho. Eu sigo a data dos artigos.

—D. Luiz da Costa e Sousa de Macedo, nascido a 25 de março de 1780 e que veio a succeder a seu pae.

Expostas esta notas biographicas, necessarias para comprehensão da narrativa, tratarei da successão do morgado depois da morte do senhor de Murça, Luiz Guedes de Miranda e Albuquerque, cuja descendencia legitima não houve ou se extinguiu.

IX

Vimos que D. Magdalena Vicencia de Mascarenhas, viuva de Luiz Guedes, depois da morte de seu marido, por muitos annos esteve na administração do morgado como cabeça do casal. Manuel José Guedes de Miranda Henriques, filho natural de Luiz, teve tambem aquella administração, mas é de notar que nunca usasse o appellido de Albuquerque, como todos os outros administradores do morgado.

Se D. João Affonso de Albuquerque, de bastardia muito contestavel, foi apto para succeder a Affonso, filho, e esteve por muitos annos na posse dos bens livres e vinculares de seu pretenso pae, Manuel José Guedes de Miranda, filho bastardo e mais velho de Luiz Guedes, não deveria ter menos bons direitos do que aquelles á successão dos morgados de seu pae.

Como D. Magdalena de Mascarenhas, viuva de Luiz Guedes de Miranda, esteve na posse do morgado, não sei; é certo, porém, que até 1782 o administrou. Tambem é certo que em 1784 o morgado era litigioso, que em 1785 estava na sua posse Manuel José Guedes de Miranda, e que em 1786 era senhor do mesmo morgado D. José Francisco da Costa e Sousa como herdeiro de seu tio D. José da Costa.

Ha annos vi umas cartas trocadas entre Manuel José Guedes e seus primos Costas (José Francisco e Luiz), e d'ellas pude deprehender, que aquelle era um character não vulgar pela sua honradez, largueza e desprendimento; Manuel José Guedes, posto na posse do morgado, julgou-se em consciencia ali intruso, e, parecendo-lhe que seu primo D. Antonio José de Mello Homem estava na melhor linha descendente de sua visavó D. Maria Josepha, por proceder por via masculina de D. Joanna de Mendonça, chamou-o a tomar posse do morgado; o caso despertou as attensões de seu primo José Francisco da Costa e Sousa, que se apresentou como oppoente.

Vamos agora ver em que D. José Francisco fundamentava os seus direitos.

Ao tempo da morte de Luiz Guedes de Miranda de Mendonça e Al-

buquerque, em 1757, eram vivos D. José da Costa, nascido em 1694, e D. Antonio José de Mello Homem, nascido em 1709, ambos primos do fallecido em terceiro grau canonico e sexto civil.

De D. José da Costa, fallecido em 1766, fôra universal herdeiro seu sobrinho D. José Francisco da Costa e Sousa, armeiro mór, filho de D. Antonio da Costa, irmão de D. José da Costa, e fallecido em 1748, como atrás disse.

D. José Francisco viu que seu tio D. José da Costa podia preferir pela prioridade do nascimento, e, embora elle não tivesse apresentado e feito prevalecer os seus direitos, quiz fazel-os valer D. José Francisco, como herdeiro e successor de seu tio. Rico e preponderante na politica e sociedade da epocha, D. José alcançou que a idade prevalecesse á melhor linha, e desapossou D. Antonio de Mello dos bens, que seu primo Manuel José Guedes lhe entregára.

Guedes residia em Moura e, logo que teve conhecimento da resolução dos tribunaes julgando a successão de José Francisco, preferindo a D. Antonio de Mello, fez entrega ao novo senhor do morgado de Azeitão dos vinculos da Landeira e de Sant'Iago do Cassem.

Não parece que este novo senhor residisse no palacio de Azeitão. Por este tempo já os grandes deixavam as suas casas de provincia pela habitação na côrte, ou proximidades. Em 1796 estava na sua quinta de Mutella, solar dos Costas, e em 1799, n'uma procuração datada da sua quinta da Luz¹, diz-se:

«D. José Francisco da Costa e Sousa de Albuquerque, visconde de Mesquitella, armador mór de S. M., do seu conselho, cavalleiro professo da ordem de Aviz, commendador da commenda de S. Vicente da Beira», etc.

Muito se ufanavam todos de terem uns laivos de sangue de Affonso o Grande, todos lhes queriam muito; mas só usavam o appellido Albuquerque, quando elle vinha envolto n'um titulo de propriedade.

D. José Francisco falleceu em 6 de janeiro de 1802. Succedeu-lhe seu filho:

D. Luiz da Costa e Sousa de Macedo e Albuquerque, mancebo de vinte e dois annos, que em 13 de setembro de 1807 casou com D. Maria Ignacia de Saldanha Oliveira e Daun, filha dos primeiros condes de Rio Maior. Em 22 de janeiro de 1818 foi feito conde de Mesquitella, e em 1826 par do reino.

D. Luiz da Costa e Sousa de Macedo e Albuquerque, primeiro conde de Mesquitella, armeiro mór, como seus avós, falleceu em Lisboa a 27 de novembro de 1853.

¹ Esta casa ainda existe, na estrada da Luz, adiante do palacio e quinta das Laranjeiras, que foi do conde de Farrobo.

Do enlace matrimonial de D. Luiz com D. Maria Ignacia de Saldanha, nasceram :

- D. Maria Amalia, a 10 de março de 1809 ;
- D. Maria José, a 2 de março de 1811 ;
- D. João Affonso, a 11 de fevereiro de 1815 ;
- D. Luiz Antonio, a 25 de outubro de 1816 ;
- D. Pedro, a 14 de maio de 1821 ;
- D. Antonio, a 24 de novembro de 1824.

A D. Luiz da Costa succedeu seu filho :

— D. João Affonso da Costa e Sousa Macedo e Albuquerque, segundo conde de Mesquitella, par do reino, do conselho de S. M., decimo segundo armeiro mór, gran-cruz da ordem da Conceição, commendador de Christo e condecorado com diversas ordens estrangeiras, serviu de capitão da guarda real de archeiros por impedimento do duque de Palmella. Em 1886 foi creado duque de Albuquerque pelo rei D. Luiz I.

Foi um cortezão distinctissimo, conhecedor de todas as etiquetas palacianas, e de tão fina polidez, que preferiu a todos os fidalgos da côrte para receber no desembarque as princezas Estephania, desposada do rei D. Pedro V, e Maria Pia, do rei D. Luiz I. Na vida de sociedade era o mais fino cavalheiro ; n'uma sala com damas não havia quem se lhe avantajasse. Costumado ás amabilidades feminis, a render culto á belleza, foi fanatico n'esta religião, o que já na decrepitude lhe não ia bem.

Da sua casa foi um mau administrador ; as suas propriedades rusticas ou urbanas distinguiam-se pelo desleixo total, e por se verem cair a pedaços. A sua alma era boa.

Falleceu sem geração em 24 de setembro de 1890, com setenta e cinco annos de idade ; succederam-lhe na casa, que era grande, seus irmãos, cabendo a quinta, palacio e mais propriedades de Azeitão a seu irmão :

— D. Luiz Antonio da Costa e Sousa de Macedo e Albuquerque, actual conde de Mesquitella. Ama o solar dos Albuquerque, aprecia-lhe as bellezas de arte que encerra, e cuida de restabelecer as ruinas.

Que Deus lhe conserve as felizes disposições.

X

Havendo tratado de toda a successão no morgado de Azeitão, instituido por Albuquerque, filho, farei uma singela lista de todos os senhores :

- 1.º Braz ou Affonso de Albuquerque, filho ;
- 2.º D. João Affonso de Albuquerque ;

- 3.º Jeronymo Telles Barreto ;
- 4.º D. Maria de Mendonça e Albuquerque ;
- 5.º D. Jorge Manuel de Albuquerque ;
- 6.º D. Jeronymo Affonso de Albuquerque ;
- 7.º D. Francisco Sebastião de Albuquerque ;
- 8.º Luiz de Mendonça Furtado e Albuquerque ;
- 9.º Nuno de Mendonça Furtado e Albuquerque ;
- 10.º D. Maria Josepha de Mendonça e Albuquerque ;
- 11.º Luiz Guedes de Miranda e Albuquerque ;
- 12.º João Guedes de Miranda e Albuquerque ;
- 13.º Luiz Guedes de Miranda e Albuquerque ;
- 14.º Manuel José Guedes de Miranda Henriques ;
- 15.º D. Antonio José de Mello Homem ;
- 16.º D. José Francisco da Costa e Sousa de Albuquerque ;
- 17.º D. Luiz da Costa de Macedo e Sousa e Albuquerque ;
- 18.º D. João Affonso da Costa e Macedo de Sousa e Albuquerque.
- 19.º D. Luiz Antonio da Costa Macedo de Sousa e Albuquerque.

De Gonçalo de Albuquerque, avô de Braz, ou Affonso, filho, até aos actuaes senhores do morgado, encontram-se de permeio as varonias seguintes:

- 1.º Barreto -- Jorge Barreto, commendador de Castro Verde, marido de D. Joanna da Silva, neta de Gonçalo de Albuquerque ;
- 2.º Telles Barreto — Manuel Telles Barreto, governador do Brazil, marido de D. Joanna de Albuquerque, neta dos precedentes ;
- 3.º Bacalhau — D. Jeronymo Manuel «o Bacalhau», marido de D. Maria de Mendonça, filha dos precedentes ;
- 4.º Mendonça — Pedro de Mendonça, guarda mór da pessoa de D. João IV, marido de D. Antonia de Mendonça, filha dos precedentes ;
- 5.º Guedes de Miranda, senhores de Murça — Pedro Guedes de Miranda, marido de D. Maria Josepha de Mendonça, filha dos precedentes ;
- 6.º Mello — D. Antonio José de Mello, marido de D. Joanna de Mendonça, filha dos precedentes ;
- 7.º Costa — D. Antonio Estevam da Costa, marido de D. Magdalena de Mendonça, filha dos precedentes ;

XI

Os Costas, actuaes senhores da quinta e palacio dos Albuquerque
em Azeitão

Querem alguns que os Costas se encontrassem em Portugal anteriormente á formação d'este reino, outros fazem-n'os coevos de D. Affonso Henriques. Uns e outros dão-lhes por solar a quinta ou aldeia da Costa, em Estarreja, ou, como então se dizia, na comarca da Esgueira.

Com bons fundamentos alguns outros genealogistas não vão tão longe, e fazem dos Costas um ramo da casa de Lemos; dizem-n'os oriundos da Galliza e vindos para Portugal no reinado de D. Fernando I.

Vou citar um genealogista, que, mais prudente, não antecede os tempos de D. Manuel, e seguil-o-hei textualmente.

«1.º, Alvaro da Costa, filho de Fernam Rodrigues de Lemos e de Izabel da Costa, foi um homem honrado em tempo de el-rei D. Manuel e de D. João III. Foi o primeiro provedor da misericordia de Lisboa, criado e feitura de el-rei D. Manuel, que o fez seu camareiro mór e armeiro mór e lhe deu o dom e o fez veador de sua fazenda e da rainha D. Leonor sua mulher. Casou com D. Brites de Paiva, filha de Gileannes de Magalhães «o Cavalleiro» que era um cidadão honrado. E a este Gileannes de Magalhães lhe chamavam, «o Cavalleiro» por ter sido cavalleiro do Tosão, que lhe deu o imperador Maximiliano, e está sepultado no capitulo de S. Francisco de Enxabregas e mais sua mulher Izabel de Paiva, de que houve a

2, * D. Gil Eannes da Costa, cujo appellido lhe veiu por Izabel da Costa, sua avó, que foi mulher de seu avô Fernão Rodrigues de Lemos.

Teve mais a

2, * D. Duarte da Costa.

.....
* 2, D. Gil Eannes da Costa, filho primeiro d'este D. Alvaro da Costa, foi veador da fazenda de el-rei D. Sebastião, casou com D. Maria, filha de João de Toeyro, um homem honrado das ilhas dos Açores, de quem houve a D. Catharina, que casou com Luiz da Silva e, por morte d'ella, casou segunda vez com D. Joanna da Silva, filha de D. Filippe de Sousa, que foi veador de D. Sebastião, de quem houve a

3, * D. Alvaro da Costa.....
.....

«*» 3, D. Alvaro da Costa «o Queimado»¹, filho primeiro d'este Gil Eannes da Costa, fel-o seu pae clerigo e lhe houve muitos beneficios. Foi deão da Guarda e teve filhos bastardos de Maria Manuel, sua amiga.

«4» D. Duarte da Costa, que morreu sem casar e

«*» 4, D. Antonio da Costa.

.....

«*» 4. D. Antonio da Costa, filho bastardo e segundo d'este D. Alvaro da Costa, deão da Guarda, foi doutor em canones e, depois da morte de seu irmão, herdou o morgado, que lhe fez seu pae, e casou com D. Magdalena de Mendonça, filha de Luiz de Goes Perdigão, de quem houve a

«5» * D. Luiz da Costa².

Teremos de voltar atrás ao segundo filho de D. Alvaro da Costa para encontrarmos na descendencia de D. Duarte da Costa a dama que foi mulher de D. Luiz.

«*» 2-A. D. Duarte da Costa, filho segundo de D. Alvaro da Costa, veador da fazenda, foi armeiro mór e casou com D. Maria de Mendonça de quem houve a

3-A. D. Alvaro da Costa a

«3-A * D. Francisco da Costa e

.....

* «3-A». D. Francisco da Costa, filho segundo de D. Duarte da Costa e irmão de Alvaro da Costa, foi capitão de Malaca e embaixador a Marrocos ao xerif sobre o resgate, onde morreu. Foi casado com D. Joanna Henriques, dama da infanta D. Isabel, filha de Ruy Vaz Pinto, senhor de Ferreiros e Tendaes e alcaide mór de Chaves, de quem houve a

4-A. D. Duarte da Costa e a

4 * A. D. Gonçalo da Costa

.....

«*4-A». D. Gonçalo da Costa, filho segundo de D. Francisco da Costa e irmão de D. Duarte da Costa, por morte de seu irmão teve a commenda de S. Vicente da Beira; casou com sua prima D. Joanna..... e, por morte d'esta mulher, casou com D. Francisca, filha de D. Pedro de Almeida, presidente da camara de Lisboa, de quem teve a

5 * D. Pedro da Costa

.....

¹ Veiu-lhe esta alcunha de ter aos cinco annos queimado o rosto com polvora. Pela deformidade que lhe sobreveiu e por agradar a seu pae, fez-se padre, mas sob condição de nunca dizer missa. Moreri. Diccionario. 2.^o Supplemento, pal. Costa.

² D. Luiz da Costa foi coronel de cavallaria nas guerras da restauração de 1640, com reputação de soldado valente, e commendador da ordem de Christo. Ibidem.

* 5-A. D. Pedro da Costa, filho segundo de D. Gonçalo da Costa, commendador de S. Vicente da Beira, e de sua mulher D. Francisca Coutinho, herdou a casa de seu pae e foi armeiro mór. Casou com D. Violante Henriques, que foi dama do palacio, filha de D. Francisco de Noronha e de D. Maria de Azevedo, e d'este matrimonio teve a

6 * D. Maria de Noronha, que herdou a sua casa.

* 6-A. D. Maria de Noronha, filha herdeira de D. Pedro da Costa, armeiro mór, casou com D. Luiz da Costa [* 5], que era filho de D. Antonio da Costa, que era bastardo de D. Alvaro da Costa «Queimado», deão da Guarda e, por este casamento, foi tambem armeiro mór, e teve d'este matrimonio a

7 * D. Antonio Estevam da Costa e Sousa.

* 7 D. Antonio Estevam da Costa e Sousa, filho de D. Luiz da Costa, armeiro mór por sua mulher, herdou a casa de seu pae e officio de sua mãe e foi armeiro mór, casou com D. Magdalena Luiza de Mendonça, filha de D. Antonio José de Mello, de quem teve a

8 D. José da Costa e a

8 * D. Antonio José da Costa

.....
* 8 D. Antonio José da Costa casou com D. Antonia Rosa de Mello, foi servir na India, e pereceu no naufragio da fragata *Vencimento* em 1748. D'estes nasceu

9 D. José Francisco da Costa e Sousa, que foi armeiro mór pela morte de seu tio paterno D. José da Costa. Casou com D. Maria José de Sousa e Macedo, filha do primeiro visconde de Mesquitella. A este succedeu seu filho:

10. D. Luiz da Costa e Sousa de Macedo, que casou com D. Maria Ignacia de Saldanha Oliveira e Daun, filha dos primeiros condes de Rio Maior.

Foi elevado a conde de Mesquitella em 22 de janeiro de 1818 e a par do reino em 1826. D'este matrimonio nasceram:

11. D. Maria Amalia, a 10 de março de 1809;

11. D. Maria José, a 2 de março de 1811;

11. * D. João Affonso, a 11 de fevereiro de 1815;

11. * D. Luiz Antonio, a 25 de outubro de 1816;

11. D. Pedro, a 14 de maio de 1821;

11. D. Antonio, a 24 de novembro de 1824.

* 11. D. João Affonso da Costa e Sousa de Macedo e Albuquerque foi decimo segundo armeiro mór, segundo conde de Mesquitella e primeiro duque de Albuquerque por carta de mercê de 1886.

Não casou; falleceu sem successão em 24 de setembro de 1890 e succedeu-lhe seu irmão.

* 11 D. Luiz Antonio da Costa e Sousa de Macedo e Albuquerque,

actual conde de Mesquitella e senhor do morgado de Albuquerque em Azeitão.

Os titulos, de que gosam estes Sousas de Macedo, têm as seguintes datas:

- Officio de armeiro mór, 27 janeiro de 1522;
- Barão de Mollingar e par de Inglaterra, 28 de junho de 1661;
- Senhor de Mesquitella, 23 de dezembro de 1665;
- Barão de Mesquitella, 27 setembro de 1666;
- Visconde de Mesquitella, 28 de maio de 1754;
- Conde de Mesquitella, 22 de janeiro de 1818;
- Duque de Albuquerque, em 1886.

XII

O palacio da Bacalhoa alojamento real—Hospedes celebres

D. José I, por occasião dos exercicios militares no acampamento dos Olhos d'Agua, veiu estabelecer-se com a côrte e ministros em Azeitão e alojou-se no palacio da Bacalhoa.

O conde de Oeiras hospedou-se na proxima casa da quinta da Palhavan. Era um pequeno edificio, bem situado, com certa nobreza de fórmas e bom gosto, residencia de familia abastada, que vivia no campo. Ao andar nobre e á capella da vocação de Nossa Senhora do Cabo, dava serviço uma escadaria e varanda de cantaria. Hoje é por terra.

O rei, no dia 1.º de dezembro de 1767, data de Villa Fresca de Azeitão um alvará de providencias sobre o deposito publico, e outro ordenando certas disposições disciplinares para o collegio dos Nobres.

No dia 5 respondeu ao breve do papa Clemente XIII. — *A quo die illa inciderunt*, de Roma, 31 de agosto do mesmo anno.

No dia 11 de dezembro D. José faz passar um alvará de descoutamento da parte norte da serra da Arrabida, attendendo ás queixas dos cultivadores, a quem a caça e os animaes bravios, creados no terreno defezo, destruiam as searas e plantações.

O conde de Oeiras aproveitou, como seu amo, o remanso do campo, para responder ao breve— *Etsi plurimæ*— que o pontifice romano tinha dirigido ao— *Dilecte Fili Nobilis vir— Comes Oeyrensis— Datum Romæ apud Sanctam Mariam Majorem sub annullo Piscatoris die XXXI Augusti MDCCLXVII*. A resposta é datada— *In oppido de Azeitão V die mensis decembris anno Domini MDCCLXVII*.

Tambem de Azeitão e no mesmo dia o conde de Oeiras responde ao

arcebispo de Nicea, nuncio em Madrid, que em 28 de outubro enviára os breves para Portugal¹.

É de crer que o palacio, por occasião da pousada ali do rei D. José e côrte, ainda estivesse mobilado; depois d'isto, entregue a feitores e rendeiros, nu de quaesquer moveis, foi caíndo a pedaços até ao estado de ruina em que se acha. Como por esquecimento, existiu n'uma das salas, até ha poucos annos, um formoso armario de bella talha em carvalho, que foi retirado para Lisboa depois da morte do duque de Albuquerque. Mesmo n'isto a sorte quiz dar á Bacalhoa uns laivos do castello de Alvito; na

¹ Ha n'esta resposta do ministro do rei de Portugal uma passagem, de que não posso fugir á tentação de dar conta, por mostrar a rigidez d'este personagem por tantos titulos celebre.

A curia, que desconhecia, ou fingia não conhecer o rei D. José e o seu primeiro ministro, o pacto feito entre estes dois homens e a escola politica que seguiam, o juizo prudencial com que a natureza dotára o rei, a illustração do conde de Oeiras, as subidas qualidades do seu genio e o seu conhecimento dos ardis da diplomacia curial, usou nos breves, *suggestivos*, como lhes chamou Sebastião de Carvalho, de uma estudada linguagem, meliflua, avelludada e calculadamente sentida, repassada de dor de angustia e capaz de fallar aos animos desprevenidos. No breve ao *seu carissimo filho* José I pedia-lhe Clemente XIII, que se lembrasse do tormento do *seu amantissimo pae* na hora final, de que estava proximo, se deixasse o mundo sem se haverem ambos congraçado, e da tranquillidade que lhe iria na alma ao morrer, se *pae e filho* se tivessem reconciliado. A intenção da curia romana não escapou ao ministro do rei, que, n'uma ementa a esta passagem, escreveu. *Tudo isto são palavras patheticas, que só servem para moverem dos pulpitos o povo ignorante.*

A curia, julgando tambem que a rainha e o infante D. Pedro, irmão do rei, podiam influenciar para o conseguimento dos pretendidos fins, fez expedir breves a estes dois personagens e, para lisonjear o conde de Oeiras, foi dada ordem ao nuncio em Madrid para fazer chegar abertos á mão do conde todos os quatro breves expedidos de Roma, a fim de que elle fosse o primeiro a conhecer o seu conteúdo «*accio ella (Ecc.^a) sia il primo d'ogni altro a saperne il contenuto.*»

O conde de Oeiras na sua resposta ao arcebispo de Nicea, depois dos cumprimentos da mais fina cortezia e de lhe fallar da remessa da resposta do rei, cuja copia lhe offerece, continúa:

«Ao mesmo tempo devo prevenir a v. ex.^a, que lhe não cause reparo a falta de outras respostas sobre alguma das mais cartas (refere-se aos breves para a rainha e infante) que acompanharam a de v. ex.^a, porque S. M. as mandou ficar suspensas na secretaria d'estado, em rasão de serem oppostas á impreterivel fórma do despacho do gabinete do mesmo senhor, segundo a qual os negocios das côrtes são immediata e privativamente dirigidos á real pessoa de S. M. para os mandar tratar pelos officios dos ministros... sem que outras algumas pessoas... tenham n'elles a menor intervenção, como é pratica universal de todas as outras monarchias da Europa, onde se distingue o que é regularidade do que é sedição.»

primeira sala d'este palacio ha um movel, especie de grande contador, não commum nas fórmas e que não é de todo mau, ainda que muito inferior ao da Bacalhoa, por ser aquelle apenas obra de marchetaria a duas madeiras.

Em 1838 o marquez de Saldanha, marechal e depois duque do mesmo titulo, descontente do governo, veio para a Bacalhoa, de que então era senhor o conde D. Luiz da Costa, casado com D. Maria Ignacia, irmã do marechal; habitou por mezes o palacio, sendo-lhe companheiro o conde da Cunha.

Disse quanto sabia.

APPENDICE

A que se faz referencia na nota da pagina 33

O sr. Theodoro Rogge, illustre professor allemão e amator distincto e entusiasta de faianças, veiu a Portugal e, no seu regresso á patria, deu a lume no periodico «*Blätter für Kunstgewerbe*» (Anno de 1895, caderno 3.^o e 4.^o) um excellente artigo sobre alguns azulejos, que encontrou no nosso paiz e que julgou dignos de menção especial. Tão pouco se tem tratado em Portugal d'este genero de ceramica, que me pareceu conveniente tornar conhecido aquelle interessante escripto, de que se fez tiragem em folhas separadas, das quaes e respectivas estampas o illustre professor me brindou com um exemplar, cuja traducção segue:

Tiragem separada do *Jornal da arte*. Anno de 1895, caderno 3.^o e 4.^o

Arte ceramica e decoraçãõ em Portugal

Em Portugal a ceramica serve para fins decorativos pelas maneiras mais variadas, começando nos mais simples objectos de necessidade immediata, como o fogão, os ladrilhos toscos do chão e analogos, e rematando nos magnificos azulejos de faiança artisticamente arranjados tanto sobre o ponto de vista do architecto como do pintor

O emprego d'estes azulejos (ladrilhos fabricados de argilla cozida e esmaltados de um só lado) imprime nos edificios portuguezes uma graça especial, dando-lhes ao mesmo tempo solidez e belleza.

Em geral nos paizes do sul as paredes das casas não são construidas tão solidamente, como no nosso norte, sendo apenas as molduras das portas e das janellas e os cunhaes das casas construidos de pedraria rigorosamente talhada, emquanto o grosso das paredes é fabricado, sem grande prodigalidade de argamassa, de pedras irregulares taes como as pedreiras as fornecem. N'estas circumstancias o emprego de ladrilhos vidrados para abrigar as paredes contra a inclemencia do tempo torna-se quasi uma necessidade absoluta.

Tão frequente é o uso dos azulejos, que elles constituem um caracteristico do paiz, podendo até dizer-se que poucas egrejas e casas ha onde elles se não encontrem. Ora formam as molduras dos portaes das casas e dos jardins, ora constituem a decoração alegre dos vestibulos e das escadarias. Em muitas casas, e até em bastantes pobres, as paredes interiores são forradas de azulejos pelo menos até 1 metro de altura. Frequentemente os azulejos são empregados para decoração das fachadas desde a base até o telhado, ora com pinturas simples, ora enfeitadas com quadros da mão de artistas, muitas vezes tambem cobrem elles as torres e cupulas, sendo o seu luzir ao brilho do sol meridional de um effeito verdadeiramente esplendido.

Os azulejos são quadrados de 0^m,13 até 0^m,16 de lado, sendo de fórmas e dimensões mais variadas as molduras dos quadros. O que dá um valor artistico e especial a estes artefactos, ás vezes apparentemente toscos, é a ligeireza e elegancia do desenho, muito em harmonia com a propria indole do material. Como já disse, os azulejos são de terra de majolica, de pouca espessura, cozidos e pintados antes de serem esmaltados. A tinta é rapidamente absorvida pela argilla, sendo impossivel destruir ou emendar o desenho; o esmalte, sobreposto depois, dá a tudo muito brilho e duração. Sendo limitado o numero de tintas, que resistem ao processo da fabricação, a variedade das côres não é grande, mas este facto mesmo produz uma harmonia de composição, que redundando em especial proveito da ceramica. A côr mais vulgarmente usada é o azul, derivando d'ahi (*azul*, ou *asur* é o nome arabe de *lapis-lazuli*) a designação dos ladrilhos; ha comtudo auctores que derivam a palavra do arabe *zallaja*, que significa *liso*, *polido*.

A fabricação dos azulejos deve-se sem duvida alguma, como tantos outros processos da arte ceramica, aos mouros, divulgando-se em todos os paizes onde penetrou o seu dominio. No principio foram destinados a substituir os mosaicos byzantinos nas mesquitas; empregaram-se, porém, mais tarde, tambem na decoração dos edificios christãos. O desenho estava originariamente distribuido em chapas unicolores de differen-

tes tamanhos e fórmãs, sendo pouco depois adoptado o systema typico actual.

Como parece, os azulejos começaram a divulgar-se no seculo XI, se não mais cedo, mas os mais antigos, que ainda existem na península pyrenaica, os da Alhambra em Granada pertencem ao seculo XIV¹.

Com respeito á coloração póde affirmar-se, que, em Portugal, nos primeiros tempos do fabrico só se empregaram tintas inteiras sem matiz, sendo mesmo raras as côres alegres (*de lustre*).

Depois da introduccão das faianças italianas da Renascença, a sua influencia na decoraçãõ dos azulejos não tardou a fazer-se sentir. São d'isto claro exemplo os magnificos azulejos do sumptuoso palacio da Bacalhoa em Azeitão, uma villa amena perto da margem sul do Tejo, em cujo sitio antigamente os fidalgos portuguezes costumavam veraneiar.

Segundo as pesquizas profundas de Joaquim Rasteiro, portuguez . . . , ácerca d'aquelle interessante monumento de architectura portugueza², a construcção d'elle foi começada pela infanta D. Brites, passando a propriedade mais tarde ás mãos de Affonso de Albuquerque, filho do celebre heroe da India, que consideravelmente alargou as decorações do palacio e jardim com azulejos de côres. «Affonso de Albuquerque, filho do grande vencedor dos indios, edificou em 1554, reinando João III», diz uma inscripção sobre o portão principal do atrio.

O palacio com seus jardins constitue um verdadeiro museu de todas as especies de faianças, que se podem imaginar. Encontram-se ali o azulejo unicolor servindo para decorações no genero musivico, o azulejo liso com ornamentos multicolores, o azulejo lustrado (estampado em relevo) á maneira dos hespanhoes, os azulejos formando quadro symbolico, historico ou mythologico, o medalhão á maneira dos de Luca della Robbia, de baixo ou alto relevo, de *terra cotta* simples, ou colorido, ou esmaltado, com festões de fructos, ou simples grinaldas de folhas.

A galeria do lado occidental do palacio, e que dá para o jardim, tem revestimento de azulejos até á altura de 1^m,72. No meio de um desenho em azul, amarello, verde maçã e castanho, sobre fundo branco, com friso de ovados, vêem-se personificações dos rios Mondego, Nilo, Tanubio (!) e Douro com ricas bordaduras, tudo obra de mão de verdadeiro artista e de inexcêdível brilho e magnifico effeito³.

Os pavilhões do jardim, as paredes e as galerias do lago artificial, no canto sudoeste d'aquelle, são igualmente providas de ricas decorações em

¹ Os azulejos de Cordova attribuem-se ao fim do seculo x. Nota da Red.

² O respectivo trabalho intitulou-o *A Renascença italiana em Portugal*, e appareceu no *Jornal do commercio*, Lisboa 1892. Nota de Th. Rog.

³ Em folha separada dá uma estampa do Douro. Nota de J. R.

azulejo. Até os bancos e os alegretes das flores são revestidos de azulejos, posto que alguns d'estes mais simples e unicolores, formando uma especie de mosaico. Os azulejos, que ornam as columnatas do lago, são verdes com ornamentos de *lustre*, estampados em relevo cavado. No centro de uma d'estas paredes encontram-se as armas dos Albuquerque igualmente em azulejo. O pavilhão central, dos tres situados no lago, tem não só azulejos de desenho ornamental, mas tambem tres quadros figuræ notaveis pelas suas fórmas e pelas suas côres. Um representa o rio Tejo, outro Suzana no banho. No fundo d'este ultimo quadro vê-se um palacio, em cujo portico se acha inscripto o anno de 1565. As chapas de *terra cotta* (azulejos) que cobrem as paredes d'este pavilhão estão collocadas com os cantos para baixo [\diamond] excepto os ladrilhos dos quadros, cujas juntas ão verticaes e horisontaes. A collocação especial dos azulejos motivou uma mudança agradável do desenho, sendo ainda augmentada pelo emprego de azulejos de desenhos differentes.

Apresento no caderno 4.^o um dos desenhos unicolores d'aquelle pavilhão. Toda a parede a oeste do lago, com a sua extensão de cerca de 30 metros e com a sua consideravel altura, é coberta de azulejos verdes em baixo relevo, de muito valor artistico ¹. Um Neptuno lançando agua, nichos e medalhões em relevo alto servem para dar mais vida ao extenso quadrangulo. O diametro dos medalhões é de 54 centímetros, com as grinaldas de flores e fructos 78 centímetros. O muro sul do jardim, costeando o caminho do palacio para o lago, tem doze medalhões de baixo relevo, correspondendo a outras tantas pyramides collocadas no alto do muro. Os relevos representam heroes da antiguidade, Alexandre, Scipião, Cesar, Annibal e outros. O conjuncto de toda esta construcção representa obra de mestre, de um architecto talentoso bem certo do effeito d'esta maneira decorativa.

Portugal é rico em ruinas grandiosas, muito pittorescas e, pela maior parte, desconhecidas no estrangeiro, como os castellos de Obidos, Leiria, Thomar e Palmella. Do ultimo ainda se levantam ao bello céu azul as columnas isoladas de alguns arcos, e ali encontrei magnificas decorações de azulejos, muito bem adaptadas ás largas dimensões da igreja. Azulejos isolados, taes como se encontram nos museus da arte industrial, quasi sempre de origem hespanhola, não podem dar senão uma idéa muito imperfeita da magnifica harmonia e da arte genial com que os azulejos n'aquelles tempos foram aproveitados para a decoraçào. Na estampa junta vê-se o systema de desenho empregado por cima das janellas e entre as colu-

¹ O auctor do presente escripto visitou a Bacalhoa e d'ali levou desenhos; n'esta parte, porém, a memoria, ou os apontamentos são-lhe infieis; o azulejo verde é de uma galeria proxima. Este é amarello, azul e verde em fundo branco. Nota de J. R.

mnas dos arcos. A estampa, em cores, d'este caderno apresenta o detalhe do desenho formado de dezeseis ladrilhos. Este desenho, como a sua roseta central, lembra alguma cousa os modelos romanescos, que provavelmente ainda se conservavam tradicionalmente nas officinas e que n'esta igreja de character romão dos tempos da Renascença, estão muito no seu logar. Os frisos, porém, pertencem á Renascença pura, sendo pela maior parte formados por filas de folhas. A mesma estampa mostra uma parte composta de dois azulejos. Todos os ornatos mostram as mesmas côres, azul ou amarello, contornados de azul sobre fundo branco, sendo não raras vezes o fundo enchido com a côr suplementar, o que faz apparecer o ornamento em branco.

O mesmo desenho de azulejos encontra-se em alguns outros edificios do paiz, por exemplo na cathedral de Portalegre, no Alemtejo, fundada em 1565. Mas o systema da composição dos azulejos é sempre variado, sendo deveras surprehendente a diversidade de desenhos, que se podem arranjar com os mesmos ladrilhos. É claro que para isso se precisa uma mão experimentada, sendo especialmente difficil o fecho dos cantos. Os operarios d'aquelles tempos tinham um exame especial com respeito ao assentamento dos azulejos.

A cathedral de Portalegre, cuja torre teve a cupula revestida de azulejos, contém no seu interior ainda muitos outros desenhos bonitos e notaveis de azulejos, como o representado no caderno 4.^o O artista desenhou uns rectangulos e serviu-se apenas do azul e do amarello, mas applicando estas cores tão bem com respeito ao espaço que occupam, que longe de apparecerem desharmonicas exaltam o effeito uma da outra ¹. O desenho da fita é tambem tirado d'aquella igreja.

Do seculo XVI existem ainda muitos azulejos lisos em Portugal; estampados em relevo encontram-se no convento da Pena e no palacio real de Cintra. As chaminés gigantescas d'este ultimo, que antes parecem pagodes da India, eram ornadas de azulejos estampados, desenhados por Duarte de Armas, pintor do rei D. Manuel.

Nos seculos XVI e XVII fabricaram-se azulejos magnificos. Ao lado de ornamentos, de vasos com flores, de arabescos, apparecem quadros figuraes, emmoldurados em ricos desenhos architectonicos, tudo apenas em dois tons de azul, contornados da mesma côr. Os quadros representam scenas biblicas, feitos heroicos da historia portugueza, caçadas, touradas, danças, scenas bucolicas e viagens. Estes trabalhos distinguem-se muitas vezes pelo talento do auctor, mostrando sempre elegancia e ligeireza do pincel, surprehendendo especialmente as figuras pela sua correcção ana-

¹ O quarto dos duques de Aveiro no seu palacio de Azeitão tem uma faxa em volta, de mais de 1 metro de altura, d'este mesmo azulejo. Nota de J. R.

tomica e boa representação do nu. Forma isto um notavel contraste com a moderna producção d'este genero na Allemanha, onde a figura humana é mal tratada até á caricatura. Da mesma epocha tenho de mencionar um tumulo ¹ no mosteiro da serra da Arrabida, em que o revestimento azulejado da cupula ainda está completamente conservado. Na sacristia da cathedral de Portalegre todas as paredes são vestidas de azulejos, representando scenas da vida de Santa Maria, emmolduradas de riquissimas decorações da Renascença, arabescos com hippocampos, *amoretto*s e festões.

Tambem n'algumas egrejas de Lisboa existem interessantes quadros em azulejo d'aquella epocha, mas a maior parte ficou destruida no grande terremoto de 1755.

Actualmente a fabricação de azulejos em Portugal restringe-se, infelizmente, a estampar os ladrilhos de padrões rotineiros, perdendo-se d'este modo todo o encanto artistico, que tanto distingue as producções antigas.

Não me foi possivel verificar se em Portugal existiam officinas especiaes para a fabricação dos azulejos, parecendo-me por isso, que sejam producto das olarias e fabricas de porcellanas. Ainda hoje uma rua de um bairro antigo de Lisboa tem o seu nome derivado d'aquella industria. As olarias tinham por patronas Santa Justa e Santa Rufina e governavam-se por um regulamento antigo, que tratava de quatro especies de faiança, branca, vermelha, amarella e outra chamada «da Maia».

Por occasião da vinda de Philippe III de Hespanha a Portugal, em 1619, os operarios das fabricas de faiança construíram tambem um arco de triumpho, como os outros artistas.

João Baptista Lavanha, no seu livro sobre as festas celebradas n'essa occasião, descreve o arco dos oleiros. No meio de diferentes emblemas allusivos á arte, via-se a figura allegorica da olaria estendendo a mão esquerda sobre o torno do oleiro, com a mão direita levantava um vaso similhante áquelles que então se fabricavam em Lisboa pelos modelos chinezes. Por baixo da figura lia-se o seguinte verso:

«Aqui monarcha excelso soberano
 «vos offerece a arte peregrina
 «fabricado no reino luzitano
 «o que antes nos vendeu tão caro a China.»

¹ O illustre professor allemão, que com tantos cuidados e verdadeiros conhecimentos explorou em Portugal este genero de ceramica e suas applicações, guiado pelas apparencias, julgou ver na Arrabida um tumulo no que é um templosinho esbelto, que sáe com elegancia de entre as frondosas matas da serra, apresentando ao sol para se mirar a sua espelhada cupula. Foi fundado no meado do seculo xvii por D. Antonio de Lencastre, da casa de Aveiro, e é da vocação do Bom Jesus. Nota de J. R.

N'outro quadro estava representado um navio da India descarregando caixotes com porcellanas chinezas. Outros barcos estrangeiros carregavam porcellana portugueza, vendo-se ao longe iguaes saíndo a barra.

Póde-se concluir d'ahi, que n'aquella epocha (1620) a arte estava bastante adiantada, não só imitando-se a louça chinesa, mas exportando-se até os productos portuguezes.

Em apoio do que disse sobre a origem mourisca dos conhecimentos dos portuguezes a respeito das artes ceramicas, posso acrescentar que rara é a designação de qualquer vaso que não derive do arabe. Assim, albarrada, alcadefe, alcatruz, almofia, almotolia, bacio, barranha, batéa, bátega, botija, copa e copo, jarro, taça, etc. É notavel que entre estes nomes não só figuram os de vasos de uso domestico e commum, mas ainda alguns de objectos exclusivamente de luxo, como, por exemplo: albarrada, que designa um determinado vaso de flores e jarra, pote de flores, ainda hoje muito em uso em Portugal.

Não posso deixar de mencionar a louça de Extremoz com as suas fórmas originaes, tendo como as *alcarazzas* do sul de Hespanha, a propriedade de darem á agua bastante frescura, em consequencia da evaporação do liquido transpirando pela argilla porosa e não vidrada.

Tradução do dr. Hugo Mastbaum.

Para se avaliar do interesse com que na Allemanha se busca saber quanto póde importar a qualquer ramo da actividade humana, sirva de exemplo o trabalho do professor Theodoro Rogge, que foi capaz de encontrar n'um jornal, essencialmente dado ao commercio e á politica, (*Jornal do Commercio*, de Lisboa) o escripto, de auctor obscuro e desconhecido, sobre a Bacalhoa, quasi ignorada. Nunca suppuz, que aquelle meu trabalho valesse ser lido por um estrangeiro no seu paiz e, ainda menos, que eu merecesse as phrases lisonjeiras que o illustre professor me dirige. Não tive a honra de tratar com o sr. Rogge, nem mesmo o gosto de o encontrar na sua viagem a Portugal, por isso mais me prendem as suas palavras de benevolente applauso.

Ao meu amigo dr. Hugo Mastbaum agradeço cordialmente o obsequio de me fazer conhecido pela traducção o escripto do seu illustre compatriota.

J. R.

